



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE Ciências Econômicas – Bacharelado

Laranjeiras do Sul, junho de 2014.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei N° 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Getúlio Vargas, nº. 609, 2º andar/ Edifício Engemede
Bairro Centro - CEP 89812-000 – Chapecó/SC.

Reitor: Jaime Giolo

Vice-Reitor: Antonio Inácio Andrioli

Pró-Reitor de Graduação: João Alfredo Braidá

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vitório Trevisol

Pró-Reitor de Planejamento: Vicente de Paula Almeida Júnior

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Pérciles Luiz Brustolin

Pró-Reitor de Cultura e Extensão: Geraldo Ceni Coelho

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor do *Campus*: Charles Albino Schultz

Coordenador Administrativo: Fabio Bulegon

Coordenadora Acadêmica: Margarete Dulce Bagatini

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor do *Campus*: Edeimar Rotta

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenador Acadêmico: Ivann Carlos Lago

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor do *Campus*: Ilton Benoni da Silva

Coordenador Administrativo: Ricardo da Conceição

Coordenador Acadêmico: Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor do *Campus*: Vanderlei de Oliveira Farias

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Rafael Kremer

Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretor do *Campus*: Paulo Henrique Mayer

Coordenador Administrativo: Fernando Zatt Schardosin

Coordenadora Acadêmica: Cladir Teresinha Zanotelli

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor do *Campus*: José Oto Konzen

Coordenador Administrativo: Maikel Douglas Florintino

Coordenador Acadêmico: Clovis Alencar Butzge



Sumário

1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	4
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	6
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	14
4 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO.....	16
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais).....	32
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	48
7 PERFIL DO EGRESSO.....	50
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	52
9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	151
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	165
11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	169
12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	174
13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	176
14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	183
15 ANEXOS.....	197



1 DADOS GERAIS DO CURSO

O curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul é ofertado à sociedade na forma de graduação. Anualmente cinquenta vagas são disponibilizadas, e o acesso ocorre por meio da utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou outras formas que a Universidade venha a utilizar. Os trabalhos acadêmicos referentes ao curso ocorrerão no período noturno. O curso, que foi ofertado inicialmente como Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Geograficamente localiza-se na região Centro-sul do Estado do Paraná, no município de Laranjeiras do Sul, município situado a 110 km de Guarapuava, 130 km de Cascavel e a 364 km da capital Curitiba. O início das atividades enquanto curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial ocorreu no dia 29 de março de 2010, contando com uma equipe de cinco professores distribuídos nos componentes curriculares elencadas na grade curricular. Em 2012 o curso passou a ser de Ciências Econômicas, do qual seguem abaixo os dados gerais do curso.

1.1 Tipo de curso: Bacharelado

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Ciências Econômicas

1.4 Titulação: Bacharelado em Ciências Econômicas, linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo

1.5 Local de oferta: *Campus* Laranjeiras do Sul (PR)

1.6 Número de vagas: 50 vagas

1.7 Carga-horária total: 3.300 h

1.8 Turno de oferta: Noturno

1.9 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 5 anos

1.10 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 10 anos

1.11 Carga horária mínima por período letivo: 12 créditos

1.12 Carga horária máxima por período letivo: 32 créditos

1.11 Coordenação do curso: Profa. Dra. Janete Stoffel

Alterado conforme o Ato Deliberativo nº 1/CCCE-LS/UFFS/2018

1.12 Forma de ingresso:



Pelos critérios estabelecidos pela UFFS (Resolução 006/2012/CGRAD), a seleção dos candidatos nos processos de ingresso para o curso levará em conta o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), através da inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU) e atenderá o disposto na Portaria Normativa MEC Nº 18, de 11 de outubro de 2012 sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 e o Decreto nº 7.824 de 11 de outubro de 2012.

A UFFS estabelece os seguintes percentuais de vagas reservadas, em cada curso e turno, para candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública, com base nos resultados (dos alunos matriculados) do último Censo Escolar/INEP/MEC, para cada Unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição: 50% deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo *per capita* e 50% destinadas para candidatos com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo *per capita*.

O percentual de vagas reservadas para pretos, pardos e indígenas, em cada curso e turno, é na proporção de vagas no mínimo igual ao de pretos, pardos e indígenas de acordo com os dados do censo demográfico mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para cada Unidade da Federação do local de oferta de vagas da Instituição, as quais incidem sobre as vagas mencionadas acima.

Define-se também como ação afirmativa a reserva de vagas, em cada curso e turno, para candidatos que tenham cursado o Ensino Médio parcialmente em escola pública (ao menos um ano com aprovação) ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento da instituição seja proveniente do poder público, em pelo menos 50%. O percentual de vagas destinado a essa ação afirmativa basear-se-á no processo seletivo institucional, observando o percentual de candidatos inscritos com esse perfil.

Atendidos os percentuais das ações afirmativas da UFFS e da legislação vigente, as demais vagas serão de ampla concorrência para qualquer candidato, independente da procedência escolar, renda familiar e raça/cor.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao ensino superior público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de universidades comunitárias e estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Neste novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às



universidades públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.

Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas e vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte



do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de exclusão de parcelas significativas da população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêsego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul/CUT) e pela Via Campesina. Além dessas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por Igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas Associações de Prefeitos, por vereadores, deputados estaduais e federais e senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma universidade, pois se tratava de um



projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da universidade a ser criada, a localização de seus campi e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e *campi* em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor *pro tempore* da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os



primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.

No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco *campi* da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada campus foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da comunidade acadêmica e regional, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da escola pública de ensino médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.



A organização dos *campi*, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os *campi* e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1ª COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos-administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de Campus, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos *campi*, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.



Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo *lato sensu*, já em 2011, até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, articuladamente, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos *campi* emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do *Campus* Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 *campi* iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões constituídas



pelo INEP/MEC para verificar, *in loco*, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional incluyente e sustentável.



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Profa. Dra. Janete Stoffel

3.2 Equipe de elaboração:

Prof. Me. Alexandre Manoel dos Santos
Prof. Dr. Alvaro de Oliveira Borges Filho
Prof. Me. Anderson Luiz de Oliveira
Prof. Me. Antônio Maria Carpes
Profa. Ma. Deise Maria Bourscheidt
Prof. Dr. Gracialino da Silva Dias
Prof. Me. Henrique Von Hertwig Bittencourt
Profa. Dra. Janete Stoffel
Prof. Me. João Arami Martins Pereira
Prof. Me. Luis Cláudio Krajevski
Prof. Me. Marcio Moraes Rutkoski
Prof. Me. Mariano Luiz Sanchez
Prof. Ma. Marisela Garcia Hernandez
Prof. Me. Martinho Machado Junior
Prof. Ma. Nádia Teresinha da Mota Franco
Profa. Ma. Paola Beatriz Sanchez
Prof. Me. Paulo Alexandre Nunes
Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli
Prof. Me. Rafael Stefenon
Prof. Me. Tiago da Costa

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Diretor de Organização Pedagógica: Derlan Trombetta

Pedagogas: Dariane Carlesso, Neuza Maria Franz Blanger, Adriana Folador Faricoski

Técnico em Assuntos Educacionais: Alexandre Luis Fassina

Diretoria de Registro Acadêmico: Andressa Sebben, Elaine Lorenzon e Maiquel Tesser

Divisão de Estágios: Diego Palmeira Rodrigues

Revisão das referências: Bibliotecária Maria Rosa Moraes Maximiano

Revisora Textual: Marlei Maria Diedrich

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do curso de Graduação de Bacharelado em Ciências Econômicas é constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao Domínio Específico do curso, com produção acadêmica na área, experiência no desenvolvimento do ensino e



em outras dimensões entendidas como importantes, como a extensão. Sua composição contempla, também, 1 (um) docente do Domínio Comum e 1 (um) do Domínio Conexo, conforme as orientações curriculares da UFFS. Convém ressaltar que esta é a composição mínima, sendo que o NDE do curso de Ciências Econômicas, conforme designado na Portaria nº 595/GR/UFFS/2014, é composto pelos seguintes docentes:

Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Janete Stoffel	Doutora	Específico
Anderson Luiz de Oliveira	Mestre	Específico
Antônio Maria da Silva Carpes	Mestre	Específico
Mariano Luis Sanchez	Mestre	Comum
Marisela Garcia Hernandez	Mestra	Conexo
Paulo Alexandre Nunes	Mestre	Específico
Pedro Ivan Christoffoli	Doutor	Específico
Tiago da Costa	Mestre	Específico

Fonte: Portaria nº 595/GR/UFFS/2014

Conforme a Resolução da CONAES Nº 1 de 17 de junho de 2010 e respectivo Parecer Nº 4 de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de professores, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.



4 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

As políticas públicas estruturantes com a finalidade de propiciar melhor qualidade de vida, assim como a diversificação da estrutura produtiva visando ao aumento da renda e do emprego e, conseqüentemente, o bem-estar social, são de suma importância para atender as necessidades da população desta região.

No âmbito urbano, observa-se o crescimento de áreas habitadas sem infraestrutura adequada e a baixa qualificação da mão de obra, as quais contribuem para a elevação da desigualdade social. Já no âmbito rural, os pequenos agricultores, população majoritária nessa região, necessitam de políticas estruturantes com a finalidade de propiciar melhor qualidade de vida, diversificação de sua produção e, acima de tudo, a permanência de seus filhos e filhas no próprio espaço de convivência familiar. A região é identificada pelo seu baixo grau de desenvolvimento, o qual pode ser resultado da ineficácia das políticas públicas.

Por muitos anos os trabalhadores dessa região vêm migrando para os grandes centros urbanos, iludidos na tentativa de alcançar condições dignas de vida e trabalho. Entretanto, acabam engrossando os “bolsões” de miséria das grandes cidades, sem oportunidade de emprego e habitação, sem acesso à saúde, submetidos à desagregação social e familiar, à violência e degradação cultural. Historicamente, faltou a essa região a possibilidade de pensar e planejar seu desenvolvimento numa perspectiva popular, e não apenas integrada e subordinada aos projetos centralistas ou aos do capital privado.

Neste contexto, no ano de 2010 passou a ser ofertado o curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (DRGA). Entretanto, com o passar do tempo alguns questionamentos foram feitos considerando o curso ofertado, o perfil do egresso, os objetivos do curso, a carreira profissional (incluindo entidade de classe), além de outros óbices naturais de um curso novo em uma universidade nova. Durante as discussões realizadas frente a esses questionamentos, surgiu a possibilidade de adaptar o curso para um curso de graduação já existente. Assim, após discussões entre a Reitoria, Pró-Reitoria de Graduação, Coordenação de Curso e professores pertencentes ao Colegiado, foi definido que o curso deveria ser alterado, desde que com a concordância



dos acadêmicos que cursavam DRGA. Considerando que todos os acadêmicos aceitavam a migração de DRGA para Ciências Econômicas e considerando a deliberação do Colegiado, o curso de DRGA foi extinto, dando lugar ao curso de Ciências Econômicas, com linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo. A migração do curso de DRGA para Ciências Econômicas ocorreu de forma plena e tranquila, com os processos do antigo curso sendo absorvidos pelo curso de Ciências Econômicas, além da validação de quatro (4) componentes curriculares anteriormente cursados, conforme Portaria nº 1330/GR/UFFS/2013.

O Curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, foi criado em 2012, a partir das necessidades emergentes da população carente da Mesorregião Grande Fronteira do MERCOSUL e seu entorno. Por iniciativa e persistência dos movimentos sociais organizados, este curso procura contribuir para superar a matriz econômica existente, viabilizando formas de incentivo à agricultura familiar, à gestão de micro e pequenas empresas, ao desenvolvimento local, ao cooperativismo e, principalmente, ao desenvolvimento profissional do jovem, dentro de suas características regionais. Historicamente, essa região, que abrange parte dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, assiste a níveis crescentes de pobreza, assim como de carência de acesso ao ensino superior, entre outras políticas públicas.

No ano de 2013 ocorreu o reconhecimento do curso, no qual o conceito alcançado foi 4 (na escala que oscila entre 0 e 5). A partir deste reconhecimento o Colegiado do Curso compreendeu serem necessários ajustes de reformulação do PPC pelos seguintes motivos: a) a Comissão de avaliação do INEP/MEC apresentou sugestões de melhoria na grade curricular do curso; b) na oportunidade em que o curso mudou de DRGA para Ciências Econômicas, foram efetuados ajustes na grade que demandavam ainda a alteração em CCRs; c) ao Colegiado do Curso foram incorporados docentes formados na área econômica permitindo o aprimoramento da formação específica, nas ementas, carga horária e conteúdos dos CCRs; d) o seminário realizado com a comunidade externa apontou para a importância de ajustes, considerando o amadurecimento do curso e do corpo docente de forma a atender as demandas regionais.

Nesse sentido, a criação da UFFS e do curso de Ciências Econômicas representa uma possibilidade de suprir essa lacuna quanto ao desenvolvimento regional.



Numa perspectiva de desenvolvimento com elevação no nível de emprego e renda, na sustentabilidade ambiental com base na valorização das culturas locais, da auto-organização dos trabalhadores em movimentos sociais e formas associativas de produção e trabalho, esse curso simboliza a possibilidade afirmativa da luta contra a exploração humana e contra o monopólio dos grandes conglomerados capitalistas. Daí sua importância, sua identidade e sua inserção no contexto de atuação da UFFS.

4.1 Perfil socioeconômico regional

O Território da Cantuquiriguaçu abrange uma área de 13.947,73 km², correspondendo a aproximadamente 7% do território estadual; abrange 20 municípios, e reúne cerca de 250 mil habitantes, representando 2,3% da população paranaense (IPARDES, 2007). Esta região, onde se localiza fisicamente o *campus* de Laranjeiras do Sul, é caracterizada pelo baixo grau de desenvolvimento econômico e social e pelo elevado êxodo rural, além de níveis bastante desiguais de renda e escolarização.

Observando os indicadores sociais e econômicos da região constata-se que eles não são satisfatórios. Por exemplo, no ano de 2000, municípios que são vizinhos de Laranjeiras do Sul, como Cantagalo (0,52), Rio Bonito do Iguaçu (0,47) e Goioxim (0,45), apresentam índices de desenvolvimento humano (IDH) piores ou iguais a países vulneráveis como a Argélia (0,70).

Laranjeiras do Sul é um dos municípios integrantes do Território da Cantuquiriguaçu. Está localizado na mesorregião Centro-Sul Paranaense, com uma densidade demográfica de 49,7 habitantes por Km² e distante 364 Km da capital do Estado, Curitiba. O município de Laranjeiras do Sul apresenta-se como polo de várias outras cidades, inclusive sendo sede da Associação de Municípios da Cantuquiriguaçu e do Conselho de Desenvolvimento Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC).

O comércio de mueres, desde o período colonial, entre Rio Grande do Sul e São Paulo, foi responsável pela criação de diversas estradas e povoados, dentre os quais Guarapuava, com cerca de duzentos anos de existência. Entre as atividades econômicas que tiveram importância histórica para a região está a exploração da erva-mate, sobretudo no século XIX, entrando em declínio a partir da década de 1930. Ainda no século XIX até meados do século XX, desenvolveu-se o tropeirismo de gado e suínos. No entanto, a colonização efetiva dessa região se dá mais fortemente a partir dos anos de



1950. A exploração de madeira teve seu auge em meados do século XX e foi responsável pelo povoamento de uma vasta área na bacia do Rio Iguaçu. No entanto, dessa história de extrativismo e atividades erráticas restou uma região subdesenvolvida, deixada à margem pelo modelo dominante de desenvolvimento adotado na economia paranaense.

A população regional foi sendo conformada por uma miscigenação para a qual contribuem inicialmente os indígenas, os bandeirantes e os tropeiros, formando uma forte proporção de população cabocla. Também no início do século XX, imigrantes eslavos e italianos ocuparam grande parte dessa região. Da década de 1950 em diante se verifica um grande fluxo de imigrantes gaúchos e catarinenses, particularmente com destino às áreas do sudoeste e do oeste (IPARDES, 2007). Há ainda na região remanescentes de quilombos (Guarapuava) e descendentes de alemães.

A caracterização do perfil do habitante dessa região marca o subdesenvolvimento econômico, a destruição dos laços ancestrais nas comunidades indígenas e caboclas, pela desarticulação dos sistemas de faxinais com seus sistemas coletivos de uso da terra, e pela introdução da mecanização, com os cultivos em larga escala, a partir dos anos 1960-1970.

O processo de modernização da agricultura paranaense, deflagrado em algumas regiões, foi paulatinamente se estendendo a todas as áreas do Estado, provocando intensos movimentos de evasão populacional das áreas rurais. No entanto na região do atual Território da Cantuquiriguaçu tal movimento se dá de forma demorada, motivado pela ocupação tardia e pela marginalidade produtiva da maior parte de suas terras. A efetiva ocupação pela cultura da soja, por exemplo, ocorrerá já na expansão ocorrida nos anos 1990, fruto da ascensão do preço no mercado internacional.

Derivado desse modelo excludente e concentrador de renda e riqueza, ocorre o êxodo rural, dirigido a centros urbanos de maior distância, resultando em saldos migratórios negativos para fora da região (IPARDES, 2007), em particular na direção do litoral dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Decorrente desse fenômeno, nos últimos decênios o ritmo de crescimento populacional da maior parte dos municípios do atual Território da Cantuquiriguaçu vem sendo baixo, notando-se, inclusive, a ocorrência de inúmeros casos de decréscimo absoluto de população decorrente do processo de modernização e mecanização das atividades agrícolas, na perspectiva capitalista. Apesar



disso, na maioria dos municípios ainda predomina a população rural (CONDETEC, 2004).

Além disso, ocorre também uma modificação nos padrões etários dos municípios revelando um processo acelerado de envelhecimento, com redução dos grupos de idade mais jovens (IPARDES, 2004a e 2004b). Tal fenômeno no meio rural é fruto de dois movimentos: a melhoria das condições de saúde pública e programas de transferência de renda (Previdência Social, principalmente) que provocam aumento de longevidade e, de outro lado, verifica-se crescente masculinização e envelhecimento da população remanescente, visto a emigração, principalmente de jovens e mulheres para o meio urbano. Tal fenômeno demográfico denota a falta de oportunidades de desenvolvimento em padrões adequados às aspirações dos jovens do meio rural como um dos fatores preponderantes, que causa aumento da demanda por serviços públicos direcionados à terceira idade. Apesar dessas tendências, há que se ressaltar, no entanto, que o grau de envelhecimento da população do Território Cantuquiriguaçu encontra-se em um patamar bem abaixo ao da média do Estado (13,5% ante 20%¹ da média estadual). Tal fato pode decorrer, em parte, da existência de assentamentos rurais em número significativo nesta região.

Em relação ao indicador de desenvolvimento humano (IDH), os municípios do Território Cantuquiriguaçu estão abaixo da média estadual, ainda que tenha havido uma melhora no IDH regional nos anos 2000-2010. Mesmo Laranjeiras do Sul, que registrou o segundo índice mais elevado em relação aos municípios deste território no ano de 2010 (0,706) e Virmond, que apresentou o maior IDH do território no ano de 2010 (0,722), encontra-se abaixo da média estadual (0,749).

O IDH é composto por três componentes, Renda per Capita, Longevidade e Educação. Entre estes componentes, o que mais chama atenção é a Renda per Capita, pois esta variável corresponde a apenas 54% da Renda per Capita estadual. Essa baixa renda transparece também na proporção de pessoas extremamente pobres no território que, em 2000, era de aproximadamente 21%, indicador bastante superior à proporção estadual, de 6,08%. Em 2010, mesmo com redução significativa da proporção de pessoas extremamente pobres neste território, ainda é bem acima da proporção estadual,

¹ Esse dado indica haver 20 idosos com 65 anos ou mais em relação a cada grupo de 100 jovens com 15 anos ou menos, na população total do Estado.



sendo que em 2010 a proporção de pessoas extremamente pobres no território da Cidadania Cantuquiriguaçu foi de 9,27%, e no Estado do Paraná foi de 1,96%, segundo dados disponíveis em IPARDES (2014)². De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas.

No Território Cantuquiriguaçu, a dinâmica econômica favoreceu a concentração de renda. Em 1991, a razão entre os extremos ricos e pobres, era de 17, abaixo da média estadual. Em 2000, esse indicador ultrapassava a média do Estado, alcançando o patamar de 28. Tendo como referência o Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita, verifica-se que a concentração de renda ainda permanece superior neste território em comparação a este mesmo indicador para o Estado do Paraná. Em 2000 a média do índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita dos municípios que fazem parte deste território foi de 0,614; para o Estado do Paraná foi de 0,606. Em 2010 a média dos municípios deste território foi de 0,529 e no Estado do Paraná foi de 0,542, isto é, mesmo com redução deste indicador, ainda permanece superior à média estadual, contando com alguns municípios deste território com valores superiores ao verificado para a média territorial, conforme dados disponíveis em IPARDES (2014). Apesar dos ganhos verificados na década, em 2000 a maioria dos municípios não ultrapassava a média de renda domiciliar *per capita* de um terço do salário mínimo. Na escala superior das famílias, os ganhos foram elevados e, em consequência, definiram valores substanciais, com variações de 13 a 51 na razão de desigualdade (IPARDES, 2007).

Outro aspecto preocupante da realidade regional diz respeito ao trabalho infanto-juvenil, que é um indicativo das dificuldades socioeconômicas das famílias que dependem da contribuição do trabalho ou da renda de seus filhos para se manterem. No Território Cantuquiriguaçu, segundo o IBGE (2000), neste ano encontravam-se ocupados 9.931 trabalhadores com idade entre 10 e 17 anos, 24,2% do total desse grupo etário – percentual superior à média estadual, de 16,9%. Assim como no Estado, neste conjunto predominam adolescentes de 14 a 17 anos, que representam 36,8% do total de ocupados. Esse dado é importante também para justificar a adequação de turnos oferecidos pela UFFS (em especial o noturno e a modalidade de alternância), bem como

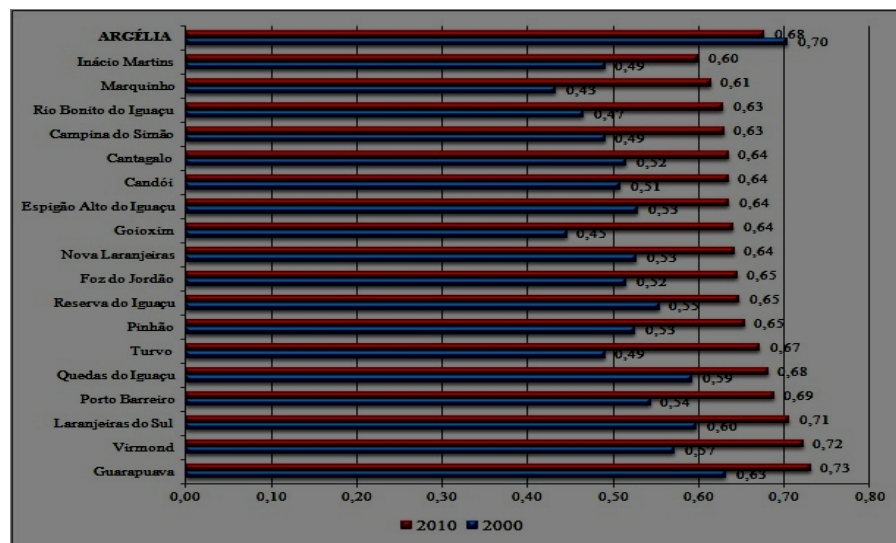
² IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Base de Dados do Estado. 2014. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 09 set. 2014.



o papel da universidade na dinamização de oportunidades de ascensão social para esses jovens.

Para ilustrar algumas das condições dos municípios em que a UFFS tem influência, no gráfico 1 são apresentados os dados do IDH dos municípios que fazem parte da Microrregião de Guarapuava nos anos de 2000 e 2010³.

**Gráfico 1: Índice de desenvolvimento Humano – ano 2000 e 2010
(Microrregião de Guarapuava)**



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano de 2000 e 2010.

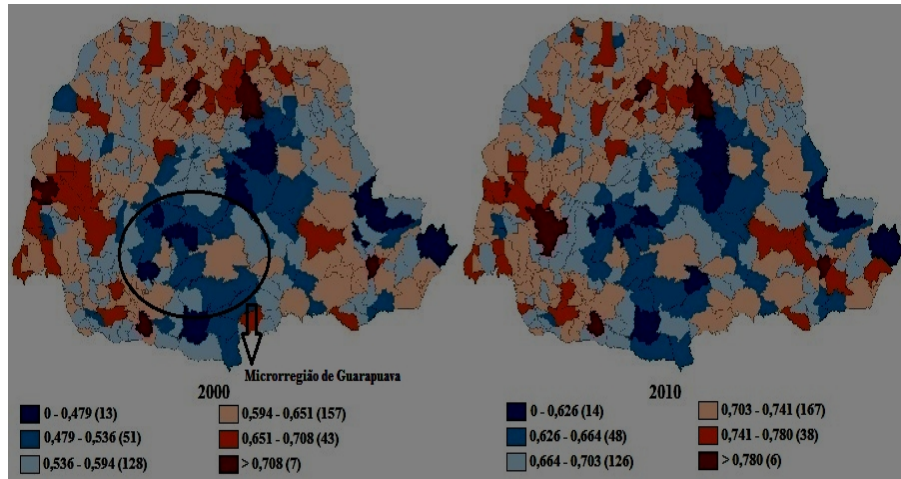
Observa-se no Gráfico 1 que de 2000 a 2010 houve aumento no índice entre os municípios da Microrregião de Guarapuava, podendo observar que a média do IDH nesta microrregião aumentou, porém, antes de qualquer análise precipitada sobre o avanço deste indicador, conforme citado, é importante fazer a comparação em relação ao Estado do Paraná, no período observado.

O próprio município de Laranjeiras do Sul, segundo melhor IDH da Microrregião de Guarapuava, está abaixo da Argélia, país localizado no norte da África, que passa por enormes dificuldades econômicas, sociais e políticas. A Microrregião de Guarapuava apresenta os piores índices de desenvolvimento humano do Paraná, conforme pode ser observado no Gráfico 2 e essa situação se torna mais crítica quando

³ Cabe ressaltar que o município de Laranjeiras do Sul pertence ao Território da Cantuquiriguaçu e também à Microrregião de Guarapuava. A primeira regionalização é constituída pelos Territórios da cidadania enquanto a segunda é uma regionalização do IBGE.

analisado o índice de Gini (Gráfico 3), que mede a concentração de determinados índices (riqueza, ou terra, etc.).

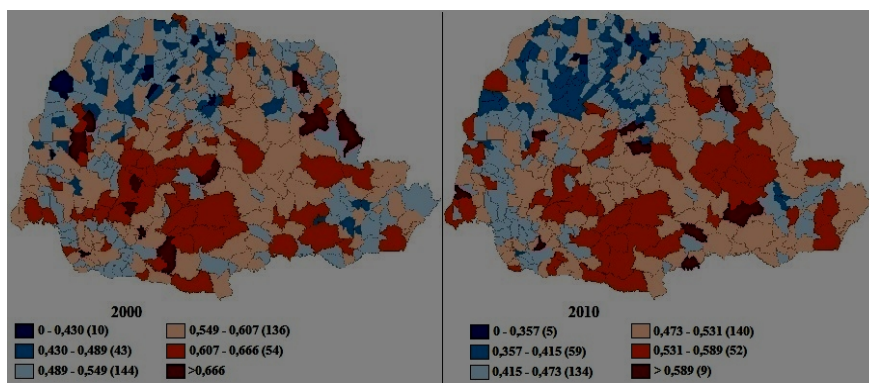
Gráfico 2: Índice de desenvolvimento Humano – anos 2000 e 2010 (Paraná)



Fonte: Ipardes, 2014.

Em relação à comparação do IDH dos municípios que fazem parte da Microrregião de Guarapuava com os demais municípios do Estado do Paraná, observa-se que, nesta Microrregião, boa parte dos municípios encontra-se em situação precária, apesar da evolução observada nos indicadores destes municípios no período 2000-2010.

Gráfico 3: Índice de Gini para o Indicador – anos 2000 e 2010 (Paraná)



Fonte: Ipardes, 2014.

Observando o Índice de Gini a partir da Renda Domiciliar per Capita, constata-se que os municípios pertencentes à Microrregião de Guarapuava apresentaram os piores índices de concentração de renda no ano de 2000. Guarapuava (0,64) e Laranjeiras do Sul (0,59), municípios com os maiores índices de desenvolvimento humano da



microrregião, apresentaram uma alta taxa de concentração de renda, indicando que a população não vive igualmente nas poucas ilhas de desenvolvimento existentes nos municípios. Piores condições encontram-se nos municípios vizinhos a Laranjeiras do Sul, apresentando baixos índices de desenvolvimento humano e alta concentração de renda. Em 2010, mesmo com redução do índice de Gini, comparando-se com os valores de 2000, a Microrregião de Guarapuava possui ainda os maiores índices de Gini em nível estadual (correspondendo a maior concentração de renda). Na Tabela 1 pode ser visualizada a variação do Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita dos municípios da microrregião de Guarapuava e do Estado do Paraná, no período de 2000 a 2010.



Tabela 01 – Índice de Gini da Renda Domiciliar per Capita e sua variação, Microrregião de Guarapuava e o Estado do Paraná (2000 e 2010)

Localidade	Anos	
	2000	2010
Campina do Simão	0,52	0,50
Candói	0,64	0,55
Cantagalo	0,63	0,52
Espigão Alto do Iguaçu	0,67	0,58
Foz do Jordão	0,62	0,55
Goioxim	0,63	0,49
Guarapuava	0,64	0,56
Inácio Martins	0,63	0,52
Laranjeiras do Sul	0,59	0,55
Marquinho	0,60	0,51
Nova Laranjeiras	0,65	0,57
Pinhão	0,61	0,54
Porto Barreiro	0,60	0,52
Quedas do Iguaçu	0,66	0,58
Reserva do Iguaçu	0,65	0,57
Rio Bonito do Iguaçu	0,59	0,51
Turvo	0,56	0,53
Virmond	0,53	0,54
Paraná	0,61	0,54

Fonte: Ipardes, 2014.

Em termos educacionais, o *Campus* Laranjeiras do Sul possui abrangência e área de influência considerável, atraindo estudantes de várias regiões do Paraná (inclusive do Oeste, Leste e Noroeste do Estado) e de Santa Catarina. No entanto, seu foco de atuação principal está mais voltado para as regiões do Território da Cantuquiriguaçu, da Microrregião de Guarapuava e de partes das regiões Centro e Sudoeste do Estado do Paraná.

Os dados apresentados mostram com elementos qualitativos e quantitativos, relativos à realidade socioeconômica e educacional regional, a pertinência de instalação de um *campus* da UFFS neste local. E reforçam a oportunidade de contribuição que o curso de Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, tem em relação à região. Contribuição esta que pode auxiliar na qualificação da base na vocação agrícola da região, sem descuidar da projeção de futuro para a mesma.

Os argumentos que justificam a criação do curso estão demonstrados por indicadores detectados na área de abrangência do projeto, destacando-se, dentre outros



requisitos, pelo baixo grau de desenvolvimento socioeconômico, fruto de uma série de fatores tais como:

- I. A posição geográfica do território, que dificultou a interligação terrestre com outras regiões do estado e do país.
- II. O modelo histórico de povoamento: esparso, focado em grandes latifúndios e em unidades familiares isoladas, sem o estímulo para organizações associativas que pudessem capitalizar territorialmente os resultados econômicos.
- III. Os ciclos econômicos aqui implantados, baseados no extrativismo, sem consideração pela geração de novas atividades e a necessária formação de capital social (na acepção de Putnam⁴).
- IV. Modelos econômicos promotores de concentração de renda e riqueza, bloqueando a distribuição equitativa da riqueza gerada.
- V. Iniciativas geradoras de um passivo ambiental com forte impacto residual até os dias atuais, resultando na degradação de solos e na dilapidação de um capital inicial que permitiria reservas econômicas e naturais para um projeto regional sustentável de desenvolvimento.
- VI. Intervenções de grande porte por iniciativa governamental na área de energia (com posterior privatização a valores ínfimos) resultando na drenagem dos recursos gerados pelas hidrelétricas⁵ para fora da região e do país, deixando apenas os rastros sociais de degradação e pobreza em seu entorno e gerando maior concentração de renda e riqueza.

Esse conjunto de fatores indica a importância da implantação e do funcionamento do *Campus* e do curso de Ciências Econômicas na região. A seguir aprofundam-se os elementos da demanda e da inserção social do curso.

4.1.1 Aspectos sobre a demanda existente

O curso procura atender a demanda oriunda dos seguintes segmentos: filhos de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária (a região de abrangência da UFFS detêm cerca de 75% de famílias de pequenos produtores rurais, provenientes da

⁴ PUTNAM, Robert. Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

⁵ Segundo dados do Ipardes (2005 e 2007), o setor elétrico responde por 80% do valor adicionado pelo setor industrial na região do Território da Cantuquiriguaçu. No entanto essa atividade é altamente intensiva em capital e estabelece vínculos quase nulos com as cadeias produtivas locais.



agricultura familiar); comunidades indígenas que vivem em condições precárias de sobrevivência; sócios e dirigentes de cooperativas e associações rurais e urbanas carentes de formação técnica em gestão, dirigida a fomentar o associativismo e a intercooperação e a conduzir processos coletivos de resolução de problemas; trabalhadores da região em idade escolar e universitária, inseridos nas empresas da região; quadros dirigentes dessas empresas regionais que já exercem função de gestão empresarial e que pretendem aperfeiçoar seus conhecimentos na área; jovens atualmente fora da escolarização atraídos pelas novas oportunidades surgidas com a criação do curso e da universidade na região.

- I. Jovens egressos das Casas Familiares Rurais (sete na região, com 1700 acadêmicos) e do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia - CEAGRO (seis turmas com mais de 360 profissionais formados, região do Território da Cantuquiriguaçu).
- II. Gestores e servidores públicos de órgãos municipais, estaduais e federais, que procuram aperfeiçoar seus conhecimentos e habilidades em vista de melhor exercer o cargo público, bem como desenvolver estratégias mais adequadas para o desenvolvimento da região.
- III. Gestores de pequenos municípios que enfrentam problemas na execução de seus planos de desenvolvimento.
- IV. Gestores de microempreendimentos, que visam ampliar seus conhecimentos e qualificar a forma de gerir seus negócios.

4.1.2 Relevância do projeto para o desenvolvimento regional

Partindo da realidade regional, sobretudo de premissas como:

- 1) Há um baixo nível de desenvolvimento da região (dados do PIB, pobreza, renda, entre outros);
- 2) Há a necessidade de se formar quadros técnicos organizadores de iniciativas associativas que promovam melhorias sociais e o desenvolvimento econômico regional de forma inclusiva e sustentável;
- 3) Há a necessidade de formar quadros técnicos e políticos para atender a demanda de serviços públicos presente na região; e
- 4) Há necessidade de elevação cultural e de escolarização do meio rural;



Pode-se afirmar que a relevância do curso de Ciências Econômicas para o desenvolvimento regional decorre da:

- a) necessidade e possibilidade de criação de um modelo de desenvolvimento equitativo, baseado na cooperação entre os mais pobres, na intercooperação entre cooperativas e formas associativas, no associativismo entre micro e pequenas empresas regionais, de forma a poder desenvolver novas iniciativas socioeconômicas de futuro para a região, que contribua para reduzir a pobreza e a desigualdade social regional;
- b) necessidade de profissionais preparados e qualificados para elaboração participativa de programas e políticas públicas descentralizadoras de renda e riqueza e indutoras de um desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente sustentável.

4.1.3 O curso deverá:

- I. Estudar, compreender e sistematizar conhecimento sobre as dinâmicas socioeconômicas e ambientais historicamente construídas na região;
- II. Cotejar com o conhecimento científico existente e com as experiências históricas brasileiras e internacional;
- III. Levar em conta as potencialidades existentes na região e no país;
- IV. Formatar propostas educativas e de intervenção na realidade (articulando ensino com pesquisa e extensão), de forma compartilhada com os atores sociais presentes na região;
- V. Construir nesse território, numa perspectiva de resgate das possibilidades históricas, um novo modelo de desenvolvimento.

4.1.4 Inovações propostas com o curso

- I. Um curso comprometido com o desenvolvimento regional, em especial com a superação da pobreza e da desigualdade socioeconômicas, considerando as características agrárias da região;
- II. A oferta de turno noturno permitindo que jovens e adultos trabalhadores possam cursar a universidade;



- III. A promoção da interação com os movimentos sociais, com as associações empresariais e com o cooperativismo da região, mediante projetos de pesquisa e extensão de modo a preparar quadros qualificados e ao mesmo tempo ir se inserindo na realidade regional, buscando sua transformação;
- IV. Oferta de turmas em regime de alternância, de forma a propiciar o acesso à UFFS e ao curso de Ciências Econômicas em particular, por estudantes residentes no meio rural, com dificuldades de acesso diário à universidade, seja pelas distâncias de sua residência até o *campus*, seja pela inexistência de transporte cotidiano. A oferta de curso(s) em regime de alternância acontecerá quando houver demanda e para tal será apresentado um PPC que apresente o curso com suas especificidades.
- V. Constituição de Programa de Pós-Graduação, propiciando o aprofundamento da formação profissional e o aperfeiçoamento das atividades de pesquisa e extensão focadas no desenvolvimento e cooperativismo.

4.1.5 Inserção social do curso considerando as necessidades da comunidade

- I. O curso pretende responder às necessidades identificadas no diagnóstico regional que vem sendo construído coletivamente em espaços como o Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC) e em análises estruturais feitas pelo IPARDES (2009), pelos movimentos sociais do campo (MSC) e por órgãos governamentais.
- II. Em atenção à Portaria 40 do MEC de 12 de dezembro de 2007, o curso de Ciências Econômicas terá como turno de oferta o noturno, de forma a possibilitar que jovens trabalhadores possam cursar a universidade, sem ter de sacrificar a renda familiar, ou exercer seleção negativa, no sentido de apenas viabilizar educandos que possam se manter na UFFS devido a condições econômicas familiares favoráveis.
- III. O curso buscará apoiar e implantar, direta ou indiretamente, projetos estruturantes em vista de produzir conhecimento e reforçar ações que atuem sobre os gargalos responsáveis pelo atraso regional. Buscará contribuir para as reflexões e análises que apontem os limites e as contradições do modelo de desenvolvimento historicamente construído na região, de forma que no futuro a



região possa dispor de estratégias inclusivas e equitativas de desenvolvimento. Para isso é fundamental uma prioridade clara no envolvimento da UFFS e do curso de Ciências Econômicas com a população mais pobre do campo e do meio urbano de forma a contribuir para superar a miséria e as desigualdades sociais detectadas.

Com base nos argumentos precedentes, a UFFS, instituição pública, democrática, popular e gratuita, por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e de seu Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) oferece o curso de Ciências Econômicas como resposta aos anseios regionais da Grande Região da Fronteira Sul. E, nesse sentido, o curso contempla uma proposta de formação profissional, consciente dos apelos e das manifestações daqueles que procuram superar as desigualdades sociais, construindo um novo futuro para a região.

4.2 Justificativas para a reformulação do PPC do curso

A partir da Portaria 728 do Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2013 o curso de Ciências Econômicas foi reconhecido em avaliação externa do INEP/MEC, recebendo conceito 4, o que reforçou a qualidade da proposta e atuação que o curso vem tendo. Entretanto, a busca pelo aprimoramento contínuo do curso estimulou o Colegiado do Curso a revisar aspectos do PPC do curso, tendo em vista as seguintes justificativas:

a) A grade curricular elaborada durante o segundo semestre de 2011 precisou ser construída a partir dos componentes curriculares que já haviam sido ofertados para o curso de DRGA. Sendo assim, em muitos componentes curriculares havia a necessidade de reformulação, seja para ampliar carga horária ou ajustar conteúdos ofertados;

b) Durante o processo de reconhecimento do curso, a comissão avaliadora sugeriu a inclusão de alguns componentes curriculares, tais como Cálculo e História do Pensamento Econômico. Assim, a reformulação aqui proposta já inclui as sugestões apresentadas durante o reconhecimento;

c) A partir do momento em que o quadro de professores de Economia está formado, foram necessários ajustes e adequações em relação tanto às ementas quanto aos componentes curriculares;



d) Os debates realizados no Colegiado, as conversas com os acadêmicos, o perfil do curso e do egresso e a diplomação da primeira turma indicam a necessidade de alguns ajustes;

e) O Seminário de Economia, realizado em 25/01/2014, com participação significativa da comunidade externa ratifica a necessidade de alterações na grade curricular.

Esta versão do PPC será aplicada às turmas ingressantes a partir de 2015. Desta forma fica garantido aos acadêmicos regularmente matriculados, que ingressaram até 2014, o direito de conclusão do curso no PPC anterior. Assim, até o final do ano de 2018 (quando será integralizada a matriz curricular para os ingressantes de 2014) o curso de Ciências Econômicas manterá a oferta paralela de dois Projetos Pedagógicos de Curso. Para aqueles acadêmicos que desejarem efetuar a migração entre PPCs será necessária solicitação que deverá ser apreciada pelo Colegiado do Curso. No caso de ser aprovada a migração, deverão ser obedecidas as equivalências apresentadas no Anexo I.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)

5.1 Referenciais ético-políticos

Os referenciais ético-políticos do curso de Ciências Econômicas, com linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo, seguem o disposto no projeto pedagógico institucional da UFFS e podem ser sintetizados em quatro grandes dimensões:

- I. Perspectiva universitária pública e popular, a fim de suprir as dificuldades historicamente acumuladas de acesso e permanência da população da mesorregião ao ensino superior;
- II. Preocupação com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da região da fronteira sul do País;
- III. Universidade democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
- IV. Universidade que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, a partir de um perfil formativo que englobe formação cidadã, interdisciplinar e profissional.

De acordo com essas diretrizes gerais, a formação do profissional de Ciências Econômicas deverá contribuir para permanência da população na Mesorregião da Fronteira Sul, oferecendo alternativas de qualificação e, com isso, de geração de renda. Dessa forma, o curso procura contribuir para reverter a tendência de redução da população jovem na região e oferecer novas oportunidades de qualificação, fatores fundamentais para recuperar o dinamismo econômico da agricultura familiar e viabilizar melhores indicadores de qualidade de vida para a região.

A UFFS não se preocupa apenas com o acesso da população historicamente excluída do ensino superior público, mas também com sua permanência na Universidade. A instituição está inserida no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). Com o objetivo de viabilizar igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, além de contribuir para que o desempenho acadêmico seja melhorado, adotando medidas que



buscam combater situações de repetência e evasão. Os acadêmicos do curso de Ciências Econômicas têm à sua disposição as possibilidades do PNAES, além do acesso a bolsas de estudo em projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos docentes do curso.

Para formar o profissional com as competências e habilidades dispostas nesse projeto pedagógico, o curso de Ciências Econômicas busca forte integração nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas. Essa política, na perspectiva proposta, deverá contribuir para o desenvolvimento e disseminação de modelos e atividades econômicas alternativas, que se baseiam na sustentabilidade e na solidariedade, visando à superação da matriz produtiva vigente. Assim, o curso visa contribuir para amenizar as desigualdades sociais e regionais, problema historicamente não resolvido pela nossa sociedade, e que deve ser pensado em cursos com a proposta de formação profissional aqui apresentada.

O curso prioriza ainda, nos moldes estabelecidos pelos referenciais ético-políticos da UFFS, o respeito aos princípios de democracia e autonomia, assim como a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, por entender que esse processo oportuniza a pluralidade metodológica e o debate acadêmico. Esse último entendido como uma excelente forma de avanço do conhecimento e fortalecimento dos três pilares básicos que sustentam uma Universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

5.2 Referenciais Epistemológicos

A redefinição do papel social da universidade no atual contexto social requer não apenas uma atividade inflexiva sobre os fundamentos éticos e políticos da práxis educativa; implica também uma profunda revisão das formas de produção, sistematização, conservação e transmissão do conhecimento, historicamente construído, pela Universidade moderna. O modelo epistemológico vigente, fundado a partir do ideal iluminista, foi orientado ora para a formação de quadros burocráticos tendo em vista o funcionamento do Estado, ora para a formação nas politécnicas a fim de atender demandas associadas ao processo de modernização e de consolidação do capitalismo em um dado contexto.



Do ponto de vista epistemológico, a perspectiva proposta pela UFFS implica o rompimento com este referencial orientador constituído historicamente pela universidade moderna, haja vista a missão da Instituição, criada para ser vetor do desenvolvimento mesorregional a partir de uma perspectiva solidária e sustentável, tendo como premissa a superação da atual matriz produtiva. Essa ruptura implica a adoção de uma postura epistemológica fundada nas seguintes características:

- I. Num norte epistemológico histórico-crítico, que perpassasse organicamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade e segundo o qual toda atividade universitária se oriente para a promoção e reconhecimento de identidades coletivas;
- II. Na ideia de “ecologia de saberes”, a partir da qual o conhecimento científico é posto a par de outras formas de saber, fundadas, por exemplo, na tradição religiosa, filosófica e cultural da região, no intuito de estabelecer um diálogo profícuo entre eles. Assim, em oposição à ideia tradicional de “universidade” – que se consolidou historicamente como lócus privilegiado da produção e do cultivo do científico – adota-se a ideia de pluriversidade, tomando a Instituição como local privilegiado do encontro de saberes;
- III. Adoção de um paradigma integrador do conhecimento, em oposição ao cartesianismo (fragmentador e mecanicista).

Esta postura epistemológica materializa-se na adoção de determinadas posturas institucionais. Na dimensão do ensino, a organização pedagógica dos cursos da UFFS é indicativa da preocupação institucional nesse sentido, ao estruturar-se em torno de um domínio comum de formação com ênfase na formação cidadã, bem como de um domínio conexo de formação com ênfase na interdisciplinaridade paralela ao domínio específico de cada formação profissional. Neste sentido, a interdisciplinaridade e a pluralidade metodológica e paradigmática constituem-se como aspectos fundamentais do curso.

O currículo, embora concebido com base na organização dos componentes curriculares, tem passado por modificações que objetivam torná-lo mais flexível, permitindo uma maior comunicação entre os componentes curriculares, melhor relação teoria-prática e maior participação do acadêmico. Esta temática tem sido objeto de discussão entre docentes da Instituição, no sentido de avaliarem alternativas para a



implantação de uma proposta integradora para o curso, que sistematize e oriente a interação entre os saberes desenvolvidos no ementário de seus diversos componentes curriculares.

Na dimensão do ensino, o curso de Ciências Econômicas contempla a preocupação em desenvolver suas atividades de forma crítica e reflexiva, em uma perspectiva histórica que demonstre a evolução da sociedade e das suas diferentes formas de organização, funcionamento e modos de produção. Objetiva-se construir uma forma de pensar que supere o individualismo, estimulando o desenvolvimento e a disseminação da identidade coletiva por meio da cooperação e do compartilhamento do conhecimento.

Em consonância com as diretrizes epistemológicas da UFFS, o curso de Ciências Econômicas procura, por meio dos seus diversos componentes curriculares (especialmente por meio do domínio específico), uma formação que contemple o estudo do conhecimento nas suas mais diversas manifestações (conhecimentos relativos à tradição religiosa, filosófica e cultural da região), especialmente focada na evolução histórica desses saberes. A disposição dos componentes curriculares da forma exposta na matriz curricular demonstra não estarem as diversas formas de conhecimento desconexas, mas sim integradas, proporcionando a formação de um profissional com visão holística/sistêmica dos saberes em sua manifestação abstrata e concreta.

Na dimensão da pesquisa científica, esta perspectiva epistemológica orienta a opção por atividades comprometidas com:

- I. a produção e sistematização de conhecimento sobre o contexto de inserção de UFFS, sobretudo na compreensão da identidade dos elementos que unem a Mesorregião da Grande Fronteira Sul;
- II. suporte técnico e tecnológico aos grupos mais carentes da população mesorregional, especialmente os pequenos produtores rurais, a população indígena e os quilombolas, o que será viabilizado por meio de atividades de extensão e pesquisa desenvolvidas no curso;
- III. o fomento ou aprofundamento das dinâmicas de modelos econômicos cooperativos e solidários, por meio de projetos de extensão e pesquisa;
- IV. diálogo com os movimentos sociais, especialmente com aqueles engajados na criação da UFFS, por meio de seminários, atividades de pesquisa e extensão.



Esta perspectiva epistemológica reinterpreta também a importância da extensão acadêmica para a compreensão do papel social da UFFS. A extensão é concebida pelo Projeto Pedagógico Institucional da UFFS como canal de produção da legitimidade social da Universidade. Com isso, consegue-se a integração orgânica entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro do curso. A teoria da sala de aula é transposta para fora dela, compreendendo que a Universidade não é um ambiente fechado, mas dialoga constantemente com a comunidade que a abriga, sendo, também, lugar onde serão construídos os meios através dos quais a melhoria das condições dos cidadãos da região onde a Universidade se insere é almejada.

Na dimensão da pesquisa, seguindo a perspectiva epistemológica da UFFS, o curso de Ciências Econômicas contempla a produção e a sistematização do conhecimento voltado para a realidade regional. Além de priorizar a formação de identidades coletivas, a pluriversidade científica e a ideia de um paradigma integrador do conhecimento, a pesquisa no curso está direcionada à criação, promoção e ampliação de estudos que estimulem o dinamismo da economia regional. No contexto do perfil de profissional que se deseja formar, a pesquisa desenvolvida no curso prioriza estudos econômicos, sociais, políticos e ambientais relacionados às questões de desenvolvimento da região.

As pesquisas incluem, ainda, o suporte e a assistência tecnológica das atividades econômicas que contemplem o desenvolvimento regional como um todo, fomentando trabalhos que visem estimular a utilização de tecnologias ecologicamente corretas, mediante a conscientização dos produtores e profissionais do campo. As pesquisas desenvolvidas no curso procuram também atender as demandas da população e estimular o desenvolvimento de modelos de produção cooperativos e solidários, já que no atual contexto econômico tais ações são necessárias para sobrevivência dos pequenos produtores. Mais do que uma necessidade, tais ações criam alternativas de geração de renda e emprego para os pequenos agricultores.

A partir da concepção de ensino e pesquisa, o curso de Ciências Econômicas procura viabilizar atividades de extensão que forneçam apoio às atividades econômicas da região. O curso concebe a extensão como uma necessidade, já que é por meio dela que se estabelece a cooperação com a comunidade regional e se permite que os conhecimentos produzidos na Universidade, na comunidade ou no seu conjunto, possam



ser disseminados junto à sociedade local. O curso compreende-se como um sistema aberto que interage com a comunidade e, em conjunto, produz e dissemina o conhecimento.

5.3 Referenciais Metodológicos

As competências e habilidades dos egressos do curso de Ciências Econômicas são formadas e desenvolvidas em um contexto que privilegia a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Através dessa articulação procura-se formar profissionais conscientes do seu papel como agentes transformadores da atual realidade social e promotores do desenvolvimento local. Não se procura a formação de um profissional voltado aos interesses privados e individuais, mas sim um agente dotado de capacidades inovadoras e cooperativas, preocupado com os problemas que afligem o desenvolvimento regional. Para formação de um profissional capacitado a compreender o espaço de atuação e suas múltiplas interações, o curso oferece sólida formação em componentes curriculares que contemplam uma formação sociológica, política, econômica e ambiental, além de incentivar a pesquisa e a extensão nessas áreas. As questões econômicas são discutidas por meio de ações que integram a teoria e a prática, fatores presentes durante todo o período de formação dos profissionais. Além dos componentes curriculares dispostos nos três domínios de formação, essas questões têm espaço para serem debatidas e estudadas nos trabalhos de conclusão de curso dispostos na matriz curricular.

O egresso do curso de Ciências Econômicas deverá ser um profissional comprometido com o desenvolvimento regional e o cooperativismo, capacitado em gestão de empreendimentos agroindustriais no contexto da agricultura camponesa como forma de geração de renda e estímulo à economia local. Além disso, o objetivo é de que seja um profissional preocupado com a sustentabilidade não apenas financeira dos empreendimentos, mas com a questão ambiental, a utilização de tecnologias limpas, energias renováveis e também, com o desenvolvimento social e humano, visando a articulação do espaço rural com o urbano. O comprometimento com o desenvolvimento regional dos egressos deve estar amparado na capacidade de atuar e estimular a



cooperação, havendo na grade curricular a oferta de CCRs que contemplam o foco no cooperativismo.

Assim, o curso de Ciências Econômicas, por meio deste projeto pedagógico, articula o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como contempla os princípios de disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade na medida em que promove o estudo, a integração e a discussão entre os docentes e discentes dos diversos componentes curriculares, assim como o ensino e a extensão. Esse processo deve ser entendido como a integração entre componentes curriculares e os diferentes campos do saber, organizando-os para a unidade do conhecimento, visando ao pleno desenvolvimento do educando (compreensão do mundo presente). Deseja-se uma formação que prepare o profissional tanto para o exercício da cidadania, quanto para o mundo do trabalho em um processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar, nos diferentes espaços de formação (componentes curriculares do domínio comum, domínio conexo, domínio específico) e de flexibilização curricular (optativas e atividades curriculares complementares), os desafios impostos pelas mudanças sociais e pelos avanços científicos e tecnológicos.

Desta forma, o curso prepara o egresso com amplo conteúdo teórico, fundamental na formação de um economista, e avança ao enfatizar a linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo.

No que tange à linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo, busca-se contemplar o desenvolvimento regional, não se tratando apenas das questões econômicas pertinentes ao desenvolvimento, mas também de aspectos políticos, sociais, culturais, ambientais e institucionais. Em relação ao cooperativismo, a demanda é cada vez maior, uma vez que a quantidade de pequenos produtores é significativa e, diante das dificuldades enfrentadas por aqueles que não detêm capital suficiente para manterem-se competitivos, a necessidade de união e associação se faz de forma indispensável. E o cooperativismo é uma das principais formas para que esses produtores possam melhorar sua qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região.

Diante do baixo desenvolvimento socioeconômico da região, a linha de formação do desenvolvimento e cooperativismo atende uma demanda expressiva e acentuada diante da falta de perspectiva existente antes da instalação do *Campus* da



UFFS na região. Dentre os CCRs ofertados na matriz curricular diretamente relacionados à linha de formação em desenvolvimento e cooperativismo destacam-se: Desenvolvimento Socioeconômico (sessenta horas); Planejamento Econômico e Políticas Públicas (sessenta horas); Planejamento do Desenvolvimento Regional (sessenta horas); Desenvolvimento Rural (sessenta horas); Economia e Meio Ambiente (trinta horas); Economia e Política Agrícola (trinta horas); Contabilidade Cooperativa (trinta horas); Teoria Cooperativista (sessenta horas); Economia da Cooperação (sessenta horas).

Convém ressaltar que além dos componentes curriculares obrigatórios, ementas e objetivos relacionados ao Desenvolvimento e ao Cooperativismo, merece destaque a oferta de componentes curriculares optativos, tópicos especiais, atividades de pesquisa e extensão e outras atividades acadêmicas que perpassam a linha de formação do curso.

No que tange à metodologia utilizada pelos docentes nos CCRs, a prática adotada é de que a cada início do semestre letivo sejam apresentados e discutidos os planos de ensino, nos quais constarão a identificação do componente curricular, a ementa, os objetivos, o conteúdo e o cronograma a ser trabalhado, os procedimentos metodológicos, a sistemática de avaliação e as bibliografias básicas e complementares. Os planos de ensino deverão ser disponibilizados aos acadêmicos para que eles acompanhem o desenvolvimento das atividades de cada CCR. Tendo em vista as diferenças entre os CCRs, os procedimentos metodológicos apresentarão características distintas, que estimulem e potencializem o desenvolvimento dos acadêmicos.

Não obstante, este perfil é fruto do trabalho do movimento Pró-Universidade e dos movimentos sociais que definiu os cursos que seriam ofertados no *Campus Laranjeiras do Sul*. Assim, a instalação do curso de Ciências Econômicas, com formação em Desenvolvimento e Cooperativismo, vai ao encontro das necessidades da região quanto à demanda por profissionais que possam contribuir para o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida da população do Território Cantuquiriguaçu.

5.4 Referenciais legais



No âmbito dos referenciais legais o curso de Graduação em Ciências Econômicas, em sua organização e carga horária, contempla tanto as diretrizes curriculares nacionais quanto as necessidades regionais.

Os componentes curriculares do curso de Ciências Econômicas da UFFS estão em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, as quais apontam a necessidade de um mínimo de 50% da carga horária do curso, alocadas para os conteúdos obrigatórios de formação geral, teórico-quantitativa, história e teórico-práticos.

A Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, o Parecer CNE/CP nº 003 de 10 de março de 2004 e a Resolução CNE/ CP nº 01 de 17 de junho de 2004 instituiu as Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro Brasileira e Indígena.

Este documento tem por objetivo orientar projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir.

O curso de Ciências Econômicas oferta Libras como um componente curricular que atende ao que preconizam as seguintes diretrizes legais: a) LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002 Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências; b) **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Em relação à acessibilidade o curso e a Instituição observam ao que estabelecem as seguintes diretrizes: a) **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000** – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências; b) **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003** – Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

A Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS desde sua criação teve preocupação com as minorias excluídas. Em seu PPI tem como um de seus princípios



norteadores ser uma Universidade democrática, autônoma, que respeita a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais, respeitando o que está previsto no **Parecer CNE/CP nº: 8/2012**, que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Para cumprir essas metas, serão previstos projetos de valorização da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena por meio de exposições, visita ao quilombo “Paiol de Telha” na região de Guarapuava, apresentação de grupos de dança em eventos culturais previstos pela Instituição. Dessa forma, fomentam-se atividades de divulgação e produção de conhecimento, fundamentadas em dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira, a fim de combater o racismo e a discriminação.

A Universidade vive um momento ímpar desde sua implantação. Grupos de trabalhos estão sendo constituídos para construir uma política especial de inclusão de grupos sociais marginalizados historicamente do acesso ao ensino superior. As discussões sobre a inclusão social estão pautadas no compromisso da Universidade em relação ao ingresso e à permanência de indígenas, negros, quilombolas e faxinalenses na Instituição. Diante dessas questões, a primeira comissão constituída para tal, teve o papel de construir uma política de inclusão dos povos indígenas no ensino superior, existindo em 2014 já a discussão sobre a implantação de um *campus* indígena por parte da UFFS. É importante ressaltar que a construção das políticas de inclusão da UFFS pretende, além de promover o acesso aos cursos superiores, apresentar alternativas para sua permanência, seu envolvimento com a pesquisa e extensão, sempre respeitando os saberes tradicionais desses povos.

5.4.1 Conteúdos de Formação Geral

Os componentes curriculares de formação geral contemplam estudos introdutórios à formação do economista, bem como conhecimentos em áreas afins. De acordo com as diretrizes curriculares, constantes no Parecer CNE/CES nº 95/2007, Resolução nº4, de 13 de julho de 2007, artigo 5º, parágrafo único, esses componentes curriculares devem conter 10% da carga total do curso. No curso são equivalentes a 450 horas, ultrapassando a carga horária mínima exigida nas diretrizes curriculares nacionais



do curso. O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares do curso que refletem a formação geral.

Componentes curriculares	Créditos	Carga horária (horas)
Funções Administrativas	2	30
Introdução ao Pensamento Social	4	60
Introdução à Ciência Política	4	60
Matemática B	4	60
Estatística Básica	4	60
Contabilidade Introdutória	4	60
Direitos e Cidadania	4	60
Produção Textual Acadêmica	4	60
Total carga horária da formação geral	30	450

5.4.2 Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa

Os conteúdos direcionam-se para a formação profissional propriamente dita, abordando conhecimentos avançados de microeconomia, macroeconomia, entre outras. Segundo as diretrizes curriculares, o conjunto desses componentes curriculares deve possuir no mínimo 20% da carga horária do curso, o que está contemplado no curso de Ciências Econômicas da UFFS. Esses conteúdos podem ser verificados no quadro que relaciona os componentes curriculares deste eixo de formação da matriz curricular.

Componentes curriculares	Créditos	Carga horária (horas)
Fundamentos da Teoria Econômica	4	60
Cálculo e Economia Quantitativa	4	60
Contabilidade Social	4	60
Microeconomia I	4	60
Microeconomia II	4	60
Microeconomia III	4	60
Macroeconomia I	4	60
Macroeconomia II	4	60
Macroeconomia III	4	60
Estatística Econômica e Introdução à Econometria	4	60
Econometria	4	60
Economia Internacional	4	60
Matemática Financeira	4	60
Planejamento Econômico e Políticas Públicas	4	60
Economia e Política Monetária	4	60
Desenvolvimento Socioeconômico	4	60



Finanças Públicas e Orçamento Público	4	60
Administração e Análise de Projetos	4	60
Finanças Empresariais	4	60
Economia e Meio Ambiente	2	30
Total carga horária formação teórico-quantitativa	78	1.170

5.4.3 Conteúdos de Formação Histórica

Os componentes curriculares de formação histórica permitem ao economista uma visão ampla dos fatos socioeconômicos, relacionando a questão histórica com a teoria econômica. De acordo com as diretrizes curriculares, esses componentes deverão deter no mínimo 10% da carga total do curso, exigência que está contemplada no curso, como se visualiza no quadro a seguir.

Componentes curriculares	Créditos	Carga horária (horas)
História da Fronteira Sul	4	60
História Econômica Geral	4	60
História do Pensamento Econômico	4	60
Formação Econômica do Brasil	4	60
Economia Brasileira Contemporânea	4	60
Economia Política	2	30
Evolução do Pensamento Marxista	2	30
Total carga horária da formação histórica	24	360

5.4.4 Conteúdos Teórico-Práticos

Os componentes curriculares pertencentes ao conjunto de conteúdos teórico-práticos fornecem uma relação com as questões práticas na formação dos acadêmicos, de acordo com o perfil do egresso. De acordo com as diretrizes curriculares, esses componentes devem deter no mínimo 10% da carga total do curso. O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares do curso que refletem a formação teórico-prática.

Componentes curriculares	Créditos	Carga horária
Iniciação à Prática Científica	4	60
Técnicas de Pesquisa em Economia	4	60
Monografia I	8	120
Monografia II	8	120
Atividades Curriculares Complementares	10	150
Total carga horária formação teórico-prática	24	360



Portanto, ao avaliarmos os conteúdos delineados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e o currículo do curso de Ciências Econômicas da UFFS, observamos o atendimento às diretrizes, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Conteúdos	Créditos	Carga horária
Formação Geral	30	450
Teórico-quantitativa	78	1.170
Histórica	24	360
Teórico-práticos	24	360
Total	156	2.340

O restante da grade curricular do curso refere-se ao conjunto dos componentes curriculares definidos na política de graduação da UFFS como linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo e em optativas. O quadro a seguir apresenta os componentes curriculares do primeiro grupo (Desenvolvimento e Cooperativismo).

Componentes curriculares da linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo	Créditos	Carga horária (horas)
Gestão Estratégica	4	60
Gestão Mercadológica	4	60
Empreendedorismo e Inovação	4	60
Contabilidade Cooperativa	2	30
Teoria Cooperativista	4	60
Agroecologia	2	30
Economia da Cooperação	4	60
Autogestão e Processos Participativos	2	30
Responsabilidade Socioambiental	2	30
Planejamento do Desenvolvimento Regional	4	60
Economia e Política Agrícola	2	30
Organização de Cadeias Agroindustriais	4	60
Gestão de Unidades de Produção Agrícolas	4	60
Desenvolvimento Rural	4	60
Total	46	690

Além da carga horária já apresentada ainda serão obrigatórios 8 (oito) créditos distribuídos em três componentes curriculares optativos. Esses créditos constituirão 120 horas cujos componentes curriculares deverão ser cursados no nono e décimo semestres, conforme a matriz curricular apresentada no item 8.3.1.

O curso de Ciências Econômicas oferta aos seus acadêmicos a disciplina de



Direitos e Cidadania buscando atender ao que dispõe o Parecer CNE/CP nº 8/2012 sobre a discussão de temas relacionados aos Direitos Humanos. Há um conjunto diversificado de componentes curriculares que de forma transversal discutem aspectos relacionados à formação geral dos acadêmicos. Em relação ao que determina o Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, o curso oferece a disciplina de Economia e Meio Ambiente com o objetivo de abordar questões ambientais. Entretanto, em vários outros componentes curriculares as questões ambientais focadas no desenvolvimento sustentável são objeto de discussões.

Considerando que o curso de Ciências Econômicas já é reconhecido, será possível destinar até 20% da carga horária dos componentes curriculares do curso para atividades semipresenciais. O Art. 2º da Portaria Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, determina: *“A oferta das disciplinas previstas no artigo anterior deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria”*.

A modalidade de aulas semipresenciais será utilizada unicamente como suporte ao ensino presencial das disciplinas. O Moodle é o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) a ser utilizado para conduzir as atividades de autoaprendizado à distância, organizadas a partir do plano de ensino da disciplina.

O AVA é a ferramenta que garante interação e comunicação bidirecional necessária ao processo de ensino e aprendizagem, assim como a oferta de materiais para consulta e estudo. A interação e comunicação bidirecional é dada em várias direções: entre o acadêmico e o professor, entre os acadêmicos, e entre o professor e o conjunto dos acadêmicos.

Entre as ferramentas que garantem a interação e comunicação necessária ao processo de ensino e aprendizagem destacam-se:

a) **Fórum**: ferramenta de comunicação assíncrona onde todos podem ver o que todos fazem, ainda que não ao mesmo tempo. Esta ferramenta possibilita:

- discussão de temas relativos ao conteúdo, com mediação;
- miniblog, onde cada acadêmico tem um tópico para criar sua página pessoal;
- wiki, para construção de texto de modo colaborativo;
- mural, onde os alunos expõem seus trabalhos;



- espaço de reflexão coletiva ou discussão de texto;
- estudos de caso;
- construção de trabalhos ou projetos, etc.

O Fórum como ferramenta de comunicação assíncrona possibilita:

- maior reflexão e pesquisa antes da postagem, assim como mais organização do conteúdo e da forma do texto a ser postado;
- expressão correta e clara de ideias, assim como aprofundamento de ideias e conceitos;
- prática consciente de diferentes funções cognitivas, como observar, identificar, relacionar, comparar, analisar, inferir, sintetizar, divergir, discordar, generalizar, etc.;
- registro do processo de construção do conhecimento;
- mediação mais direcionada por parte do professor.

b) **Chat:** permite uma comunicação escrita síncrona, em tempo real, entre professores e alunos. É um espaço de esclarecimento de dúvidas, de bate-papo e feedback.

c) **Glossário do Moodle:** permite aos participantes das atividades desenvolvidas no ambiente virtual criar, de forma colaborativa:

- dicionários de termos relacionados com a disciplina;
- bases de dados documentais ou de arquivos;
- galerias de imagens ou links que podem ser facilmente pesquisados.

O glossário permite ao professor acompanhar o trabalho dos alunos, fazendo comentários e enriquecendo as definições.

d) **Diário:** permite que o acadêmico construa textos de reflexão ou síntese de aprendizagem, sob a orientação do professor. A ferramenta é pessoal e não pode ser vista por outros alunos. O professor pode adicionar comentários de feedback e avaliações a cada anotação no Diário.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle permite a postagem de material didático, tais como slides, vídeos, textos, atividades online, assim como o uso de diversos sistemas de comunicação, a exemplo do e-mail e da lista de discussão.

A utilização de atividades semipresenciais deve estar prevista no plano de ensino apresentado pelo docente no início do semestre, devendo ainda observar a política institucional da UFFS no que tange à oferta de componentes curriculares ministrados no



formato semipresencial nos cursos de graduação presencial.



6 OBJETIVOS DO CURSO

Na sequência estão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos do curso de Ciências Econômicas.

6.1 Objetivo Geral

Ofertar aos acadêmicos do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas uma formação sólida, crítica e analítica, desenvolvendo seus conhecimentos, habilidades e competências, de modo a capacitá-los para compreender e auxiliar no desenvolvimento em suas dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais, por meio da linha de formação em cooperativismo e desenvolvimento regional.

6.2 Objetivos específicos

- I. Formar profissionais capazes de relacionar a ciência econômica e os aspectos éticos, sociais, políticos, ambientais e de cidadania numa ampla formação de caráter humanístico.
- II. Proporcionar a formação de um egresso com consciência crítico-reflexiva e responsabilidade social no desempenho de sua profissão, preocupado em intervir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- III. Oferecer ao acadêmico sólida formação em termos históricos, teóricos e quantitativos, com a possibilidade de realizar estudos mais aprofundados no campo da economia, voltados ao desenvolvimento regional.
- IV. Possibilitar ao acadêmico a compreensão e avaliação crítica da realidade econômica brasileira e mundial.
- V. Capacitar profissionais imbuídos de espírito de liderança e empreendedorismo, capazes de diagnosticar e propor soluções para problemas advindos do meio rural e urbano.
- VI. Possibilitar ao aluno o domínio de ferramentas relacionadas à profissão, como análises, diagnósticos, pareceres, projeções e elaboração de índices.
- VII. Formar profissionais capazes de compreender as questões socioeconômicas e políticas regionais, bem como de mobilizar o poder público e demais atores sociais para desenvolver ações e/ou políticas públicas de desenvolvimento sustentável.



- VIII. Formar profissionais conscientes do seu papel transformador da realidade social e com habilidades e competências para gerir os processos que exigem a elaboração de diagnósticos e a gerência de processos sustentáveis;
- IX. Propiciar aos acadêmicos uma sólida formação em cooperativismo e associativismo, potencializando-os para promover o desenvolvimento regional.
- X. Oportunizar ao discente uma matriz curricular com base ampla, caracterizada por uma abordagem teórico empírica em áreas correlatas às Ciências Sociais aplicadas, como Administração, Ciências Contábeis e Direito.
- XI. Formar profissionais imbuídos do espírito da justiça social e cidadania, que saibam conjugar esforços coletivos para a construção de relações solidárias entre a produção e o consumo de alimentos, com responsabilidade ambiental e inclusão social.
- XII. Promover, desenhar e gerir empreendimentos solidários que possibilitem a criação de novas oportunidades de inserção social pelo trabalho, a distribuição de renda e o fortalecimento do desenvolvimento regional sustentável, a partir de relações de cooperação.



7 PERFIL DO EGRESSO

O profissional egresso do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas terá uma sólida formação humanista, crítica, ética e científica para atuar de forma protagonista no contexto econômico, ambiental, político, social e cultural da região, para promover o seu desenvolvimento, orientados pelos princípios da solidariedade e da cooperação.

Neste contexto, o profissional formado em Ciências Econômicas deverá ter as seguintes habilidades e competências:

- I. Base cultural e científica ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social;
- II. Capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
- III. Realizar análises de conjuntura;
- IV. Capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos;
- V. Compreender e analisar criticamente textos econômicos;
- VI. Elaborar pareceres, trabalhos, textos e relatórios na área econômica com destaque para o desenvolvimento regional e cooperativista;
- VII. Diagnosticar o perfil econômico da região e viabilizar alternativas para o desenvolvimento regional;
- VIII. Realizar pesquisas e estudos em Economia, com foco nas áreas de gestão, desenvolvimento regional e cooperativismo;
- IX. Identificar, analisar e sistematizar problemas e potencialidade de cadeias produtivas regionais;
- X. Propor, junto a órgãos governamentais, políticas públicas de desenvolvimento sustentável;
- XI. Apoiar atividades econômicas relacionadas à agricultura familiar/camponesa da região;
- XII. Discutir e dialogar sobre modelos de desenvolvimento;
- XIII. Reconhecer, valorizar e promover as competências regionais;
- XIV. Reconhecer a cooperação como eixo estratégico ao desenvolvimento socioeconômico;



- XV. Promover eventos e debater publicamente o desenvolvimento regional, com destaque para o cooperativismo;
- XVI. Desenhar e readequar planos e fluxos na gestão da produção e da agroindústria, obedecendo às dimensões sócio-político-econômico-ambientais;
- XVII. Gerir empreendimentos sustentáveis de produção e agroindústria (inclusive agricultura familiar e organizações coletivas);
- XVIII. Assessorar o desenvolvimento de novos produtos e processos, possibilitando inclusive a agregação de valor;
- XIX. Estimular e ampliar as oportunidades de geração de emprego e renda na região;
- XX. Analisar a viabilidade econômica de produtos e projetos;
- XXI. Estimar impactos econômicos, ambientais e socioculturais nos empreendimentos e políticas propostas;
- XXII. Utilizar os conhecimentos conceituais e metodológicos dos componentes curriculares ligados à administração e ciências contábeis de forma aplicada aos contextos profissionais;
- XXIII. Sugerir e aperfeiçoar empreendimentos para o desenvolvimento local;
- XXIV. Medir os avanços tecnológicos, diagnosticando seus efeitos para a sociedade, visando garantir a responsabilidade socioambiental e respeitar a cultura local;
- XXV. Discutir as questões relacionadas à agroindústria com os diversos públicos e interesses, considerando a cultura local.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas é ofertado com aulas no turno noturno, sendo possível cursá-lo em dez semestres letivos, conforme a matriz curricular disponível na seção 8.3.1.

O curso totaliza **3.300 horas** distribuídas em:

- α) **3.150 horas** para os componentes curriculares, incluída a carga horária de Monografia I e II;
- β) **150 horas** de atividades curriculares complementares;

Com a reformulação elaborada, o novo PPC será aplicado apenas para as turmas que ingressarem a partir de 2015. E o PPC anterior continuará vigorando para as turmas ingressantes até 2014.

8.1 Natureza dos componentes curriculares

8.1.1 Componentes curriculares

Em consonância às regulamentações internas da UFFS o curso de Ciências Econômicas oferta componentes curriculares divididos em três grupos: de Domínio Comum, de Domínio Conexo e de domínio específico. Os Componentes Curriculares do Domínio Comum têm por objetivo a inserção de conteúdos voltados para a formação profissional e cidadã, com ênfase em fundamentos éticos, ontológicos, epistemológicos e histórico-sociais.

Os componentes curriculares **do Domínio Conexo** contemplam elementos da formação e atuação profissional dos alunos. Por fim, têm-se os conteúdos apresentados pelos **Componentes Curriculares do Domínio Específico**, os quais dizem respeito às especificidades científicas necessárias para a construção de competências e habilidades nos alunos.

8.1.2 Componentes Curriculares Optativos

Os Componentes Curriculares Optativos são componentes de livre escolha por parte dos acadêmicos, dentre um conjunto de opções oferecidas no Projeto Pedagógico do Curso. Esses componentes têm como objetivo complementar a formação



profissional, em determinada área ou subárea de conhecimento, permitindo o aprofundamento de temáticas relacionadas ao curso. Na grade curricular estão previstos três componentes curriculares que serão optativos, correspondendo à uma carga horária total de 8 créditos. Cabe ao colegiado do curso definir sobre quais CCRs serão ofertados na modalidade optativa, devendo a escolha ser efetuada dentre o rol previamente listado neste PPC. Os critérios para seleção e oferta serão definidos pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas em regulamento próprio.

8.1.3 Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo a elaboração de um trabalho monográfico que acarrete a participação dos alunos no curso de Ciências Econômicas na perspectiva da pesquisa e investigação científica. A monografia está alicerçada em dois componentes curriculares obrigatórios, Monografia I e Monografia II. A oferta desses componentes acontece nos dois últimos semestres do curso, devendo ser cursados sequencialmente.

A integração entre a tríade ensino, pesquisa e extensão está assegurada no **Trabalho de Conclusão de Curso**, pois através da elaboração e realização de projetos monográficos com características interdisciplinares, se estabelece diferentes relações entre teoria e prática, tecendo uma estreita vinculação com os objetivos do curso. Os trabalhos de conclusão de curso devem ser, preferencialmente, resultados da integração entre o conhecimento obtido pelos acadêmicos nos componentes curriculares, vinculados com temas transversais nos quais são desenvolvidas pesquisas e que estejam também tendo como foco atividades de extensão.

8.1.4 Atividades curriculares complementares

As atividades curriculares complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do acadêmico. Elas podem ser adquiridas, inclusive, fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Essas atividades visam à manutenção de uma discussão constante por intermédio dos acadêmicos sobre o processo teoria e prática. Por meio das atividades



curriculares complementares o acadêmico será capaz de inserir-se em conteúdos transversais intermultidisciplinares e opcionais no tocante ao mundo do trabalho, com as peculiaridades das organizações rurais e com as ações de extensão junto às necessidades emanadas da comunidade.

Nos anexos deste projeto constam os regulamentos para as Atividades Curriculares Complementares e o regulamento do Trabalho de Conclusão – Monografia I e II.

Além dos componentes curriculares mencionados anteriormente e de outras atividades relacionadas ao curso (monografia, atividades curriculares complementares, entre outros), o curso de Ciências Econômicas da UFFS busca viabilizar visitas técnicas, viagens de estudo, participação em eventos de relevância econômica (tais como encontros, congressos, seminários), entre outros. Essas iniciativas de ensino podem ser consideradas tanto como atividades relacionadas aos componentes curriculares, como monografia, seminários avançados ou atividades complementares.

A participação dos acadêmicos e da UFFS são priorizadas quando tais atividades tiverem relação direta com a economia, a gestão, o desenvolvimento e o cooperativismo. Os docentes devem elencar nos planos de ensino as viagens e os eventos programados ao longo do semestre para justificar essas atividades.

8.1.5 Laboratórios

O Curso de Ciências Econômicas, linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo, propõe, em sua estrutura, a implantação de laboratórios que estimulem e potencializem o trabalho articulado entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Os laboratórios que compõem o curso são: Ciências Humanas I e II, Laboratório de Cooperativismo e Laboratório de Ciências Econômicas. Além desses, é possível a utilização de outros laboratórios da Universidade, conforme a oferta de componentes curriculares optativos.

Os laboratórios de Ciências Humanas possuem papel central na elaboração e realização das atividades didático-pedagógicas relacionadas aos componentes curriculares específicos do curso. Esses laboratórios são compartilhados com o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, além de atender a demanda específica dos componentes pertencentes ao Domínio Comum. A utilização dos



laboratórios em questão permite ampliar as atividades docentes, diversificando conteúdos, estratégias didático-pedagógicas, favorecendo a assimilação e participação dos acadêmicos.

O laboratório está voltado para a linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo e seu principal objetivo é desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de Economia relacionadas à economia solidária, ao cooperativismo e ao desenvolvimento. Além disso, considerando que se baseia no princípio da sustentabilidade, objetiva criar e disseminar práticas de gestão sustentável, que considerem o desenvolvimento de atividades inovadoras e responsáveis nas esferas econômica (sobrevivência dos empreendimentos), social (valorização humana) e ambiental (preservação do ambiente natural), buscando plena conciliação dessas práticas com o desenvolvimento regional. Com o laboratório desejam-se atender todos os componentes curriculares do curso de Ciências Econômicas, com destaque para os componentes curriculares relacionados à linha de formação em Desenvolvimento e cooperativismo. Justifica-se a relevância da implantação desse laboratório devido ao compromisso firmado com os movimentos sociais, já que o laboratório tem por objetivo principal desenvolver projetos de pesquisa e extensão ligados aos interesses e às necessidades desses movimentos. Através de pesquisas e de cursos de extensão, o laboratório pretende difundir conhecimentos no intuito da geração de uma maior qualidade de vida da população rural.

8.2 Componentes Curriculares dos Domínios Comum e Conexo

Em consonância com as diretrizes institucionais da UFFS, o curso de Ciências Econômicas apresenta em sua estrutura curricular componentes curriculares de Domínio Comum, Conexo e Específico.

8.2.1 Componentes Curriculares do Domínio Comum

Entende-se por Domínio Comum o conjunto de componentes curriculares, dos quais todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo 420 horas e o máximo 660 horas, com o objetivo de promover: a) a contextualização acadêmica, desenvolvendo habilidades e competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem o acadêmico a inserir-se criticamente na esfera



acadêmica e no contexto social e profissional; b) a formação crítico social, desenvolvendo uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sociopolítico-econômica e cultural das sociedades, possibilitando a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.

A distribuição dos componentes curriculares de Domínio Comum no curso de Ciências Econômicas está apresentada no quadro 2.

Quadro 2: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso de Ciências Econômicas

DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
	EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
GLA104	Produção Textual Acadêmica	4
GEX212	Matemática B	4
GCH290	Iniciação à Prática Científica	4
GEX210	Estatística Básica	4
	Total do eixo	16
	EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL	
GCH292	História da FRONTEIRA SUL	4
GCS239	Direitos e Cidadania	4
GCH291	Introdução ao Pensamento Social	4
	Total do eixo	12
	Total carga horária do domínio comum	28

A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Comum é de 28 créditos ou 420 horas-relógio. Em relação à distribuição de cada um dos eixos dentro da carga horária total do Domínio Comum, a formação crítico-social corresponde a 42,86% da carga horária enquanto a contextualização acadêmica compreende os demais 57,14% da carga horária. Em relação à integralização do curso de Ciências Econômicas, a carga horária do Domínio Comum, de 420 horas, representa 12,73% da totalidade de 3.300 horas do curso.

8.2.2 Componentes Curriculares do Domínio Conexo

Em atenção à política instituída pela UFFS para os cursos de graduação, na grade curricular de Ciências Econômicas há três componentes curriculares inseridos no Domínio conexo. Esses componentes curriculares são ofertados entre cursos distintos, demonstrando a conexão que há entre diferentes áreas de formação.



No quadro 3 estão listados os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo para o curso de Ciências Econômicas e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso:

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso de Ciências Econômicas

DOMÍNIO CONEXO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GCS073	Teoria Cooperativista	04
GCS056	Administração e Análise de Projetos	04
GCS085	Responsabilidade Socioambiental	02
Subtotal		10

A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Conexo é de 10 créditos ou 150 horas-relógio, representando 4,55% das 3.300 horas-relógio necessárias à integralização do curso.

8.3 Matriz Curricular

A matriz curricular do curso de Ciências Econômicas constitui-se no resultado das modificações efetuadas nas matrizes anteriormente existentes.

A primeira delas foi quando o curso passou a ser ofertado no período noturno (a partir de 2011). Como o número de componentes curriculares/créditos ministrados para as turmas do período noturno é menor se comparado às turmas que estudavam no período diurno, foi necessária a ampliação em um semestre para aquelas turmas. Desta forma, a distribuição dos CCRs acabou sendo diferente para as turmas do noturno e do diurno. A matriz curricular aqui apresentada é adequada para a oferta no turno noturno, período no qual o curso é atualmente ofertado.

Num segundo momento, mais precisamente no segundo semestre de 2011, a alteração se fez necessária em decorrência da migração do curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (DRGA) para Ciências Econômicas, linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo. Com o objetivo de atender aos acadêmicos e às necessidades do momento, quando da mudança de curso, foram ofertados Componentes Curriculares fora de fase, considerando os perfis de formação dos cursos de DRGA e de Ciências Econômicas. Respeitando a situação dos acadêmicos e os processos ocorridos até aquele momento, foi necessária, portanto, a distribuição dos componentes



curriculares em semestres diferentes, com ofertas fora de fase de créditos já cursados pelos acadêmicos e dos créditos necessários para a graduação em Ciências Econômicas.

8.3.1 Matriz curricular

Fase	Nº Ordem	Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas	Pré-Requisito
1ª	01	GCH292	História da fronteira Sul	04	60	
	02	GCS372	Introdução à ciência política	04	60	
	03	GCS373	Fundamentos da teoria econômica	04	60	
	04	GLA104	Produção textual acadêmica	04	60	
	05	GEX212	Matemática B	04	60	
Subtotal				20	300	
2ª	06	GCS376	Cálculo e economia quantitativa	04	60	05
	07	GCS377	Microeconomia I	04	60	
	08	GCH290	Iniciação à prática científica	04	60	
	09	GCS378	História econômica geral	04	60	
	10	GCS239	Direitos e cidadania	04	60	
Subtotal				20	300	
3ª	11	GEX210	Estatística básica	04	60	
	12	GCS379	Microeconomia II	04	60	07
	13	GCS380	Gestão estratégica	04	60	
	14	GCS381	História do pensamento econômico	04	60	
	15	GCS382	Contabilidade social	04	60	
Subtotal				20	300	
4ª	16	GEX136	Estatística econômica e introdução à econometria	04	60	11
	17	GCS383	Funções administrativas	02	30	
	18	GCS384	Contabilidade introdutória	04	60	
	19	GCH291	Introdução ao pensamento social	04	60	
	20	GCS385	Economia política	02	30	
	21	GCS386	Macroeconomia I	04	60	15
Subtotal				20	300	
5ª	22	GCS387	Evolução do pensamento marxista	02	30	
	23	GCS388	Contabilidade cooperativa	02	30	
	24	GCS389	Econometria	04	60	16
	25	GCS390	Macroeconomia II	04	60	21
	26	GCS391	Matemática financeira	04	60	
	27	GCS392	Formação econômica do Brasil	04	60	
Subtotal				20	300	
6ª	28		Optativa I	02	30	
	29	GCS394	Economia e política monetária	04	60	
	30	GCS395	Finanças empresariais	04	60	
	31	GCS396	Economia brasileira contemporânea	04	60	27
	32	GCS073	Teoria cooperativista	04	60	
	33	GCA440	Agroecologia	02	30	
Subtotal				20	300	
7ª	34	GCS397	Economia Internacional	04	60	
	35	GCS398	Planejamento econômico e políticas	04	60	



Fase	Nº Ordem	Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas	Pré-Requisito
			públicas			
	36	GCS399	Gestão mercadológica	04	60	
	37	GCS130	Economia da cooperação	04	60	
	38	GCS056	Administração e análise de projetos	04	60	
Subtotal				20	300	
8ª	39	GCS400	Finanças públicas e orçamento público	04	60	
	40	GCS393	Economia e meio ambiente	02	30	
	41	GCS402	Desenvolvimento socioeconômico	04	60	
	42	GCS403	Empreendedorismo e inovação	04	60	
	43	GCS158	Técnicas de pesquisa em economia	04	60	
	44		Optativa II	02	30	
Subtotal				20	300	
9ª	45	GCS404	Economia e política agrícola	02	30	
	46	GCS085	Responsabilidade socioambiental	02	30	
	47	GCS405	Planejamento do desenvolvimento regional	04	60	
	48		Optativa III	04	60	
	49	GCS401	Autogestão e processos participativos	02	30	
	50	GCS406	Microeconomia III	04	60	12
	51	GCS407	Monografia I	08	120	12, 24, 25, 31, 43
Subtotal				26	390	
10ª	52	GCS408	Macroeconomia III	04	60	25
	53	GCS104	Diagnóstico e gestão de unidades de produção agrícola	04	60	
	54	GCS409	Desenvolvimento rural	04	60	
	55	GCS429	Organização de cadeias agroindustriais	04	60	
	56	GCS151	Monografia II	08	120	51
	Subtotal				24	360
Subtotal geral				210	3150	
Atividades curriculares complementares				10	150	
TOTAL GERAL				220	3.300	

8.4 Totais de créditos e horas por modalidade

MODALIDADE	Créditos	Horas
Componentes curriculares obrigatórios	186	2.790
Componentes curriculares optativos	8	120
Trabalho de conclusão de curso	16	240
Atividades curriculares complementares	10	150
TOTAL	220	3.300

DOMINIO ESPECÍFICO	
Componente Curricular	Créditos
Introdução à Ciência Política	04
Fundamentos da Teoria Econômica	04
Cálculo e Economia Quantitativa	04
Microeconomia I	04
História Econômica Geral	04



Microeconomia II	04
Gestão Estratégica	04
História do Pensamento Econômico	04
Contabilidade Social	04
Estatística Econômica e Introdução à Econometria	04
Funções Administrativas	02
Contabilidade Introdutória	04
Economia Política	02
Macroeconomia I	04
Evolução do Pensamento Marxista	02
Contabilidade Cooperativa	02
Econometria	04
Macroeconomia II	04
Matemática Financeira	04
Formação Econômica do Brasil	04
Economia e Meio Ambiente	02
Economia e Política Monetária	04
Finanças Empresariais	04
Economia Brasileira Contemporânea	04
Agroecologia	02
Economia Internacional	04
Planejamento Econômico e Políticas Públicas	04
Gestão Mercadológica	04
Economia da Cooperação	04
Finanças Públicas e Orçamento Público	04
Autogestão e Processos Participativos	02
Desenvolvimento Socioeconômico	04
Empreendedorismo e Inovação	04
Técnicas de Pesquisa em Economia	04
Economia e Política Agrícola	02
Planejamento do Desenvolvimento Regional	04
Organização de Cadeias Agroindustriais	04
Microeconomia III	04
Macroeconomia III	04
Gestão de Unidades de Produção Agrícola	04
Desenvolvimento Rural	04
Monografia I	08
Monografia II	08
Optativa I	02
Optativa II	02
Optativa III	04
Atividades Curriculares Complementares	10
Subtotal	182



8.6 Componentes curriculares optativos, com oferta variável na matriz, porém, com carga horária fixa

Nº ordem	Código	Componente Curricular	Créditos	Horas
57	GCS410	Economia e inovação	2	30
58	GCS421	Engenharia econômica	4	60
59	GCS419	Teorias da dependência	2	30
60	GCS420	Teorias do estado capitalista	2	30
61	GCS411	Pesquisa mercadológica	2	30
62	GCS412	Economia aplicada às MPes	4	60
63	GCS413	Comércio exterior	4	60
64	GCA441	Tecnologias de processamento de produtos agrícolas	2	30
65	GCS414	Teorias da administração	4	60
66	GCS422	Economia regional e econometria espacial	4	60
67	GCS352	Fundamentos de custos	4	60
68	GCS356	Sociologia do trabalho e da cooperação	2	30
69	GCS357	Projetos de cooperativismo	2	30
70	GLA200	Língua brasileira de sinais	2	30
71	GCS423	Tópicos especiais em econometria	4	60
72	GCS416	Mercado de capitais e derivativos	4	60
73	GCS417	Economia e política monetária II	4	60
74	GCS418	Economia paranaense	2	30
75	GCS415	Processos logísticos	4	60
76	GCS424	Tópicos especiais I	2	30
77	GCS425	Tópicos especiais II	2	30
78	GCS426	Tópicos especiais III	4	60
79	GCS575	Introdução à administração rural*	3	45

* Inserido conforme RESOLUÇÃO Nº 02/CCCE-LS/UFFS/2023

8.7 Modalidades de componentes curriculares presentes na matriz do curso

Além dos componentes curriculares classificados como de Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico, os acadêmicos do curso devem realizar atividades complementares e elaborar a monografia como critério de conclusão do curso. As orientações sobre essas atividades estão na sequência.

8.7.1 Atividades curriculares complementares (Normatização no ANEXO II)

Os acadêmicos de Ciências Econômicas deverão cursar, no decorrer do período do curso, 10 (dez) créditos de atividades curriculares complementares (ACCs), ou 150 (cento e cinquenta) horas-relógio. Essas atividades deverão atender ao que está descrito no Anexo II.

8.7.2 Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO III)



Para o acadêmico concluir o curso de Ciências Econômicas é necessária a elaboração da monografia de conclusão de curso. As orientações sobre essa atividade estão apresentadas e detalhadas no Anexo III.



8.8 Análise vertical e horizontal da matriz curricular

Fase	Componentes curriculares e Número de créditos/horas por componente							
1ª	História da Fronteira Sul 4/60	Introdução à Ciência Política 4/60	Fundamentos da Teoria Econômica 4/60	Produção Textual Acadêmica 4/60	Matemática B 4/60			
2ª	Cálculo e Economia Quantitativa 4/60	Microeconomia I 4/60	Iniciação à Prática Científica 4/60	História Econômica Geral 4/60	Direitos e Cidadania 4/60			
3ª	Estatística Básica 4/60	Microeconomia II 4/60	Gestão Estratégica 4/60	História do Pensamento Econômico 4/60	Contabilidade Social 4/60			
4ª	Estatística Econômica e Introdução à Econometria 4/60	Funções Administrativas 2/30	Contabilidade Introdutória 4/60	Introdução ao Pensamento Social 4/60	Economia Política 2/30	Macroeconomia I 4/60		
5ª	Evolução do Pensamento Marxista 2/30	Contabilidade Cooperativa 2/30	Econometria 4/60	Macroeconomia II 4/60	Matemática Financeira 4/60	Formação Econômica do Brasil 4/60		
6ª	Economia e Meio Ambiente 2/30	Economia e Política Monetária 4/60	Finanças Empresariais 4/60	Economia Brasileira Contemporânea 4/60	Teoria Cooperativista I 4/60	Agroecologia 2/30		
7ª	Economia Internacional 4/60	Planejamento Econômico e Políticas Públicas 4/60	Gestão Mercadológica 4/60	Economia da Cooperação 4/60	Administração e Análise de Projetos 4/60			
8ª	Finanças Públicas e Orçamento Público 4/60	Autogestão e processos participativos 2/30	Desenvolvimento Socioeconômico 4/60	Empreendedorismo e Inovação 4/60	Técnicas de Pesquisa em Economia 4/60	Responsabilidade Socioambiental 2/30		
9ª	Economia e Política Agrícola 2/30	Optativa I 2/30	Planejamento do Desenvolvimento Regional 4/60	Organização de Cadeias Agroindustriais 4/60	Optativa II 2/30	Microeconomia III 4/60	Monografia I 8/120	
10ª	Macroeconomia III 4/60	Gestão de unidades de produção agrícola 4/60	Desenvolvimento Rural 4/60	Optativa III 4/60	Monografia II 8/120			



8.9 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: UNESP, 1998. p 185-228.			
CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999.			
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992.			
HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.			
LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Unicamp, 1994.			
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguay, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002.			
AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008.			
BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v.			
CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995.			
GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004.			
GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicurí, 2010.			
LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.			



MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, Marcos A. da. (Org.). **República em migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.

_____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS372	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	4	60
EMENTA			
Teoria Política moderna: Estado e Sociedade. As teorias contratualistas. Conceitos fundamentais da Ciência Política: poder, dominação, regime político, partido político, grupos de interesse. Teoria Democrática: questões contemporâneas.			
OBJETIVOS			
Possibilitar aos acadêmicos o conhecimento das principais perspectivas sobre o funcionamento da esfera política na sociedade moderna, do estudo das teorias clássicas sobre a ordem social até as problemáticas contemporâneas sobre a democracia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : para uma teoria geral da política. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004 173 p. (Coleção pensamento crítico; v.69) ISBN 85-219-0110-0.			
BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. Teoria geral da política : a filosofia política e a lição dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 720 p. ISBN 9788535206463.			
BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política . 13. ed. Brasília: UnB, 2007. 2 v. ISBN 9788523003081 (obra completa).			
CARNOY, Martin. Estado e teoria política . Campinas, SP: Papyrus, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DAGNINO, Evelina; OLVERA RIVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (Org.) A disputa pela construção democrática na América Latina . São Paulo: Paz e Terra, 2006. 501 p. ISBN 9788521907671			
HELD, David. Modelos de democracia . 3. ed. México: Alianza Universidad, 2001. ISBN 9788420667645.			
MACPHERSON, C.B. La democracia liberal y su época . Madrid: Alianza, 2003. 168 p. 9788420655598.			
SCHÜLER, Donaldo. Origens do discurso democrático . Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002. 112 p. ISBN 9788525411723			
SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 724 p. ISBN 8571645325			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS373	FUNDAMENTOS DA TEORIA ECONÔMICA	4	60

EMENTA

Definição e objeto de estudo da Economia. Divisão do estudo da Economia. Relação da Economia com outras áreas do conhecimento. A teoria econômica enquanto ciência, técnica e ideologia. Breve histórico da ciência econômica. Fluxo circular de renda-produto. O setor público. Economia de mercado: origens e destino da produção. O sistema financeiro. Sistemas econômicos. Relações econômicas internacionais. O profissional economista.

OBJETIVOS

Introduzir ao acadêmico de Ciências Econômicas os elementos fundamentais do estudo da economia para a correta compreensão dos principais conceitos básicos da Ciência Econômica e da função e papel do economista na sociedade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 2009. 838 p.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei (Org). **Manual de economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 670 p.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2011.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. **Introdução à economia**. 10. ed. rev. e amp. São Paulo: Frase, 2010. 704 p.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. **História do pensamento econômico: de Lao Zi a Robert Lucas**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007. 501 p.

GASTALDI, J. P. **Elementos de Economia Política**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 480 p. 9788502048683.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. 6. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 670 p.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA104	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	04	60
EMENTA			
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, <i>handout</i> , seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010.			
CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994.			
MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004.			
MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.			
MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009.			
MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010.			
SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação - Resumos - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2003.			
_____. NRB 6023: Informação e documentação – Referências - Elaboração . Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
_____. NRB 10520: Informação e documentação - Citações - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2002.			
BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita . São Paulo: Ática, 2005.			
COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade . São Paulo: Martins Fontes, 2006.			
COSTE, D. (Org.). O texto: leitura e escrita . Campinas: Pontes, 2002.			
FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto . Petrópolis: Vozes, 2003.			
GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever . São Paulo: Martins Fontes, 2008.			
KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos . São Paulo: Contexto, 1997.			
_____. Desvendando os segredos do texto . São Paulo: Cortez, 2009.			
_____, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual . São Paulo: Contexto, 2009.			



MOYSÉS, Carlos A. **Língua Portuguesa**: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2009.

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. **Compreensão e produção de textos**. Petrópolis: Vozes, 2002.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX212	MATEMÁTICA B	04	60
EMENTA			
Operações com números reais. Equação de 1° e 2° grau. Grandezas proporcionais. Juro simples. Equação exponencial e logarítmica. Juro composto. Função: constante, polinomial de 1° e 2° grau, exponencial e logarítmica. Noções de geometria. Noções de trigonometria.			
OBJETIVO			
Utilizar conceitos e procedimentos matemáticos para analisar dados, elaborar modelos, resolver problemas e interpretar suas soluções em situações concretas relacionadas à vida do cidadão e do curso. Sintetizar, deduzir, elaborar hipóteses, estabelecer relações e comparações, detectar contradições, decidir, organizar, expressar-se e argumentar com clareza e coerência utilizando elementos de linguagem matemática.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DEMANA, D. F. et al. Pré-Cálculo . São Paulo: Addison Wesley, 2009.			
DOLCE, O.; POMPEO, J. N. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Plana . 8. ed. São Paulo: Atual, 2005. 9 v.			
_____. Fundamentos de Matemática Elementar: Geometria Espacial . 6. ed. São Paulo: Atual Editora, 2005. 10 v.			
DORING, C. I.; DORING, L. R. Pré-cálculo . Porto Alegre: UFRGS, 2007.			
IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Conjuntos, Funções . 8. ed. São Paulo: Atual, 2010. 1 v.			
IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar: Logaritmos . 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 2 v.			
_____. Fundamentos de matemática elementar: Matemática Comercial . São Paulo: Atual, 2004. 11 v.			
IEZZI, G. Fundamentos de matemática elementar: trigonometria . 8. ed. São Paulo: Atual, 2004. 3 v.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANTON, H. Cálculo . 8. ed. São Paulo: Bookman, 2007. 1 v.			
BARBOSA, J. L. M. Geometria Euclidiana Plana . Rio de Janeiro: SBM, 2000. (Coleção do Professor de Matemática).			
CARVALHO, P. C. P. Introdução à Geometria Espacial . Rio de Janeiro: SBM, 2000. (Coleção do Professor de Matemática).			
FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A . 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.			
LEITHOLD, L. Cálculo com geometria analítica . 3. ed. São Paulo: HARBRA, 1994. 1 v.			
LIMA, E. L. Medida e forma em geometria . Rio de Janeiro: SBM, 2009. (Coleção do Professor de Matemática).			
LIMA, E. L. et al. A Matemática do Ensino Médio . 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2000.			



2 v. (Coleção do Professor de Matemática).

_____. **A matemática do Ensino Médio**. 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 1999. 1 v. (Coleção do Professor de Matemática).

MEDEIROS, V. Z. et al. **Pré-Cálculo**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS376	CÁLCULO E ECONOMIA QUANTITATIVA	4	60
EMENTA			
Análise estática: análise de equilíbrio em economia. Modelos lineares e álgebra matricial. Análise estática comparativa aplicada em economia: modelo de mercado e da renda nacional (IS-LM). Otimização: problema de uma empresa com vários produtos; discriminação de Preços; decisões de insumos de uma empresa. Otimização com restrições de igualdade: maximização da utilidade e demanda do consumidor; função de produção Cobb-Douglas; combinação de insumos de custo mínimo. Equações diferenciais de primeira ordem: dinâmica do preço de mercado.			
OBJETIVOS			
Possibilitar ao acadêmico o conhecimento de ferramentas necessárias para o uso em futuros componentes curriculares do curso de Ciências Econômicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTON, Howard; BIVENS, Irl & DAVIS, Stephen. Cálculo: Um Novo Horizonte, vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2007.			
CHIANG, A. C.; WAINWRIGHT, K. Matemática para economistas . Rio de Janeiro: Campus, 2006. 692 p. ISBN 9788535217698			
IAN, JACQUES. Matemática para economia e administração - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.			
SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas . São Paulo: Bookman, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANTON, Howard; RORRES, Chris. Álgebra Linear com Aplicações. Porto Alegre: Bookman, 2007. 8a ed.			
CYSNE, Rubens P. e Moreira, H. A. 1997, Curso de matemática para economistas . São Paulo: Atlas, 2000.			
WEBER, J. Matemática para economia e administração. São Paulo: Ed. Harbra, 1986.			
MORETTIN, P.A. Introdução ao cálculo para administração, economia e contabilidade- São Paulo: Saraiva, 2009.			
TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia . 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.			
GOLDSTEIN, L. J. et al. Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade . 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 656 p. ISBN 9788540700949.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS377	MICROECONOMIA I	4	60
EMENTA			
Teoria do Consumidor. Teoria da demanda. Teoria da Oferta. Equilíbrio de Mercado. Elasticidades. Teoria da Firma: Produção e Custos. Estruturas de Mercado. Bens e Serviços. Fatores de Produção.			
OBJETIVOS			
Possibilitar ao acadêmico, através da análise microeconômica, o entendimento da determinação de preços e quantidades em mercados específicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
KRUGMAN. P.; WELLS, R. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Campus, 2007. 856 p. ISBN 9788535211085			
MANKIWI, N. G. Introdução à economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009.			
PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.			
PINHO, D. B. et al. Manual de Introdução à Economia . São Paulo: Saraiva, 2006.			
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
VICECONTI. E.P.V.; NEVES. S. Introdução à Economia . 10. ed. São Paulo: Frase Ltda, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia . São Paulo: Atlas, 2002.			
VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos . 7. ed. Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2006.			
PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. xxiv, 647 p. ISBN 9788576052142			
TROSTER, R. L.; MOCHON, F. Introdução à Economia . São Paulo: Makron Books, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH290	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	04	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUÍ, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.			
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca).			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.			
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			



SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVER, Brian L. **A escalada da ciência**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS378	HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL	4	60
EMENTA			
Primeiros sistemas econômicos. Economias agrícolas e comerciais. Feudalismo. Transição do feudalismo para o capitalismo. Revolução industrial. Imperialismo. Segunda Guerra Mundial. Sistema Bretton Woods. Guerra Fria. A crise das economias socialistas e o fim da URSS. A “Globalização” e o “Consenso de Washington” na década de 1990. Os desdobramentos do “11 de Setembro de 2001” e da crise de 2008 para a economia mundial.			
OBJETIVOS			
Compreender as transformações na história da humanidade com base nos aspectos econômicos e as suas consequências sobre a forma de organização dos sistemas sociais e econômicos até a atualidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DOBB, M. A evolução do capitalismo . Rio de Janeiro: LTC. 1987. 396 p. ISBN 9788521610588.			
HOBSBAWM, E. J. A era das Revoluções: 1789-1848 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 398 p. ISBN 8521901720.			
HOBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991 . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
HOBSBAWM, E. A era dos impérios: 1875-1914 . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009. 583 p.			
HOBSBAWM, E.J. A era do capital: 1848-1875 . São Paulo: Paz e Terra, 2005.			
MACCHIONE SAES, Alexandre. História econômica geral . São Paulo: Saraiva, 2013. ISBN 88502212541			
REZENDE FILHO, Cyro de Barros. História Econômica Geral . São Paulo: Contexto, 1999.			
WEBER, Max. História geral da economia . São Paulo: Centauro, 2006. ISBN 8588208784			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo . 5. ed. São Paulo: Contraponto, 2012. 394 p. ISBN 9788585910105.			
BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII: o tempo do mundo . 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 632 p. ISBN 9788578271510.			
GENTILI, Pablo. (Org.) Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial . 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. 161 p. ISBN 9788532622419. (Coleção A outra Margem).			
HOBSBAWM, E. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.			
HUBERMAN, L. História da riqueza do homem . Rio de Janeiro: LTC, 1986.			
KENNEDY, Paul M. Ascensão e queda das grandes potências: transformação			



econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: *Campus*, 1989. 688 p. ISBN 9788570015570.

LANDES, David S. **Prometeu desacorrentado:** transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental desde 1750 até a nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: *Campus*, 2005. 644 p. ISBN 9788535215106.

MARX, Karl. **O Capital, livro I.** São Paulo: Abril Cultural, 1986.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martin Fontes, 2011. ISBN 8578274792



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS239	DIREITOS E CIDADANIA	04	60
EMENTA			
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.			
OBJETIVO			
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo a possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992.			
CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.			
MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005.			
SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.			
TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995.			
BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.			
DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009.			
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995.			
DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003.			
FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.			
HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: 34, 2003.			
IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008.			
LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . São Paulo: UNESP, 2004.			
MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009.			
MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado,			



1996.

NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX210	ESTATÍSTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.			
OBJETIVO			
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.			
BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011.			
CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			
FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.			
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005.			
CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			
GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981.			
LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005.			
MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedrosa de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.			
MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.			
ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012.			
SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.			
SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.			



TRIOLA, Mario F. **Introdução à Estatística**. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. **Elementos de Estatística**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS379	MICROECONOMIA II	4	60
EMENTA			
Teoria dos Jogos. Aplicação do Modelo Competitivo. Aplicação do Modelo de Monopólio. Aplicação do Modelo de Concorrência Monopolística. Oligopólio e Teoria dos Jogos. Concorrência Estratégica. Concorrência Imperfeita e Regulação Econômica. Aspectos da organização industrial (Bain). Equilíbrio geral e teoria do bem-estar. Externalidades e Bens Públicos.			
OBJETIVOS			
Aplicar e entender a abordagem teórica de estruturas de mercado de concorrência imperfeita de forma mais avançada, bem como, analisar o papel da Teoria dos Jogos na condução da política de concorrência de mercados concentrados.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MANKIW, N. G. Princípios de microeconomia . 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 512 p. ISBN-13: 9788522111893			
MANSFELD, E; YOHE, G; Microeconomia: teoria e aplicações . São Paulo: Saraiva, 2006. 640 p. ISBN: 8502053825			
PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. xxiv, 647 p. ISBN 9788576052142			
VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos . 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
KRUGMAN, P.; WELLS, R. Introdução à economia . Rio de Janeiro: Campus, 2007. 856 p. ISBN 9788535211085.			
MANKIW, N. G. Introdução à economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009.			
PINHO, D. B. et al. Manual de economia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.			
VASCONCELLOS, M. A. S; OLIVEIRA, R. G.; BARBIERI, F.; Manual de microeconomia . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 392 p. ISBN 9788522463664			
WESSELS, W. J. Microeconomia: teoria e aplicações . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 416 p. ISBN: 9788502090170			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS380	GESTÃO ESTRATÉGICA	4	60
EMENTA			
Teorias sobre estratégia. Escolas do Pensamento Estratégico. Processo de formulação estratégica. Estratégia emergente e deliberada. Ferramentas de análise situacional e estratégica. Escolha estratégica. Estratégia competitiva. Planejamento, implementação e acompanhamento das estratégias. Temas Emergentes.			
OBJETIVOS			
Dominar os elementos da gestão da estratégia das organizações analisando criticamente sua visão de futuro, sua missão, seus valores e seu posicionamento em cenários competitivos e cooperativos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. O processo da estratégia . Porto Alegre: Bookman, 2001.			
MINTZBERG, Henry; AHLSTRAW, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári da estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico . Porto Alegre: Bookman, 2000.			
WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. Administração estratégica: conceitos . São Paulo: Atlas, 2000.			
HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração estratégica . São Paulo: Centage Learning, 2008. 456 p. ISBN: 9788522105205.			
THOMPSON, A. A. Jr. Administração estratégica . São Paulo: Thomson Pioneira, 2008. ISBN 8522102120.			
WHITTINGTON, Richard. O que é estratégia? São Paulo: Thomson Pioneira, 2002. 179 p. ISBN 9788522102778 .			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica . São Paulo: Makron Books, 1993.			
HARDY, C.; STEWART, R.; NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais . São Paulo: Atlas, 1998. v. 1.			
KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. A estratégia do oceano azul: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 268 p. ISBN 9788535215243			
MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco organizações . São Paulo: Atlas, 2003.			
_____. Ascensão e queda do planejamento estratégico . Porto Alegre: Bookman, 2004. 360 p. ISBN 9788536303055			
PORTER, Michael E. Vantagem competitiva . Rio de Janeiro: Campus, 1989.			
SEMLER, Ricardo. Virando a própria mesa: uma história de sucesso empresarial Made in Brazil . Rio de Janeiro: Rocco, 2002. 231 p. ISBN 9788532513489			
TZU, Sun. A arte da guerra . São Paulo: Madras, 2007. 123 p. ISBN 9788537001943.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS381	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO	4	60
EMENTA			
As primeiras tentativas de interpretação do funcionamento do sistema econômico. As origens da Economia Política Clássica. Conceitos básicos das escolas clássica, marxista, neoclássica e keynesiana. As teorias sobre as crises conjunturais do sistema capitalista. A crítica das escolas monetarista, dos novos clássicos e dos novos Keynesianos à teoria keynesiana. Globalização, neoliberalismo e a emergência do “paradigma ambiental” no debate sobre o desenvolvimento econômico.			
OBJETIVOS			
Demonstrar a trajetória do pensamento econômico desde as primeiras tentativas de interpretação do funcionamento do sistema econômico com base no objeto e no método de análise empregado pelas escolas clássica, marxista, neoclássica, keynesiana, Schumpeteriana, monetarista e dos novos clássicos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FEIJÓ, R. História do Pensamento Econômico . São Paulo: Atlas, 2007.			
GALBRAITH, John Kenneth. O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica . São Paulo: Pioneira, 1989.			
HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica . São Paulo: Thomson, 2005.			
KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda . São Paulo: Saraiva, 2012. ISBN 8502180352			
MARX, Karl. O Capital . São Paulo: Civilização Brasileira, 2009. ISBN 8520004687			
NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo, Marx . Rio de Janeiro: Graal, 2000.			
RICARDO, D. Princípios de economia política e tributação . 4 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.			
SMITH, A. A Riqueza das Nações . Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRUE, Stanley L. História do pensamento econômico . São Paulo: Thomson Pioneira, 2004. ISBN 8522104247			
HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas . São Paulo: Atlas, 1969.			
HUNT, R.K. e H.J. SHERMAN. História do Pensamento Econômico , RJ: Vozes, 2010.			
NAPOLEONI, Claudio. O pensamento econômico do século XX . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. ISBN 8521906420			
REGO, Jose Marcio. História do pensamento econômico como teoria e retórica . São Paulo: Editora 34, 2003. ISBN 8573262672			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS382	CONTABILIDADE SOCIAL	4	60
EMENTA			
Objetivos e conceitos introdutórios. Relações entre a teoria econômica e a contabilidade social. Principais instrumentos de aferição dos processos econômicos. Referencial teórico-metodológico utilizado nos Sistemas de Contas Nacionais. As Contas Nacionais do Brasil. O Modelo de Insumo-Produto. Balanço de Pagamentos. Outros Indicadores Macroeconômicos, sociais, ambientais e os problemas de mensuração. Crescimento e desenvolvimento econômico. Deflatores e números-índices. Contabilidade Ambiental.			
OBJETIVOS			
Conhecer a natureza e as finalidades da Contabilidade Social nos sistemas aberto e fechado, introduzindo os principais conceitos da Macroeconomia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FEIJÓ, C. A. et al. Contabilidade Social: o novo sistema de contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2008.			
PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. A Nova Contabilidade Social. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: básico e intermediário. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
MANKIW, N. G. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2009.			
SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
DORNBUSH, R.; FISCHER, S. e STARTZ, R. Macroeconomia. 11. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2013.			
KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Saraiva, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX136	ESTATÍSTICA ECONÔMICA E INTRODUÇÃO À ECONOMETRIA	4	60
EMENTA			
Introdução à Probabilidade. Distribuições Discretas de Probabilidade. Distribuições Contínuas de Probabilidade. Amostras e Distribuições Amostrais. Intervalos de confiança e testes de hipóteses. Números índices. Análise de variância. Coeficiente de correlação.			
OBJETIVOS			
Desenvolver os conceitos principais da estatística para análise de dados socioeconômicos e apresentar a análise de regressão como introdução ao estudo da econometria.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. Estatística Aplicada à Administração e Economia . Tradução da 2ª edição norte americana Luiz Sérgio de Castro Paiva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.			
ANDERSON, D. R.; SWEENEY, D. J.; WILLIAMS, T. A. Estatística Aplicada à Administração e Economia . Tradução da 6ª edição norte americana. Stanford: Cengage Learning, 2013.			
HOFFMANN, R. Estatística para Economistas . 4. ed. Thomson: São Paulo, 2006.			
SARTORIS, A. Estatística e Introdução à Econometria . 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GUJARATI, D. N. Econometria Básica . 4. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006.			
HILL, C.; GRIFFITHS, W.; GEORGE, J. Econometria . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
HILL, R. Carter, GRIFFITHS, William E, JUDGE, George G. Econometria . São Paulo: Saraiva, 2003. 2.ed.			
MATOS, O.C. de. Econometria Básica: teoria e aplicações . São Paulo: Atlas, 2000.			
PINDYCK, Robert S, RUBINFELD, Daniel L. Econometria: modelos e previsões . Rio de Janeiro: Campus, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS383	FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	02	30
EMENTA			
Fundamentos do pensamento administrativo. As escolas do pensamento administrativo e seus desdobramentos. Ambientes organizacionais. Funções gerenciais: planejamento, organização, coordenação e controle. Cultura organizacional, poder e liderança.			
OBJETIVOS			
Familiarizar os estudantes com o discurso próprio do pensamento administrativo, assim como introduzir as primeiras noções práticas acerca da área de gestão e suas principais funções. Trata-se de uma percepção clara do que é uma organização, das habilidades associadas a um gestor e do que está envolvido na gestão de organizações.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANDRADE, Rui Otávio B.; AMBONI, Nério. Fundamentos de Administração: para cursos de gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.			
DAFT, Richard. Administração. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.			
FERREIRA, Ademir A.; REIS, Ana Carla F.; PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Pioneira, 1997.			
FERREIRA, Ademir A.; REIS, Ana Carla F.; PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas. São Paulo: Pioneira, 2002.			
LACOMBE, Francisco José M.; HEILBORN, Gilberto Luiz J. Administração: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.			
MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à administração. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDRADE, Rui Otávio B.; AMBONI, Nério. Teoria Geral da Administração. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.			
DAFT, Richard L. Teoria e projetos das organizações. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.			
MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos da Administração: conceitos essenciais e aplicações. 4 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.			
VECHIO, Robert P. Comportamento Organizacional. São Paulo: Cengage Learning, 2008.			
WAGNER III, John A.; HOLLENBECH, John R. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS384	CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA	4	60
EMENTA			
Contabilidade: conceito, objetivo, objeto, finalidade, técnica e campo de aplicação. Patrimônio: ativo, passivo e patrimônio líquido. Balanço. Patrimonial. Relatórios para usuários internos e externos. Estrutura e análise das demonstrações financeiras.			
OBJETIVOS			
Aprender os conceitos básicos da contabilidade, incluindo princípios, demonstrações e análises contábeis, para avaliar a evolução da organização de acordo com o enfoque contábil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.			
MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
_____. Contabilidade empresarial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
MATARAZZO, Dante Carmine ANÁLISE FINANCEIRA DE BALANÇOS: Abordagem Básica e Gerencial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade básica. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.			
SAVYTZKY, Taras. Análise de balanços: método prático. 6. ed. Curitiba: Juruá, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução n. 750 de 29 de dezembro de 1993. Disponível em: < http://www.cfc.org.br >.			
BRASIL. Lei das S.A.: Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. São Paulo: Atlas, 1999.			
NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. Contabilidade básica. 16. ed. São Paulo: Frase, 2013.			
SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH291	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	04	60
EMENTA			
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais . Buenos aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS385	ECONOMIA POLÍTICA	2	30
EMENTA			
Fisiocracia: classes sociais, origem, mensuração e distribuição do excedente econômico; Smith: ordem natural, troca, teoria do valor e divisão do trabalho; Ricardo: teoria do valor e da distribuição; teorias sobre crises do sistema capitalista; Estado e a teoria da regulação.			
OBJETIVOS			
Estudar a Economia Política Pré-Clássica e a Economia Política clássica para entender de forma mais aprofundada as relações de produção entre as mais diversas classes sociais que permeiam o ambiente institucional desde a queda do feudalismo até a crítica da Economia Clássica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HUNT, E. K; História do Pensamento Econômico? Uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Campus, 2005.			
BRUE. S.L.; História do Pensamento Econômico . São Paulo: Thomson, 2005.			
GASTALDI, J. Petrelli. Elementos da economia política . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
COUTINHO, M. C. Lições de economia política clássica . São Paulo: Hucitec, 1993.			
FUSFELD, D. R. A Era do Economista . São Paulo: Saraiva, 2001.			
KEYNES, J. M. Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda . São Paulo: Saraiva, 2012.			
MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política . São Paulo: Martins Fontes, 2011. ISBN 8578274792			
SMITH, Adam. Riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações . Curitiba: Martins Fontes, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS386	MACROECONOMIA I	04	60
EMENTA			
Conceitos básicos. Modelo clássico, a crítica de Keynes aos clássicos e o modelo Keynesiano dos manuais, ISLM e ISLMBP. Síntese Neoclássica. Políticas econômicas. Mercado de trabalho.			
OBJETIVOS			
Introduzir as teorias clássicas e keynesianas, bases da teoria macroeconômica, além de mostrar a importância das políticas econômicas adotadas pelos governos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010.			
FROYEN, R. T. Macroeconomia . São Paulo: Saraiva, 1999.			
LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: básico e intermediário . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
DORNBUSH, R.; FISCHER, S. e STARTZ, R. Macroeconomia . 11. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2013.			
KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda . São Paulo: Saraiva, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
MANKIW, N. G. Introdução à economia . São Paulo: Cengage Learning, 2009.			
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. Princípios de economia . 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.			
PINHO, D. B. et al. Manual de Economia . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.			
_____. Manual de introdução à economia . São Paulo: Saraiva, 2006.			
ROSSETTI, J. P. Introdução à economia . São Paulo: Atlas, 2002.			
TROSTER, R. L.; MOCHON, F. Introdução à economia . São Paulo: Makron Books, 1999			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Hora
GCS387	EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO MARXISTA	2	30
EMENTA			
A teoria de Marx: a teoria da mais-valia e da acumulação de capital; o processo de circulação do capital e o processo global de produção capitalista. Desdobramentos da teoria de Marx: o pensamento marxista como crítica ao capitalismo nos séculos XIX, XX e na atualidade.			
OBJETIVOS			
Possibilitar o conhecimento do ferramental teórico e metodológico desenvolvido por Marx e pelo pensamento marxista como crítica ao funcionamento do modo de produção capitalista, sua lei geral da acumulação, suas crises periódicas e o processo de reprodução degenerativa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental : nas trilhas do marxismo ocidental. São Paulo: Boitempo, 2004.			
LÊNIN, V. I. Obras Escolhidas . São Paulo: Alfa Omega, 1995.			
LUXEMBURGO, R. Reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2010.			
MANDEL, E. O lugar do marxismo na história . São Paulo: Xamã, 2001.			
MARX, K. ENGELS, F. Obras Escolhidas . São Paulo: Alfa Omega, 1982.			
MARX, K. O Capital . São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.			
_____. Contribuição à Crítica da Economia Política . São Paulo: Martins Fontes, 2011. ISBN 8578274792			
_____. Grundrisse . São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.			
FAUSTO, Ruy. Marx: lógica e política . São Paulo: Editora 34, 2003.			
HARVEY, David. O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo . São Paulo: Boitempo, 2011.			
KURZ, Robert. O Colapso da Modernização . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.			
LOWY, Michael. A Teoria da Revolução no Jovem Marx . São Paulo: Boitempo, 2012.			
MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital . São Paulo: Boitempo, 2010.			
NAPOLEONI, Cláudio. Smith, Ricardo, Marx . Rio de Janeiro: Graal. 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS388	CONTABILIDADE COOPERATIVA	2	30
EMENTA			
Contabilidade nas sociedades cooperativas: Lei nº 5.704 de 16/12/71; Constituição de uma sociedade cooperativa: aspectos contábeis. Estrutura patrimonial das sociedades cooperativas. Relatórios de Gestão. Governança corporativa nas cooperativas.			
OBJETIVOS			
Capacitar o acadêmico quanto às demonstrações contábeis de acordo com o perfil do profissional desejado, conhecendo as similaridades e diferenças entre alguns ramos da contabilidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALOE, Armando; VALLE, Francisco. Contabilidade agrícola . 7. ed. São Paulo: Atlas, 1979.			
CREPALDI, Sílvio Aparecido. Contabilidade rural : uma abordagem decisória. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
MARION, José Carlos. Contabilidade rural . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1979.			
SANTOS, Ariovaldo S.; GOUVEIA, Fernando H. C.; VIEIRA, Patrícia S. Contabilidade das sociedades cooperativas . São Paulo: Atlas, 2008.			
POLONIO, W.A. Manual das Sociedades Cooperativas. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDRADE, José Geraldo de. Introdução à Administração Rural. Lavras: UFLA/FAEPE, 2002.			
BRASIL. Decreto n. 3000, de 11 de janeiro de 1999 : regulamento do imposto de renda.			
BRASIL. Lei n. 8023 , de 12 de abril de 1990.			
BULGARELLI, Waldírio. Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.			
YOUNG, Lúcia H.B. Sociedades cooperativas. Editora Juruá, 2006.			
RICCIARDI, L. Cooperativa, a empresa do século XXI : como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTR			
SIQUEIRA, P. C. A. Direito cooperativo : temas atuais. Recife: Nossa Livraria			
BATALHA, Mário O, (Coord.) Gestão Agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS389	ECONOMETRIA	4	60
EMENTA			
Natureza da análise de Regressão. Conceito de função de regressão populacional (FRP). Função de regressão amostral (FRA). Modelo de regressão de duas variáveis: estimação e inferência. Extensão do modelo de regressão linear de duas variáveis. Análise de Regressão múltipla: estimação e inferência. Modelos de regressão com variáveis binárias. Multicolinearidade. Heterocedasticidade. Autocorrelação. Modelagem econométrica.			
OBJETIVOS			
O principal objetivo da disciplina Econometria é fornecer ao acadêmico o conhecimento básico sobre modelos econométricos (sua formulação, estimação e inferência estatística) no que diz respeito aos modelos de regressão simples\múltipla, modelos com variáveis binárias e aos problemas usuais dessa prática como o de autoregressividade e o de heterocedasticidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GUJARATI, D. Econometria Básica . trad. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.			
HOFFMANN, R.; VIEIRA, S. Análise de Regressão: Uma Introdução à Econometria . São Paulo: Hucitec, 1998. ISBN: 8527100231			
MYNBAEV, K.; LEMOS, A. Manual de Econometria . Rio de Janeiro: FGV, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HILL, R. Carter, GRIFFITHS, William E, JUDGE, George G. Econometria . São Paulo: Saraiva, 2003. 2.ed.			
MATOS, O.C. de. Econometria Básica: teoria e aplicações . São Paulo: Atlas, 2000.			
PINDYCK, Robert S, RUBINFELD, Daniel L. Econometria: modelos e previsões . Rio de Janeiro: Campus, 2004.			
STOCK, J.; WATSON, M. Econometria . São Paulo: Pearson, 2004.			
WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna . São Paulo: Thomson-Pioneira, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS390	MACROECONOMIA II	4	60
EMENTA			
Inflação e desemprego: as várias versões da curva de Phillips; OA-DA, Microfundamentos da macroeconomia (monetaristas, novos clássicos, novos keynesianos, e nova síntese neoclássica). Economia Aberta – Noção de taxa de câmbio real e nominal. Equação de Paridade de juros e de preços. Restrição de Crédito. Papel das expectativas. Equivalência Ricardiana.			
OBJETIVO			
Apresentar aos acadêmicos os microfundamentos da macroeconomia por meio das diversas correntes teóricas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.			
FROYEN, R. T. Macroeconomia . São Paulo: Saraiva, 1999.			
RUDIGER, D.; FISHER, S. Macroeconomia . São Paulo: Makron Books do Brasil, 1991.			
SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.			
LOPES, A. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. Manual de macroeconomia: básico e intermediário . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
DORNBUSH, R.; FISCHER, S. e STARTZ, R. Macroeconomia . 11. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2013.			
KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda . São Paulo: Saraiva, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HALL, R.; TAYLOR, J. B. Macroeconomia: teoria, desempenho e política . Rio de Janeiro: Campus, 1999			
LIMA, G. T.; SICSÚ, J. (Org.). Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea . São Paulo: Campus, 1999.			
MANKIW, N. G. Macroeconomia , 7 ^a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.			
MANKIW, N. G. Princípios de Macroeconomia . 6 ^o ed. São Paulo. Cengage Learning, 2013.			
VASCONCELLOS, M. A. S. Economia: micro e macro . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS391	MATEMÁTICA FINANCEIRA	4	60
EMENTA			
Capitalizações simples e compostas. Descontos simples e compostos. Rendas certas. Rendas variáveis. Taxa interna de retorno. Equivalência de fluxos de caixa. Amortização de empréstimos. Noções de análise de investimento. Correção monetária. Depreciação. Previsões financeiras. Tópicos Avançados em Matemática Financeira.			
OBJETIVOS			
Capacitar os acadêmicos a desenvolver e aplicar as técnicas e ferramentas da matemática financeira no processo de tomada de decisões nas organizações públicas e privadas, envolvendo estratégias de curto, médio e longo prazos, para proporcionar o desenvolvimento sustentado dos processos produtivos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MATHIAS, Washington F.; GOMES, José M. Matemática Financeira . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira Objetiva e Aplicada . 9. ed. São Paulo: Elsevier/Campus, 2011.			
VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HAZZAN, Samuel; PONPEU, José Nicolau. Matemática Financeira . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.			
KUHNNEN, Osmar Leonardo. Matemática Financeira Aplicada e Análise de Investimentos . São Paulo: Atlas, 1994.			
LAPPONI, Juan Carlos. Matemática Financeira: Usando Excel 5 e 7 . São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora Ltda, 1996.			
SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática Financeira: Aplicações à Análise de Investimentos . 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1995.			
VERAS, Lilia Ladeira. Matemática Financeira . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS392	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	4	60
EMENTA			
Conjuntura europeia à época do descobrimento do Brasil. Economia colonial: ciclo do açúcar, ciclo do ouro, outros produtos expressivos. A transição para Independência. A crise do escravismo mercantil nacional. Economia cafeeira. Origens da industrialização brasileira. Anos 1920 e 1930: crise e recuperação.			
OBJETIVOS			
Possibilitar aos acadêmicos a compreensão do processo histórico de formação econômica, social e política do Brasil, relacionando este processo com a constituição da economia brasileira na atualidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FURTADO, C.: Formação Econômica do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			
MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio . São Paulo: Editora UNESP, 2009.			
PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.			
REGO, J. M. et al. Economia Brasileira . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989 . Rio de Janeiro: Campus, 1999.			
BAER, W. A. Economia Brasileira . São Paulo: Nobel, 2003.			
HOLANDA, S.B. De: Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
SODRÉ, Nelson W. Formação Histórica do Brasil . 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.			
SUZIGAN, W. e SZMRECSANYI, T. História Econômica do Brasil Contemporâneo . São Paulo: EDUSP, 2002.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS393	ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	2	30
EMENTA			
As diferentes visões: Economia Ecológica e Economia Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Modelos de desenvolvimento e crise ambiental. Modelando os problemas ambientais e as falhas de mercado. Externalidades. Políticas ambientais no Brasil. Valoração ambiental. Decrescimento.			
OBJETIVOS			
Apresentar como as diferentes correntes da teoria econômica abordam as questões ambientais, ressaltando suas contribuições para entender a relação homem-natureza, bem como evidenciar suas contribuições para a formulação de políticas ambientais que conduzem ao desenvolvimento sustentável.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CALLAN, S. J.; THOMAS, J. M. Economia Ambiental: aplicações políticas e teoria. Cengage Learning, 2009. DA MOTTA, R. S. Economia Ambiental. Rio de Janeiro: FGV, 2006; MAY, Peter Herman; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (Org.). Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 318 p. ISBN 8535209654.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALMEIDA, Josimar Ribeiro de. Gestão ambiental: para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2010. MATTOS, Katty Maria da Costa; MATTOS, Arthur. Valoração econômica do meio ambiente: uma abordagem teórica e prática. São Paulo: Rima, 2004. 138 p. SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. SEN, Amartya. Desenvolvimento Como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS394	ECONOMIA E POLÍTICA MONETÁRIA	4	60
EMENTA			
Origem e funções da moeda. Demanda e oferta monetária. Crédito e bancos. Sistema monetário e Banco Central. A Teoria Monetária e a Interação dos Setores Real e Monetário. Política monetária. Intermediação financeira. Sistema financeiro brasileiro. Inflação e Política Monetária: Análise do Caso Brasileiro.			
OBJETIVOS			
Dar aos acadêmicos uma visão geral do sistema financeiro e monetário e das teorias fundamentais que descrevem o funcionamento destes sistemas, como primeiro passo para o exercício profissional do economista na área financeira. Esta disciplina visa também preparar o acadêmico para o entendimento das teorias de política monetária aplicadas nos sistemas econômicos dos países.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, J. R. N. Economia monetária . São Paulo: Atlas, 2009. CARVALHO, F. J. Cardim de; SOUZA, F. E. P. de; SICSÚ, J.; Paula, L. F. R. de; e STUDART, R. Economia monetária e financeira: teoria e política . Rio de Janeiro: <i>Campus</i> , 2000. ISBN: 9788535223606. LOPES, J. & ROSSETTI, J. P. Economia monetária . São Paulo: Atlas, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BANCO CENTRAL DO BRASIL. Finanças Públicas: sumário dos planos brasileiros de estabilização e glossário de instrumentos e normas relacionadas à política econômico-financeira . 4. ed. Brasília: Depec, 2004. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/?MANFINPUB >. _____. Relatório de Política Monetária . Brasília: Depec, 2004. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/?RELPOM >. _____. Relatório Econômico Anual . Brasília: Depec, 2003. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2003 >. Fortuna, E. Mercado Financeiro: produtos e serviços . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. TEIXEIRA, Ernani. Economia monetária: a macroeconomia no contexto monetário . São Paulo: Saraiva, 2002. ISBN: 8502035576.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS395	FINANÇAS EMPRESARIAIS	4	60
EMENTA			
Fundamentos de teoria das finanças. Ferramentas básicas do processo de gestão econômico-financeira das organizações. Conceitos, técnicas e ferramentas básicas de gestão de ativos enfatizando suas relações sob a ótica das condições de certeza e risco. Análise de Investimentos de Capital a Longo Prazo e Avaliação Financeira de Negócios. Decisões de investimento e de financiamento; técnicas de avaliação de investimentos (<i>payback</i> , VPL, TIR, VAUEq, CAUEq).			
OBJETIVOS			
Oportunizar ao acadêmico o entendimento dos principais instrumentos de análise financeira, contribuindo para que tenha uma formação mais abrangente e qualificada, de acordo com sua atividade profissional futura nas organizações urbanas e rurais, locais e regionais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ASSAF, Alexandre Neto. Matemática financeira e suas aplicações . São Paulo: Atlas, 2009.			
BRAGA, Roberto. Fundamentos e técnicas de administração financeira . São Paulo: Atlas, 1995.			
GITMAN, Lawrence J. Princípios da administração financeira . São Paulo: Harbra, 2007.			
SANVICENTE, Antonio Zoratto. Administração financeira . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
HAZZAN, Samuel; POMPEU, José Nicolau. Matemática financeira . 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.			
PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada . 9 ed. São Paulo: Elsevier, 2011.			
SANTOS, Edno Oliveira dos. Administração financeira da pequena e média empresa . 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
VERAS, Lilia Ladeira. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução à engenharia econômica, mais de 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS396	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	04	60
EMENTA			
A economia brasileira no período 1930-1945. A economia no pós II guerra: debate sobre industrialização e estabilização; substituição de importações; relações internacionais; mudanças e problemas estruturais. O período do regime militar. Evolução da economia brasileira. 1980: a década perdida. 1990: abertura comercial e financeira. Plano Real: origens, políticas econômicas e resultados. Redefinição do papel do Estado. Privatizações. Crises internacionais e suas consequências para a economia brasileira. Discussão sobre temas da conjuntura econômica brasileira.			
OBJETIVOS			
Conhecer a evolução da economia brasileira, as principais deficiências e as conquistas dos últimos anos, compreendendo o processo de industrialização e crescimento econômico e quais são os desafios da economia nacional, além de analisar as políticas de desenvolvimento adotadas a partir de 1930.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989 . Rio de Janeiro: Campus, 1999.			
CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995) . Campinas-SP: UNICAMP, 1998.			
FURTADO, C.: Formação Econômica do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			
GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. Economia Brasileira Contemporânea . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
REGO, J. M. et al. Economia Brasileira . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.			
SOUZA, N. A. Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula . São Paulo, Atlas, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BAER, W. A. Economia Brasileira . São Paulo: Nobel, 2003.			
BRUM, A. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro . 20. ed. Ijuí: Unijuí, 1999.			
GIAMBIAGI, F., CASTRO, L, HERMANN, J. 2004. Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004) . Rio de Janeiro: Campus.			
HOLANDA, S.B. De: Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995.			
MAGALHÃES, J. P. de A. Paradigmas econômicos e desenvolvimento: a experiência brasileira . Rio de Janeiro: UFRJ/EDUERJ, 1996.			
MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio . São Paulo: UNESP, 2009.			
TAVARES, M.C. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil . 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1986.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS073	TEORIA COOPERATIVISTA	4	60
EMENTA			
Formas primitivas e tradicionais de cooperação. Bases doutrinárias e filosóficas do cooperativismo. Surgimento do cooperativismo moderno. Experiências cooperativas no Brasil e no mundo: lições, desafios e significado socioeconômico. A emergência da economia solidária. Experiências históricas e contemporâneas. Potencialidades e limites da Economia solidária.			
OBJETIVO			
Conhecer e compreender as bases filosóficas e doutrinárias do cooperativismo e da Economia Solidária no mundo e no Brasil, visando identificar aspectos-chave para a criação e consolidação de experiências cooperativas e associativas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, N. Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil . São Paulo: Paz e Terra, 1999.			
CARNOY, M. Estado e teoria política . 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.			
CRUZIO, Helton de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento . 1. ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006.			
ORMAETXEA, José M. Introducción a la Experiencia Cooperativa de Mondragón . Textos Básicos de OTALORA. Aretxabaleta: Otalora, 2000.			
PINHO, Diva B. A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista . São Paulo: Pioneira, 1965.			
QUIJANO, Aníbal. La economía popular y sus caminos en América Latina . Mosca Azul Editores, 1998.			
SINGER, Paul; MACHADO, João. Economia socialista . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ASSMANN, Hugo; MOSUNG, Jung. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança . Petrópolis: Vozes, 2000.			
BARBOSA, Rosângela N. A economia solidária como política pública . Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.			
DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação . 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 84 p.			
FARIA, J. H. Gestão Participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1. 407 p.			
GAIGER, L. I. Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil . Porto Alegre: UFRGS, 2004.			
MOTTA, F. C. Prestes et al. Participação e participações: ensaios sobre autogestão . São Paulo: Babel Cultural, 1987.			
MLADENATZ, Gromoslav. História das doutrinas cooperativistas . Brasília: Confedbras, 2003.			



SANTOS, Boaventura S. (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira a vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2003.

TEVOEDJRE, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos:** a transformação pela solidariedade. São Paulo: Cidade Nova, 1981.

KUBITZA, F.; ONO, E. A. **Projetos Aquícolas:** Planejamento e Avaliação Econômica. 1. ed. Jundiaí: Fernando Kubitza, 2004. 79 p.

YUNUS, Muhammad. **Um mundo sem pobreza.** São Paulo: Ática, 2009.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA440	AGROECOLOGIA	2	30
EMENTA			
Análise de aspectos ecológicos, culturais, sociais e econômicos dos sistemas de produção agrícola. Contribuição da agroecologia para a produção suficiente e sustentável de alimentos. Formas de agricultura e desenvolvimento rural sustentável. Construção de referências agroecológicas em vista do conhecimento e utilização pelos agricultores familiares.			
OBJETIVOS			
Entender os agroecossistemas como sistemas de produção complexos. Apresentar os princípios ecológicos básicos no manejo de plantas e animais em agroecossistemas. Compreender a dinâmica de agroecossistemas e sua implicação na produção sustentável de alimentos, matérias-primas para a indústria e para melhoria das condições de vida no meio rural.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, M. A. Agroecologia : a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2009.			
GLIESSMAN, Stephen. Agroecologia : Processos ecológicos em agricultura. Porto Alegre: UFRGS, 2005.			
MILLER JR, G. T. Ciência Ambiental . São Paulo: Thomson, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. Fundamentos de ecologia . São Paulo: Thomson, 2007.			
FELDENS, L. A dimensão ecológica da pequena propriedade no Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Secretaria da Agricultura e Abastecimento do RS, 1989.			
LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental : a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.			
ODUM, Eugene. Fundamentos de ecologia . Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.			
ALTIERI, M. A. Agroecologia : bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. Guaíba: AS-PTA, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS397	ECONOMIA INTERNACIONAL	4	60
EMENTA			
Teorias do comércio internacional. A economia política internacional. Políticas de comércio exterior: instrumentos e efeitos. Sistema Monetário Internacional. As teorias da “Globalização”. Integração regional e multilateralismo. Estado, Capital e as Relações de Poder no plano internacional. A inserção da América Latina na economia mundial.			
OBJETIVOS			
Possibilitar o acesso ao conhecimento das teorias sobre relações econômicas internacionais, objetivando a aprendizagem das teorias econômicas clássicas, neoclássicas e contemporâneas do comércio internacional e da evolução das relações econômicas no cenário mundial até a atualidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BAUMAN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira . Rio de Janeiro: Campus, 2004.			
EICHENGREEN, Barry. A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional . SP: Editora 34, 2000.			
KRUGMANN, P. R. & OBSTFELD, M. Economia Internacional . São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2010. ISBN 8588639513			
KRUGMANN, P. R. A crise de 2008 e a economia da depressão . RJ: Campus, 2009.			
MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Brasil Século XXI: Uma alternativa ao modelo neoliberal . São Paulo: Paz e Terra, 2000. ISBN 8521903723			
RICARDO, D. Princípios de Economia Política e Tributação . 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2002.			
SMITH, A. A Riqueza das Nações . 2 vol. São Paulo: Martins Fontes, 2010. ISBN 8578272210			
FIORI, José L. (Org.). Estados e Moedas no desenvolvimento das nações . Petrópolis: Vozes, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CARVALHO, M. A de; SILVA, C. R. L. Economia internacional . São Paulo: Saraiva, 2007. ISBN 8502060104			
CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital . Ed. Xamã, 1996.			
FIORI, J. L., MEDEIROS, C.; SERRANO, F. O Mito do Colapso do Poder Americano . RJ: Record, 2008.			
GENTILI, Pablo. (Org.) Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem Mundial . RJ: Vozes, Coleção A outra Margem, 2000.			
HARVEY, David. O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo . São Paulo: Boitempo, 2011.			
IANNI, Octavio. Teorias da Globalização . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. ISBN 8520003974			



MAIA, J. M. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. São Paulo: Atlas, 2005.
MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.
WALLERSTEIN, Immanuel. **O Declínio do Poder Americano**. RJ: Contraponto, 2004.
ISBN 8585910615



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS398	PLANEJAMENTO ECONÔMICO E POLÍTICAS PÚBLICAS	04	60
EMENTA			
Estado e economia: bens públicos, falhas de mercado, mercados incompletos, externalidades da intervenção governamental nos mercados. Funções do Estado. Produção de bens públicos. Teoria da Regulação. Introdução ao planejamento econômico: definição, origens, características. Fases do planejamento econômico. Política econômica: instrumentos, objetivos e o processo decisório. A experiência brasileira de planejamento: período 1939 a 1985. Planejamento das nações. Políticas Públicas. Democracia e <i>accountability</i> . Políticas Públicas: formulação e implementação de políticas públicas. Avaliação de políticas públicas. Caso brasileiro. Participação popular e controle social das políticas públicas.			
OBJETIVOS			
Entender o papel do Estado, as mudanças do Estado brasileiro, seus planejamentos econômicos, além de compreender a importância e o processo das políticas públicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (Org.). Políticas Públicas no Brasil . Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. ISBN: 9788575413500			
KON, Anita (Org.). Planejamento no Brasil II . Ed. ver. atual. São Paulo-SP: Perspectiva, 2010.			
ROSSETI, José P. Política e programação econômica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 1989.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
CODATO, Adriano Neves. Sistema Estatal e Política Econômica do Brasil pós 64 . São Paulo-SP: Hucitec, 1997.			
FONSECA, M. A. R. Planejamento e Desenvolvimento Econômico . São Paulo: Thomson Learning, 2006. 237p			
GIAMBIAGI, F., ALÉM, C. Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.			
REIS, Fábio Wanderley. Mercado e utopia: Teoria Política e Sociedade Brasileira . Fábio Wanderley Reis. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.			
HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José F. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise . Brasília: UnB, 2010.			
TINBERGEN, J. Política Econômica: Princípios e Planejamento . São Paulo: Nova Cultural, 1987.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS399	GESTÃO MERCADOLÓGICA	4	60
EMENTA			
Conceitos em Marketing. Funções e tarefas do marketing. Planejamento e Plano de Marketing. Análise do ambiente de marketing. Sistema de informações em marketing (SIM). Segmentação de Mercado. Posicionamento. Os mercados e o comportamento dos consumidores. Análise qualitativa e quantitativa de mercado consumidor. Composto de marketing. Tópicos contemporâneos em marketing.			
OBJETIVOS			
Possibilitar ao acadêmico a compreensão dos conceitos ligados à gestão mercadológica, especialmente no que diz respeito ao processo e à prática do planejamento estratégico de marketing aplicado em organizações da região.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AMBROSIO, V. Plano de Marketing : um roteiro para ação. São Paulo: Pearson, 2012. BOONE, L. E.; KURTZ, D. L. Marketing contemporâneo . São Paulo: Cengage Learning, 2009. FERRELL, O. C.; HARTLINE, M. D. Estratégia de Marketing . 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. GOMES, I. M. Manual como elaborar um plano de marketing . Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005. KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing . 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DIAS, S. R. (Coord.). Gestão de marketing . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. LAS CASAS, A. L. et al. Novos rumos do marketing . São Paulo: Atlas, 2001. IACOBUCCI, D. Os desafios do marketing . São Paulo: Futura, 2001. KOTLER, P. Marketing para o século XXI . São Paulo: Futura, 2009. KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing : a bíblia do marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. MOREIRA, I. et al. Administração de marketing no mundo contemporâneo . 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. SAPIRO, A. et al. Gestão de marketing . 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. SCHIFFMAN L. G.; KANUK L. L. Comportamento do consumidor . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. SILVA, D. B. dos S. et al. Fundamentos de marketing . 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS130	ECONOMIA DA COOPERAÇÃO	4	60
EMENTA			
A cooperação como fenômeno econômico. O cooperativismo visto pelos clássicos da economia. Competitividade e cooperação. Tipologia de cooperativas. Aspectos econômicos da construção da economia solidária no Brasil. O papel da comercialização solidária e as redes de colaboração na construção da viabilidade econômica das cooperativas e dos empreendimentos solidários. Formas de comercialização solidária: comércio justo, certificação social e ambiental, consumo responsável e a construção dos mercados alternativos.			
OBJETIVOS			
Possibilitar ao acadêmico a identificação e compreensão dos fundamentos econômicos que interferem na viabilidade socioeconômica das cooperativas e dos empreendimentos solidários.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BIALOSKORSKI NETO, S. Aspectos Econômicos das Cooperativas . São Paulo: Mandamentos, 2006. FERRINHO, H. Cooperativas e Desenvolvimento Rural . Lisboa: Ed. Clássica, 1978. PINHO, Diva B. Economia e Cooperativismo . São Paulo: Saraiva, 1997. SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). A economia solidária no Brasil . São Paulo: Contexto, 2000. GABILONDO, L. A. La experiencia cooperativa de Mondragón . Una síntesis general. Mondragón: Lanki, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
AZEVEDO, A. É possível cooperativas serem competitivas? O caso da Corporación Cooperativa Mondragón – MCC mostra que sim. Disponível em: < http://www.ocyt.org.co/esocite/Ponencias_ESOCITEPDF/5BRS074.pdf >. CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento . 1. ed. Fundação Getúlio Vargas, 2006. MARX, Karl. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1, 2 e 3. YUNUS, Muhammad. O banqueiro dos pobres . São Paulo: Ática, 2000. _____. Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo . São Paulo: Ática, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS056	ADMINISTRAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS	4	60
EMENTA			
Conceituação e classificação de projetos. Etapas na elaboração de projetos. Estrutura do projeto. Fundamentos da Gestão de Projetos. Gerenciamento de “Stakeholders”. Prazos, qualidade, escopo, custos, recursos humanos, recursos materiais em projetos. Avaliação social de projetos. Análise de projetos. Análise de risco e viabilidade. Relação com o meio ambiente. Gestão da implantação de projetos. Tópicos avançados em Gestão de Projetos. Tecnologia em projetos. Introdução a softwares em projetos.			
OBJETIVO			
Demonstrar as principais técnicas e ferramentas necessárias para a elaboração e avaliação de projetos. Capacitar o acadêmico com relação à análise de investimentos, captação de recursos e viabilidade econômico-financeira do projeto em questão, proporcionando maior eficiência no uso de recursos públicos e privados, garantindo maior sustentabilidade aos processos produtivos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos . Rio de Janeiro: Campus, 1991. CONTADOR, C. R. Avaliação social de projetos . São Paulo: Atlas, 1981. DIENSMORE, P. C. Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. DUFUMIER, M. Projetos de desenvolvimento agrícola . Manual para especialistas. Salvador: EDUFBA, 2007. MAXIMIANO, A. C. A. Administração de Projetos: como transformar ideias em projetos . São Paulo: Atlas, 2002. KEELLING, Ralph. Gestão de projetos: uma abordagem global . São Paulo: Saraiva, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDY, Bruce. Como gerenciar projetos . São Paulo: Publifolha, 2001. CLEMENTE, A. (Org.). Projetos empresariais e públicos . São Paulo: Atlas, 1997. EDUNIOESTE. Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no Oeste do Paraná . Cascavel, 2007. 163 p. ISBN: 9788576441090. SILVA NETO, B.; CALEGARO, S. Agricultura e desenvolvimento de atividades não agrícolas em municípios rurais: uma análise da dinâmica macroeconômica de Coronel Barros-RS. Indicadores Econômicos FEE , v. 32, n. 3, p. 177-200, nov. 2004. SILVA, Newton José Rodrigues da. Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas: análise dos casos do Vale do Ribeira (SP) e do Alto Vale do Itajaí (SC) . São Paulo: UNESP, 2008. 240 p. KERZNER, H. Gestão de projetos . São Paulo: Bookman, 2000. MEREDITH, J. R. Administração de projetos: uma abordagem gerencial . 4. ed. São Paulo: LTC, 2003. VALERIANO, D. Gerenciamento estratégico e administração por projetos . Rio de Janeiro: Makron, 2001.			



VALLE, A. B. do et al. **Fundamentos do gerenciamento de projetos**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS400	FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO PÚBLICO	4	60
EMENTA			
<p>Estado, Governo e Sociedade: o poder de interferência do Estado no mercado, a burocracia e as disfunções da burocratização, atividade fiscal do Estado, atividade financeira do Estado. Conceitos fundamentais sobre orçamento público e teoria econômica e finanças públicas. Sistema Federal de Planejamento: PPA, LDO e LOA. Plano Plurianual e a integração planejamento, orçamento e gestão. Elaboração de programas, monitoramento e avaliação do PPA. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária. Fase legislativa do orçamento. Controle interno e controle externo. Lei de responsabilidade fiscal. Financiamento do governo: tributação e política tributária, fontes das receitas públicas, despesas públicas. Necessidades de financiamento do Setor Público: déficit público e endividamento público nos três níveis de Poder. Tópicos Especiais: Federalismo Fiscal no Brasil, Descentralização do Poder, Crise Fiscal e Governabilidade.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Oferecer aos acadêmicos conceitos fundamentais sobre planejamento governamental, orçamento e finanças públicas. Familiarizá-los com os principais conceitos de planejamento governamental, orçamento público e de finanças públicas, visando interpretar e analisar as questões referentes ao setor público.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BIDERMAN, Ciro e ARVATE, Paulo (Org.), Economia do Setor Público no Brasil. Editora Elsevier, 2005.</p> <p>GIAMBIAGI, Flávio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte. Finanças Públicas: Teoria e prática. 4. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p> <p>LONGO, C. A. e TROSTER, R. L. Economia do setor público. São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>BALLEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. 12. ed. rev. e adaptada. Rio de Janeiro: Forense, 1978.</p> <p>BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>MACHADO JR., J. T. e REIS, H. C. A Lei 4.320 comentada. 34. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.</p> <p>MUSGRAVE, R. & MUSGRAVE, P. Finanças Públicas: teoria e prática. São Paulo: EDUSP, 1980.</p> <p>PEREIRA, José Matias. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil. 5. ed. SP: Atlas, 2010.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS401	AUTOGESTÃO E PROCESSOS PARTICIPATIVOS	2	30
EMENTA			
Autogestão e heterogestão. Organizações autogestionárias. Cooperativismo de Trabalho. Grupos semiautônomos. Gestão participativa. A questão do emprego em regiões deprimidas e em setores marginalizados. Economia solidária e desemprego.			
OBJETIVOS			
Dominar os conceitos básicos e as metodologias necessárias à organização de experiências de autogestão e co-gestão nos marcos da economia solidária			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTEAG. Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia. São Paulo: ANTEAG Edições, 2004. 187p.			
ANTUNES, R. (Org.). A dialética do trabalho – escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 159p.			
BOURDET, Yvon e GUILLERM, Allain. Autogestão, uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.			
GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo Martins Fontes, 1980.			
ITCP-USP. A gestão da autogestão na economia solidária: contribuições iniciais. Porto Alegre: Calábria. 2007.			
MANDEL, Ernst. Control obrero, consejos obreros, autogestión. Mexico: ERA, 1974.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 1999. 258p.			
IASI, M. L. Ensaio sobre consciência e emancipação. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 172p.			
KLEIMAN, F. Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 166p			
MENEZES, M. T. C. G. de. Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista. Rio de Janeiro: Gramma, 2007. 250 p. ISBN: 8598555126.			
TAUILE, J. R. Trabalho, Autogestão e Desenvolvimento – escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 385 p.			
VIEITEZ, C. G.; RI, N. M. D. Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001. 151p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS402	DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	4	60
EMENTA			
A problemática do desenvolvimento econômico. Teorias do desenvolvimento (segundo a escola Clássica, Marx, <i>keynesianos</i> , neoclássicos, <i>schumpeterianos</i>). Comércio internacional e desenvolvimento. Padrões estruturais do subdesenvolvimento. Distribuição de renda e desigualdade. Estratégias do desenvolvimento econômico. O papel do Estado no desenvolvimento.			
Objetivo			
Apresentar as diferentes teorias, destacando sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
JONES, Charles I. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico . Rio de Janeiro: Campus, 2000.			
KALECKI, Michal. Teoria da Dinâmica Econômica . (Coleção Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1983a.			
SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
JONES, Hywel. Modernas Teorias do Crescimento Econômico: uma introdução . São Paulo: Atlas, 1979.			
KALECKI, Michal. Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas . São Paulo: HUCITEC, 1983b.			
MYRDAL, Gunnar. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas . Rio de Janeiro: Saga, 1972.			
SEN, Amartya. Desenvolvimento Como Liberdade . São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.			
SWEEZY, P. Teoria do Desenvolvimento Capitalista . São Paulo: Abril Cultural, 1983.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS403	EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	4	60
EMENTA			
Atividade empreendedora. O perfil empreendedor. Aprimorando o desempenho pró-ativo. Identificando oportunidades. A prática da inovação. Tipos de projetos inovadores. Transformação da oportunidade em conceitos. Pré-requisitos necessários para o início de um empreendimento. Preparação do plano de negócios para a viabilização do empreendimento. Informação Estratégica. Escolha estratégica. Análise financeira do novo empreendimento. Gestão empreendedora. Estratégias empreendedoras. Empreendedorismo e cooperação.			
Objetivo			
Estimular o desenvolvimento do potencial inovador e empreendedor da região no desenvolvimento de projetos de novos processos, produtos e serviços, promovendo a aplicação do conhecimento por meio de atividades empíricas que permitam ao acadêmico a ampliação da aprendizagem na temática abordada.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DOLABELA, Fernando. O Segredo de Luísa . São Paulo: Cultura Editores, 2008. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo na prática : mitos e verdades dos empreendedores de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. ROZENFELD, H.; et al. Gestão de desenvolvimento de produtos : uma referência para a melhoria do processo. São Paulo: Saraiva, 2006. 542p. ROSA, Cláudio Afranio. Como elaborar um plano de negócios . Brasília: SEBRAE, 2013. SCHERER, Felipe Ost; CARLOMANGO, Maxiliano Selistre. Gestão da Inovação na Prática : como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação. São Paulo: Atlas, 2009..			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
GOLDRATT, Eliyahu M. COX, Jeff. A meta : um processo de melhoria contínua. São Paulo: Nobel, 2002. HISRIC, Robert D; PETERS, Michael P. Empreendedorismo . Ed Bookman, 5.ed, Porto Alegre, 2004. ISBN.:9788580553321. MOREIRA, Daniel Augusto. Administração da Produção e Operações . São Paulo: Cengage Learning, 2008. MOTTA, Isabela M. Manual como elaborar uma pesquisa de mercado . Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005. SALIM, C. S. Introdução ao empreendedorismo : despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS158	TÉCNICAS DE PESQUISA EM ECONOMIA	4	60
EMENTA			
Métodos científicos. A pesquisa econômica. Elaboração de projetos de pesquisa. Coleta e análise de dados. Formulação do projeto de monografia.			
Objetivos			
Capacitar e instrumentalizar os acadêmicos para a elaboração do trabalho monográfico, o qual propiciará a conclusão do curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BERNI, D. A. Técnicas de Pesquisa em Economia . São Paulo: Saraiva, 2002.			
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2006.			
CERVO, A.L.; SILVA, R.D.; BERVIAN, P.A.. Metodologia Científica. 6 ed.			
GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica . 5. ed. rev. e ampl. Campinas: Alínea, 2011.			
MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
SANTOS, Antônio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7 ed. rev. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS085	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	2	30
EMENTA			
Fundamentos da responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social. Marketing social. Voluntariado. Terceiro Setor. Filantropia. Balanço social. Sustentabilidade. Gestão social. O meio ambiente. Poluição. Gestão de resíduos. Reciclagem. Sustentabilidade. Passivo ambiental. Impacto ambiental. Gestão ambiental. Normas ISO E NBR, ambiental e de responsabilidade social. Projeto de responsabilidade socioambiental: diagnóstico, planejamento estratégico de RSE. Tópicos Avançados em Gestão Socioambiental.			
OBJETIVO			
Desenvolver no estudante a capacidade de reflexão sobre as diferentes formas de perceber a responsabilidade social e ambiental de um ponto de vista crítico e problematizador.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, J. R. de et al. Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex, 2000. PAULI, G. Emissão zero. Porto Alegre: Edipuc, 1996. REIS, L. F. S. D. et al. Gestão ambiental em pequenas e médias empresas. Qualitymark, 2002. TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. São Paulo: Atlas, 2002. TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. 442 p. ISBN: 9788522455140.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BERLE, G. O empreendedor do verde. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1991. JACOBI, P. R. Ciência ambiental os desafios da interdisciplinariedade. São Paulo: Annablume, 1999. LANNA, A. E. L. Gerenciamento de bacia Hidrográfica: aspectos conceituas e metodológicos. Brasília: IBAMA, 1995. PAULI, G. Upsizing. Porto Alegre: L&PM, 1999. VARGAS, H. C. Novos instrumentos de gestão ambiental urbana. São Paulo: EDUSO, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS404	ECONOMIA E POLÍTICA AGRÍCOLA	2	30
EMENTA			
O papel da agricultura no desenvolvimento. Progresso técnico na agricultura brasileira. Formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs). A dependência do capital financeiro. A agricultura familiar. A função do Estado na modernização e na sustentabilidade da agricultura. Políticas públicas (econômicas e sociais) para a agricultura. Instrumentos de Política agrícola.			
OBJETIVOS			
Propiciar aos acadêmicos subsídios para que contextualizem e compreendam as consequências da adoção de instrumentos de política agrícola no desenvolvimento da agricultura patronal e familiar no Brasil. A partir desse conhecimento será possível compreender o papel do Estado brasileiro nas atuais condições destas duas categorias.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BACHA, Carlos José Caetano. Economia e Política Agrícola no Brasil . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
GONÇALVES NETO, Wenceslau. A ação do Estado: a agricultura nos planos de governo no Brasil. In: _____. Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira – 1960-1980 . São Paulo: Hucitec, 1995. p.115-233.			
RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, P. (Org.). Dimensões do agronegócio brasileiro: Políticas, Instituições e Perspectivas . Brasília: NEAD, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DELGADO, G. G.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Org.). Agricultura e Políticas Públicas . Brasília: IPEA, Série IPEA n.127,1990.			
FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2003.			
REZENDE, Gervásio Castro. Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2003.			
VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica . 2. ed. São Paulo, Edusp, 2007.			
WAQUIL, Paulo Dabbad; SCHULTZ, Glauco; MIELE, Marcelo. Mercados e comercialização de produtos agrícolas. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS405	PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	4	60
EMENTA			
<p>Conceituação de desenvolvimento econômico, planejamento governamental e política regional. As disparidades regionais no Brasil: caracterização do problema, fatores causais e políticas compensatórias. Instrumentos e agentes do desenvolvimento regional; políticas públicas e desenvolvimento regional. Origem e evolução das experiências de planejamento regional e local. Principais vertentes teóricas sobre a problemática do planejamento: planejamento, desenvolvimento e território. Planejamento municipal. O processo de ocupação, urbanização e a gênese da rede urbana no Brasil; a mobilidade; o conceito de planejamento e a gestão municipal: o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01). Planos diretores para cidades de diferentes portes. Plano Diretor de desenvolvimento territorial.</p>			
OBJETIVOS			
<p>Estudar e compreender o processo do desenvolvimento brasileiro do ponto de vista regional, analisando os limites e as possibilidades do planejamento para uma maior eficiência das políticas públicas.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BRASIL. Lei 10.257, de 28 de agosto de 2001. Estatuto da Cidade. Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966 e outras... e dá outras providências. Brasília, 2001.</p> <p>DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010.</p> <p>MENDES, C. C.; MATTEO, M. Formação e evolução do planejamento regional no Brasil. In: CRUZ, Bruno de Oliveira et al. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011. 261-280.</p> <p>PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Parte I e II. Ministério das Cidades/CONFEA. 2004.</p> <p>PUTNAM, R. Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1999.</p> <p>VAINER, Carlos B. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: os desafios da fragmentação. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 9, n.1. Maio de 2007.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>ALVARES AFFONSO, R. B.; SILVA P. L. B. (Org.). Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.</p> <p>AMARAL, J. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. Planejamento e Políticas Públicas, n. 14, p. 3573, dez. 1996.</p> <p>BAVARESCO, P. Ricardo. Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento do extremo Oeste catarinense. Chapecó: Argos, 2005.</p> <p>BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regional.</p>			



PROMESO: Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais. 2009.

_____. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira.** Brasília: 2010.

_____. Ministério da Integração Nacional. **A PNDR em dois tempos:** A experiência apreendida e o olhar pós 2010. Brasília: 2010.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Humanitas, UFMG, 1999. 178 p.

LEMA, P. B. A cidade revisada: Espaço, forma e função. Paisagem e imagem: Inovação, modernidade, Pós-modernidade? **Cadernos de Geografia,** Coimbra-Portugal, n. 16, p. 91-100, 1997.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS429	ORGANIZAÇÃO DE CADEIAS AGROINDUSTRIAIS	4	60
EMENTA			
<p>Conceitos básicos. Estrutura e funcionamento de cadeias e sistemas agroindustriais. Fontes de financiamento de cadeias agroindustriais. Competitividade e globalização. Complexos agroindustriais e agricultura no Brasil.</p> <p>Sistemas Agroindustriais: metodologia de análise, coordenação e gerenciamento. Estratégias Agroalimentares: formas de organização e estratégias de crescimento das firmas, alianças, fronteiras de eficiência, terceirização, fusões e aquisições. Análise das Cadeias Produtivas no Brasil. Gestão do fornecimento de matérias primas. Integração e cooperativismo em cadeias agroindustriais.</p>			
OBJETIVOS			
Dominar os conceitos básicos, as metodologias e ações necessárias à organização de cadeias produtivas agroindustriais frente aos cenários competitivos atuais;			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BATALHA, Mario Otávio (Coord). Gestão Agroindustrial. 2 volumes. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, Décio. Competitividade e organização das cadeias agroindustriais. Costa Rica: IICA, 1994. Paper. 62 p.</p> <p>KUPFER, D.; HASECLEVER, L. Economia Industrial. São Paulo: Campus, 2002.</p> <p>MALUF, Renato S.; WILKINSON John. (Org.). Reestruturação do Sistema Agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1999.</p> <p>POSSAS, M. L. Estruturas de mercado em oligopólio. São Paulo: Hucitec, 1985.</p> <p>WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo: Hucitec, 1986.</p> <p>ZYLBERSTAJN, Décio; FAVA NETO, Marcos (Org.). Gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária. São Paulo: Pioneira, 2000. 428 p.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>ARAÚJO, M. J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>ARAÚJO, N. B. et al. Complexo Agroindustrial. São Paulo: Agroceres, 1990.</p> <p>CASTRO, Antônio Maria Gomes de et al. Cadeias produtivas e sistemas naturais, prospecção tecnológica. Brasília: Embrapa/SPI, 1998.</p> <p>MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. A Globalização e a Indústria Alimentar: um estudo a partir das grandes empresas. Marília – SP, UNESP Publicações, 1999.</p> <p>MAZZALI, Leonel. O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede. São Paulo: UNESP, 2000</p> <p>MONTOYA, M. Antônio; PARRÉ, J. Luiz (Org.). O agronegócio brasileiro no final do século XX. Passo Fundo: UPF, 2000.</p> <p>MOURA, A. Dias; SILVA JÚNIOR, Aziz Galvão da. Competitividade do Agronegócio Brasileiro em Mercados Globalizados. Viçosa: DER, 2004.</p>			



PONDÉ, J. L. S. P de S. Coordenação e inovações institucionais. **Texto para discussão**, n. 38, Instituto de Economia UNICAMP, jul. 1994.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ZYLBERSTAJN, Decio (Coord.). **Estudos de Caso em Agribusiness**. O processo de tomada de decisões nas empresas brasileiras. Porto Alegre: Ortiz, 1993.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS406	MICROECONOMIA III	4	60
EMENTA			
Mercados com informações assimétricas. Incerteza, risco e informação privilegiada. Agência: racionalidade limitada e comportamento cooperativo. Instituições: conceito e importância. Organização econômica: relação agente-principal. Teoria dos custos de transação e abordagens evolucionistas. Tecnologia, bens de informação e externalidades de rede.			
OBJETIVOS			
Proporcionar aos acadêmicos uma visão mais concreta da conduta dos indivíduos, das firmas e das peculiaridades dos mercados e suas falhas, ampliando o conhecimento a respeito de hábitos sociais e formas de ação coletiva que resultam em instituições econômicas que afetam o desenvolvimento econômico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MANSFELD. E; YORE. G; Microeconomia: teoria e aplicações . 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.			
FRANK. Robert H, Microeconomia e Comportamento . 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.			
CARVALHO, José L; GWARTNEY, James D; STROUP, Richard L; SOBEL, Russell S. Fundamentos de Economia – Vol. 2 – Microeconomia . São Paulo: CENGAGE LEARNING, 2008. ISBN-13: 9788522106363.			
VARIAN. Hal R. Microeconomia - Uma Abordagem Moderna . 8. ed. São Paulo: ELSEVIER – CAMPUS, 2012.			
HASENCLEVER, Lia; KUPFER, David. Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil . 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2014. ISBN: 8535263683.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BAPTISTA, Margarida A. (2000). Política industrial: uma interpretação heterodoxa . Campinas: Unicamp, IE, capítulo 2, seções 2 a 2.2, pp. 59-101. ISBN: 8586215317			
MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia . 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.			
PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia . 7. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2010. xxiv, 647 p. ISBN 9788576052142			
PINHEIRO, A. C.; SADDI, J. Direito, Economia e Mercados. Rio de Janeiro: Campus, 2005.			
WESSELS. W. J; Microeconomia: Teoria e Aplicações . São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS407	MONOGRAFIA I	8	120
EMENTA			
Elaboração de Projeto: tema, problema, objetivos, justificativa, referencial teórico, metodologia e cronograma. Qualificação do projeto em banca.			
OBJETIVOS			
Capacitar o estudante para a elaboração de projeto de pesquisa amparado nas propostas desenvolvidas durante o curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: UNESP, 2000.			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.			
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . 14. ed. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 2010.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS408	MACROECONOMIA III	4	60
EMENTA			
Investimento e Consumo – Q de Tobin. Equação de Fischer. Teoria dos Ciclos Reais. Teoria da Renda Permanente. Ciclo de Vida. Revisão de toda a macroeconomia.			
Objetivo			
Apresentar aos acadêmicos a Teoria dos Ciclos e possibilitar a inter-relação de todas as correntes teóricas macroeconômicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BLANCHARD, O. Macroeconomia . 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.			
FROYEN, R. T. Macroeconomia . São Paulo: Saraiva, 1999.			
RUDIGER, D.; FISHER, S. Macroeconomia . São Paulo: Makron Books do Brasil, 1991.			
SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. Macroeconomia . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.			
DORNBUSH, R.; FISCHER, S. e STARTZ, R. Macroeconomia . 11. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2013.			
KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda . São Paulo: Saraiva, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
LEITE, J. A. Macroeconomia: Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.			
HALL, R.; TAYLOR, J. B. Macroeconomia: teoria, desempenho e política . Rio de Janeiro: Campus, 1999.			
MANKIW, N. G. Macroeconomia , 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.			
MANKIW, N. G. Princípios de Macroeconomia . 6º ed. São Paulo. Cengage Learning, 2013.			
SIMONSEN, M. H. Dinâmica Macroeconômica . São Paulo: MacGrawHill, 1983.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS104	DIAGNÓSTICO E GESTÃO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	4	60
EMENTA			
Diagnóstico rápido participativo de unidades de produção e vida familiar. Planejamento de sistemas agroecológicos. Especificidades da gestão em unidades de produção e vida familiar: estratégia e planejamento da produção e a gestão das variações na demanda de trabalho. Tópicos de gestão financeira. Visão sistêmica da unidade produtiva; noções de comunicação rural. Principais teorias de administração na gestão do empreendimento rural. Problemas típicos de decisão em empreendimentos agropecuários.			
OBJETIVOS			
Dominar as metodologias de diagnóstico e gestão do empreendimento rural de forma sistêmica, considerando as características das pequenas unidades de produção agrícola			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALTIERI, M. Agroecologia : as bases científicas para uma agricultura sustentável. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação . 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. GLIESSMANN, S. R. Agroecologia : processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. HOFFMANN, R. Administração da empresa agrícola . São Paulo: Editora Pioneira, 1992. 325 p. KHATOUNIAN, C. A. A reconstrução ecológica da agricultura . Botucatu: Ed. agroecológica, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural . Brasília: MMA/SBF, 2006. CANUTO, J. C.; COSTABEBER, J. A. (Org.). Agroecologia : conquistando a soberania alimentar. Porto Alegre: EMATER/ASCAR, 2004. MACHADO, L. C. P. Pastoreio Racional Voisin : tecnologia agroecológica para o terceiro milênio. Porto Alegre: Expressão Popular, 2010. NORONHA, J. F.; DUARTE, L. P. Avaliação de projetos de investimento na empresa agropecuária . São Paulo: Editora Paulicéia, 1995. 251 p. SOUZA, R. Administração da fazenda . São Paulo: Globo, 1995. 211 p. VALE, S. M. L. R.; COSTA, F. A. Noções gerais de administração rural . Brasília: ABEAS, 2001. (Apostila).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS409	DESENVOLVIMENTO RURAL	4	60
EMENTA			
A questão agrária no Brasil: revisão histórica da discussão. Diferenças entre desenvolvimento rural, agrário e agrícola. O debate sobre a ruralidade. A intervenção do Estado na agricultura. Os atores do desenvolvimento rural. O debate teórico sobre a agricultura familiar e interpretações recentes: industrialização e ‘urbanização’ da agricultura familiar. Envelhecimento e masculinização da população rural brasileira. A pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura. Diversidade regional do desenvolvimento rural no Brasil e na Fronteira Sul.			
OBJETIVOS			
Capacitar para a formação cidadã, interdisciplinar e profissional dos acadêmicos, propiciando que esses sejam agentes dotados de capacidades inovadoras e cooperativas e preocupados com a resolução de problemas que afligem o desenvolvimento rural e regional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . 3. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 2007.			
LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. Impactos dos assentamentos : um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: UNESP, 2004.			
KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento Rural : conceitos e aplicação no caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS / Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.			
WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida : reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien. Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos . 2 ed. Ijuí: UNIJUI, 2009.			
LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela. Impactos dos assentamentos : um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: UNESP, 2004.			
PLOEG, Jan Douwe Van Der. Camponeses e Impérios Agroalimentares : lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.			
SABOURIN, Eric. Camponeses do Brasil : entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.			
SCHNEIDER, Sergio. A Pluriatividade na Agricultura Familiar . 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS151	MONOGRAFIA II	8	120
EMENTA			
Elaboração de monografia de acordo com as normas do regulamento específico. Apresentação da monografia perante banca examinadora em sessão pública			
OBJETIVOS			
Orientar o acadêmico no desenvolvimento de pesquisa científica relacionada às abordagens práticas e teóricas do curso.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.			
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.			
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: UNESP, 2001.			
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998			
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.			
GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 193-206.			
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.			
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.			
MORIN, E. Ciência com Consciência . 14. ed. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 2010.			
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.			
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina 2007.			
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.			



8.9.2 Componentes curriculares com oferta variável na matriz, porém, com carga horária fixa

A) Componentes curriculares optativos

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA I	2	30
EMENTA			
Será selecionada dentre aquelas listadas como optativas neste PPC.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Em conformidade com proposição da disciplina selecionada.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Em conformidade com proposição da disciplina selecionada.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA II	2	30
EMENTA			
Será selecionada dentre aquelas listadas como optativas neste PPC.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Em conformidade com proposição da disciplina selecionada.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Em conformidade com proposição da disciplina selecionada.			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA III	4	60
EMENTA			
Será selecionada dentre aquelas listadas como optativas neste PPC.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
Em conformidade com proposição da disciplina selecionada.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
Em conformidade com proposição da disciplina selecionada.			



B) Ementários dos Componentes curriculares optativos:

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS410	ECONOMIA E INOVAÇÃO	2	30
EMENTA			
A tecnologia na concepção clássica e neoclássica. A tecnologia e inovação na concepção <i>schumpeteriana</i> e <i>neo-schumpeteriana</i> . A economia da informação e do conhecimento.			
OBJETIVOS			
Proporcionar ao acadêmico o entendimento de que o processo de concorrência vai além da questão de preços, ou seja, conscientizar que a inovação é o fator-chave da concorrência na atualidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
EVANS, Peter Autonomia e Parceria: Estados e Transformação Industrial . Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.			
FREEMAN, C., SOETE, L. A economia da inovação industrial . Campinas: Unicamp, 2008.			
NELSON, R. R., WINTER, S. G. Uma teoria evolucionária da mudança econômica . Campinas: Unicamp, 2005.			
PELAEZ, V., SZMRECSÁNYI, T. (Eds.) Economia da inovação tecnológica . São Paulo: Hucitec/Ordem dos Economistas do Brasil, 2006.			
TIGRE, P. B. Gestão da inovação: a Economia da Tecnologia no Brasil . Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.			
SHAPIRO, C. e VARIAN, H. A Economia da Informação: como os princípios econômicos se aplicam à era da Internet . São Paulo: Campus (1999)			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BERNARDES, R; ANDREASSI, R; Inovação dos serviços intensivos em conhecimento . São Paulo: Saraiva, 2007.			
BOLLES, R, N; KIM, L. Tecnologia, Aprendizado e Inovação? As experiências das economias de industrialização recente. 1. ed. São Paulo: Unicamp, 2005. ISBN85-268-0701-3			
KIM, L. Da imitação à inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia . Campinas: Unicamp, 2005.			
PENROSE, Edith T. A teoria do crescimento da firma . Campinas: Unicamp, 2006.			
ROSENBERG, L. Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia . Campinas: Unicamp, 2006.			
DOSI, G. Mudança técnica e transformação industrial: a teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores . Campinas: Unicamp, 2006.			
KNIGHT, Peter Titcomb; FERNANDES, Ciro Campos Christo; CUNHA, Maria Alexandra. (Org.). E-desenvolvimento no Brasil e no mundo . São Caetano do Sul: Yendis, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS411	PESQUISA MERCADOLÓGICA	2	30
EMENTA			
Conceitos, definições e métodos de pesquisa em marketing. Sistema de Informações em Marketing. Processo e prática de pesquisa em marketing. Coleta de dados secundários e primários. Análise de pesquisa em marketing.			
OBJETIVOS			
Capacitar o acadêmico para desenvolver estudos de mercado, com foco no levantamento, na análise e apresentação de informações úteis para a tomada de decisão estratégica nas organizações.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
FERREL, O. C.; HARTLINE, Michael D. Estratégia de Marketing . São Paulo: Cengage Learning, 2009.			
MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada . 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.			
MOTTA, Isabela M. Manual como elaborar uma pesquisa de mercado . Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2005.			
MCDANIEL, Carl; GATES, Roger. Pesquisa de marketing . São Paulo: Thomson Learning, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
AAKER, David; KUMAR, Vinay; DAY, George. Pesquisa de marketing . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
MATTAR, N. F. Pesquisa de Marketing: metodologia, planejamento e execução . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v. 1 e 2.			
STEVENSON, William J. Stevenson. Estatística aplicada à administração . São Paulo: Harper e Row do Brasil, 2001.			
ZIKMUND, William G. Princípios da pesquisa de marketing . 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2011.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS412	ECONOMIA APLICADA ÀS MPES	4	60
EMENTA			
O papel econômico e social das Micro e Pequenas Empresas (MPes) no desenvolvimento do país. Tipologia das micro e pequenas empresas (MPes) e perspectivas empresariais: indústria, comércio e serviços. Aspectos de mercado local, regional, nacional e de exportação. Aspectos financeiros e de viabilidade. Aspectos legais. Técnicas de gestão aplicadas às MPes. Políticas e programas de apoio para as MPes.			
OBJETIVOS			
Oferecer aos acadêmicos conhecimentos sobre o papel e a importância que as micros, pequenas e médias empresas desempenham no desenvolvimento regional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GOLDRATT, Eliyahu M. A meta: um processo de melhoria contínua. 2. ed. ver. amp. São Paulo: Nobel, 2002.			
ROCHA, Marcelo. Micro e pequenas empresas: o desafio de sobreviver. São Paulo: Bookmakers.			
SANTOS, Anselmo Luís dos; KREIN, José Dari; CALIXTRE, André Bojikian. Micro e Pequenas Empresas: mercado de trabalho e implicações para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2012.			
FERRONATO, Airto João. Gestão contábil-financeira de micro e pequenas empresas: sobrevivência e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2011.			
LAS CASAS, Alexandre Luizzi. Plano de Marketing para micro e pequenas empresas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
ROTTA, Debora Nayar Hoff (org.). Modelos de organização industrial: clusters e distritos industriais. Lages: UNIPLAC, 2002.			
SANTOS, Edno Oliveira dos. Administração Financeira da pequena e média empresa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS413	COMÉRCIO EXTERIOR	4	60
EMENTA			
A relação que envolve as organizações com o mercado. Influências e reflexos da economia mundial em relação à brasileira: aspectos de fronteiras, exportações e importações. Procedimentos práticos nos processos de exportação e importação. Os aspectos sistêmicos do comércio internacional.			
OBJETIVOS			
Subsidiar o acadêmico para que conheça conceitos, processos e práticas que envolvem a comercialização no comércio exterior.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MAIA, Jayme de Mariz Maia. Economia Internacional e Comércio Exterior . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2013.			
MINERVINI, Nicola. O Exportador . 6. ed. São Paulo: Makron Books, 2012.			
VAZQUEZ, J.L. Comércio Exterior Brasileiro . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. (Org.). Comércio Exterior (teoria e gestão) . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Intercâmbio comercial do agronegócio : principais mercados de destino. Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio. Brasília: MAPA/ACS, 2010, 443 p.			
CARBAUGH, Robert J. Economia Internacional . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008. 584 p.			
CARVALHO, Maria Auxiliadora de; DA SILVA, Cesar Roberto Leite. Economia Internacional . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.			
KEEDI, Samir. ABC do comércio exterior : abrindo as primeiras páginas. 4. ed. São Paulo: Edições Aduaneiras. 2011.			
KRUGMAN, Paul R. Economia Internacional . São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.			
MALUF, Samia Nagib. Administrando o Comércio Exterior Brasileiro . São Paulo: Aduaneiras, 2000.			
SALVADORES, Dominick. Introdução à Economia Internacional . Rio de Janeiro: LTC, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS414	TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO	04	60
EMENTA			
Fundamentos do pensamento administrativo. Principais abordagens teóricas da Administração. Novos modelos de gestão. Teorias ambientais contemporâneas. Teorias culturais. Teorias do poder. Contribuições teóricas nacionais.			
OBJETIVOS			
Apresentar as principais teorias administrativas e os modelos de gestão. Dominar as principais linhas teóricas da administração e os princípios para sua aplicação em processos concretos de gestão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANDRADE, Rui Otávio B.; AMBONI, Nério. Teoria Geral da Administração . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.			
CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração . 9. ed. São Paulo: Campus, 2003.			
FERREIRA, Ademir A.; REIS, Ana Carla F.; PEREIRA, Maria Isabel. Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias . São Paulo: Pioneira, 2002.			
HALL, Richard. H. Organizações: estruturas, processos e resultados . 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004.			
LACOMBE, Francisco José M.; HEILBORN, Gilberto Luiz J. Administração: princípios e tendências . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDRADE, Rui Otávio B.; AMBONI, Nério. Teoria Geral da Administração . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.			
CASTRO, Claudio M. Como redigir e apresentar um trabalho científico . São Paulo: Pearson, 2011.			
MAXIMIANO, Antônio C. A. Introdução à administração . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.			
MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.			
ROBBINS, Stephen P.; DECENZO, David A. Fundamentos da Administração: conceitos essenciais e aplicações . 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.			
VECHIO, Robert P. Comportamento Organizacional . São Paulo: Cengage Learning, 2008.			
WAGNER III, John A.; HOLLENBECH, John R. 2. ed. Comportamento organizacional: criando vantagem competitiva . São Paulo: Saraiva, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS352	FUNDAMENTOS DE CUSTOS	4	60
EMENTA			
Conceitos e aplicações de custos. Conceitos e exemplos de custos diretos, indiretos, fixos e variáveis. Fundamentos de custeio variável e de custeio por absorção. Custos na produção: produção contínua e por ordem ou encomenda. Custo Padrão. Custos para análise: relações de custo x volume x lucro. Ponto de equilíbrio (contábil, econômico e financeiro). Margem de contribuição. Custos por departamentos ou centros de custos. Custos na formação de preços e noções de Mark-up. Custos projetados x custos realizados (custo padrão, ideal e real).			
OBJETIVO			
Disseminar os principais conceitos de custos, seus componentes e aplicações práticas, visando melhor instrumentalizar o acadêmico, aprofundando seus conhecimentos e, assim, ampliando sua compreensão acerca da composição e combinação dos elementos econômicos habitualmente presentes no cenário das organizações e dos indivíduos e cujas nomenclaturas e relações necessitam melhor entendimento e interpretação, favorecendo também como subsídio em tomadas de decisões futuras.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BORNIA, Antonio Cezar. Análise Gerencial de Custos . 3. ed. São Paulo: Bookman, 2010.			
LEONE, George S. G.; LEONE, Rodrigo J. Guerra. Curso de contabilidade de custos . 4. ed. ver. São Paulo: Atlas, 2010.			
PEREZ JR, José H.; OLIVEIRA, Luís M. de; COSTA, Rogério G. Gestão Estratégica de Custos . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRUNI, Adriano Leal. A administração de custos, preços e lucros – com aplicações na hp12c e Excel. São Paulo: Atlas, 2012.			
BEULKE, R. Gestão de custos. São Paulo: Saraiva, 2005.			
HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant M. Contabilidade de custos: uma abordagem gerencial . 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.			
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
PEREZ JUNIOR, J. H. et al. Gestão estratégica de custos. São Paulo: Atlas, 2005.			
RIBEIRO, O. M. Contabilidade de custos fácil. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.			
SHANK, Jonh K. & GOVINDARAJAN, Vijay. A revolução de custos. 2ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 1997, 341 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS356	SOCIOLOGIA DO TRABALHO E DA COOPERAÇÃO	2	30
EMENTA			
Trabalho, alienação e desalienação. Crítica da divisão do trabalho. As transformações do trabalho: taylorismo, fordismo e toyotismo. As formas atuais de acumulação do capital no contexto do neoliberalismo. A classe trabalhadora, sua ação sindical e a resistência no local do trabalho. Sociologia aplicada às organizações do tipo cooperativo e dos processos de comportamento grupal. Cooperação como requisito para o êxito de organizações coletivistas. Competição e cooperação no trabalho. A influência das novas tecnologias em ambientes de trabalho. Ações individuais, coletivas e o corporativismo.			
OBJETIVOS			
Capacitar os acadêmicos em relação ao papel do trabalho e seu vínculo com a cooperação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho . São Paulo: Boitempo, 2003.			
MARX, Karl. O capital - crítica da economia política. 25. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. Livro 1, v. 1.			
SINGER, Paul. Introdução à economia solidária . São Paulo: Perseu Abramo, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho . Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.			
BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX . 3 ed. Zahar, 2012.			
DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho . 3. ed. São Paulo: Oboré Editorial, 2003.			
GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. Sociedade e Estado , v. 21, n. 2, maio-ago. 2006. p. 513-545.			
GORZ, A. Crítica da divisão do trabalho . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.			
OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Sociologia das Organizações: uma análise do homem e das empresas . 1. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2002.			
SERÁERV, S. La transformación socialista de la Agricultura en Cuba . Moscu: Progreso, 1978.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS415	PROCESSOS LOGÍSTICOS	04	60
EMENTA			
Conceitos gerais de logística. Custos logísticos. Gerenciamento da cadeia de suprimentos. Gestão de estoques. Controle de estoques. Sistemas de transporte. Sistemas de abastecimento. Coleta e distribuição. Casos aplicados.			
OBJETIVOS			
Proporcionar aos acadêmicos uma visão lógica sistêmica das organizações, com foco no conhecimento das atividades e dos processos administrativos que facilitam o entendimento e a gestão do fluxo de produção, assim como a gestão de informação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais : uma abordagem logística. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
MOURA, Reinaldo A. Armazenagem e Distribuição Física . Série manual de logística. Volume 2. São Paulo: IMAM, 1997.			
VIANA, João José. Administração de materiais : um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ALT, Paulo Renato Campos; MARTINS, Petronio. Administração de materiais e recursos patrimoniais . 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.			
DIAS, Marco A. Pereira. Administração de materiais : princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.			
GOLDRATT, Eliyahu M. COX, Jeff. A meta : um processo de melhoria contínua. São Paulo: Nobel, 2002.			
POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais : uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS357	PROJETOS DE COOPERATIVISMO	2	30
EMENTA			
Metodologia para criação de cooperativas. Aspectos legais para constituição de cooperativas. Método de trabalho popular e em equipes. Empreendedorismo coletivo. Relações institucionais e operacionais das entidades Cooperativas. Políticas públicas aplicadas ao cooperativismo/associativismo. Instituições e políticas de apoio à geração de empreendimentos inovadores; Prospecção do mercado regional. Construção de estratégias competitivas para os empreendimentos associativos; Plano de negócios. Elaboração de Planos de Negócios para cooperativas.			
OBJETIVOS			
Capacitar os acadêmicos para a atuação de forma cooperada, estimulando a formação de empreendedores que utilizem os preceitos do cooperativismo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRETONES, F. D. Emprendizaje cooperativo . Analisis psicosocial de la conducta emprendedora. X Jornadas de investigadores en economía social y cooperativa. Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa (CIRIEC). Baeza, 2-3 junho, 2005.			
DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo : transformando idéias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.			
THIOLLENT, M. Pesquisa-ação e projetos cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. 1.ed.EdUFSCAR, 2006			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
MOWERY, David C; ROSENBERG, Natham. Trajetórias da inovação : a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX. Campinas: UNICAMP, 2005. 230p. (Clássicos da inovação) ISBN 8526807005			
SALIM, Cesar Simões. Construindo plano de negócios . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.			
SENGE, Peter. A quinta disciplina . Arte e prática da organização que aprende. São Paulo: Ed Best Seller. 2009			
MORAIS, C. S. Introdução à teoria da organização no campo. São Paulo: Anca, 1986.			
TIRIBA, Lia. Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia da produção associada. Unijuí, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA200	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (Libras)	02	30
EMENTA			
Visão contemporânea da inclusão e da educação especial na área da surdez. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da linguagem de movimentos e gestos. Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. O alfabeto: expressões manuais e não manuais. Sistematização e operacionalização do léxico. Morfologia, sintaxe, semântica e pragmática da Libras; Diálogo e conversação. Didática para o ensino de Libras.			
OBJETIVO			
Propiciar o domínio da língua brasileira de sinais e a elaboração estratégias para seu ensino, reconhecendo-a como um sistema de representação essencial para o desenvolvimento do pensamento da pessoa surda.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.			
FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna. LIBRAS em Contexto: Curso Básico : Livro do Professor. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2005.			
QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.			
SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. <u>10.436</u> , de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. <u>10.098</u> , de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.			
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira (Libras) Baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas . 3. ed. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.			
PIMENTA, Nelson; QUADROS, Ronice Muller de. Curso de LIBRAS 1 . 1. ed. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006.			
QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos . A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.			
SACKS, Oliver. Vendo Vozes – Uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Cia. das Letras, 1998.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS416	MERCADO DE CAPITAIS E DERIVATIVOS	4	60
EMENTA			
Introdução à moderna teoria de investimento financeiro, ao Sistema Financeiro Nacional e ao Mercado de Capitais. Seleção de ativos com base na análise risco x retorno. Aspectos comportamentais na decisão de investimento. Agentes do mercado: <i>hedgers</i> , especuladores e arbitadores. Modelo de Precificação de Ativos de Capital (CAPM). Títulos do Mercado de Capitais – tipos, conceitos e diferenciação e riscos. Mercados Organizados. Derivativos – <i>swap</i> , <i>hedge</i> , futuros, a termo e opções. Carteira Eficiente e Métodos de análise de investimentos em ações – análise técnica e fundamentalista.			
OBJETIVOS			
Propiciar aos acadêmicos uma visão geral do mercado de capitais e derivativos e das teorias fundamentais que descrevem o funcionamento deste, como primeiro passo para o exercício profissional do economista na área de aplicações e investimentos. Em um segundo momento, esta disciplina visa também preparar para o entendimento das teorias do mercado de capitais e suas inter-relações com os demais mercados financeiros, criando a possibilidade de melhorar a obtenção de recursos compatíveis com os processos produtivos da economia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASAGRANDE NETO, Humberto; SOUSA, Lucy A.; ROSSI, Maria Cecília. Guia do mercado de capitais . 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Ed. Nacional, 2006. 111 p.			
CAVALCANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio; RUDGE, Luiz Fernando. Mercado de capitais: o que é, como funciona . 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2009. 395 p.			
FORTUNA, E. Mercado Financeiro: produtos e Serviços . 19. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BANCO CENTRAL DO BRASIL. Finanças Públicas : sumário dos planos brasileiros de estabilização e glossário de instrumentos e normas relacionadas à política econômico-financeira. 4. ed. Brasília: Depec, 2004. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/?MANFINPUB >.			
_____. Relatório de Política Monetária . Brasília: Depec, 2004. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/?RELPOM >.			
_____. Relatório Econômico Anual . Brasília: Depec, 2003. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2003 >.			
LOPES, J. & ROSSETTI, J. P. Economia monetária . São Paulo: Atlas, 2009.			
TEIXEIRA, Ernani. Economia monetária: a macroeconomia no contexto monetário . São Paulo: Saraiva, 2002.			
GALBRAITH, John K. Moeda: de onde veio, para onde vai . São Paulo: Pioneira, 1997.			
HILLBRECHT, Ronald. Economia monetária . São Paulo: Atlas, 1999.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS417	ECONOMIA E POLÍTICA MONETÁRIA II	4	60
EMENTA			
A intermediação financeira: os benefícios da intermediação e as funções de um sistema financeiro eficiente. Mecanismos de transmissão monetários: efeitos sobre o produto, emprego e inflação. Postulados da Teoria Quantitativa da moeda e da Teoria alternativa da moeda. O Sistema Financeiro Nacional, o Banco e o Financiamento de Investimentos. O banco múltiplo. Os sistemas monetários internacionais, as instituições financeiras multilaterais e bilaterais, as crises bancárias e as tendências financeiras mundiais. Os regimes cambiais. Os paraísos fiscais e bancários. O movimento internacional de capitais. A hegemonia dos países centrais. Os ciclos do pós-guerra. A economia mundial recente.			
OBJETIVOS			
Propiciar aos acadêmicos uma visão geral do Sistema Financeiro e Monetário e das teorias fundamentais que descrevem o funcionamento desses sistemas, como primeiro passo para o exercício profissional do economista na área financeira e preparar para o entendimento das teorias de políticas monetárias, fortalecendo e desenvolvendo as instituições públicas e privadas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, J. R. N. Economia monetária . São Paulo: Atlas, 2009.			
CARVALHO, F. J. Cardim de; SOUZA, F. E. P. de; SICSÚ, J.; Paula, L. F. R. de; e STUDART, R. Economia monetária e financeira: teoria e política . Rio de Janeiro: Campus, 2000.			
COSTA, F. N. Economia monetária e financeira: uma abordagem pluralista . São Paulo: Makron Books, 1999.			
FORTUNA, E. Mercado Financeiro: produtos e Serviços . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.			
LOPES, J. & ROSSETTI, J. P. Economia monetária . São Paulo: Atlas, 2009.			
TEIXEIRA, Ernani. Economia monetária: a macroeconomia no contexto monetário . São Paulo: Saraiva, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BANCO CENTRAL DO BRASIL. <i>Finanças Públicas: sumário dos planos brasileiros de estabilização e glossário de instrumentos e normas relacionadas à política econômico-financeira</i> . 4. ed. Brasília: Depec, 2004. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/?MANFINPUB >.			
_____. Relatório Econômico Anual . Brasília: Depec, 2003. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/?BOLETIM2003 >.			
GALBRAITH, John K. Moeda: de onde veio, para onde vai . São Paulo: Pioneira, 1997.			
HILLBRECHT, Ronald. Economia monetária . São Paulo: Atlas, 1999.			
SANT'ANA, J. A. Economia monetária . Brasília: UnB, 1997.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS418	ECONOMIA PARANAENSE	2	30
EMENTA			
Formação econômica do Paraná. Industrialização paranaense. Reestruturação produtiva (anos 1990/2000). Conjuntura econômica do Estado. Perfil econômico do Território Cantuquiriguaçu. Cenários e perspectivas futuras.			
OBJETIVOS			
Propiciar aos acadêmicos a compreensão da formação da economia do Paraná, desde sua ocupação, as características econômicas de cada região e seus impactos sobre a economia paranaense, buscando identificar limites e possibilidades da economia estadual.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO CANTUQUIRIGUAÇU. Território Cantuquiriguaçu: diagnóstico socioeconômico. Laranjeiras do Sul: CONDETEC, 2009, 2004.			
LOURENÇO. G. M. A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação. Curitiba: Do Autor, 2000.			
PADIS. P. C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC, 1981.			
SANTOS, C. R. A. dos. Vida material e econômica. Curitiba, SEED, 2001. (Coleção História do Paraná, textos introdutórios).			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.			
FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. 248 p.			
MORETTO, A. C., RODRIGUES, R.L. Economia Paranaense: diagnóstico e dinâmica recentes. Londrina: Eduel, 294 p.			
TRINTIN, J. G. A nova economia paranaense. Maringá: Eduem, 2006, 190p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS419	TEORIAS DA DEPENDÊNCIA	2	30
EMENTA			
O debate prévio sobre desenvolvimento na América Latina: a CEPAL e a teoria da modernização. A dependência no quadro da teoria marxista do Imperialismo. Teorias da dependência: a perspectiva da super-exploração, da dependência associada e da contradição nacional-dependente. A nova dependência: o debate dos anos 70. Neoliberalismo e globalização: últimos estudos sobre a dependência.			
OBJETIVOS			
Possibilitar aos acadêmicos o estudo da Teoria da Dependência como corrente de pensamento especificamente latinoamericana sobre os problemas do subdesenvolvimento econômico e a possibilidade de sua superação nas suas diversas formulações.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARRIGHI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento . Petrópolis: Vozes, 1997. 372 p. ISBN: 8532618855.			
CARDOSO, Fernando H; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina . Rio de Janeiro: Zahar, 1996. 144 p. ISBN 9788521610991.			
GONZÁLEZ, Horacio. O que é subdesenvolvimento . São Paulo: Brasiliense, 1980. 128 p. ISBN 9788511010145.			
OLIVEIRA, Francisco. A economia da dependência imperfeita . Rio de Janeiro: Graal, 1989. ISBN 857038064X			
SANTOS, Theotônio dos. A teoria da dependência: balanço e perspectivas . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 175 p. ISBN 8520005357			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. (Org.) Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência . São Paulo: Boitempo, 2012. 144 p. ISBN 9788575592823.			
LUEDEMAN, Cecília; MAKOTO, Miguel (Coord.). Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência . São Paulo, SP: Expressão Popular, 2014. 87 p. ISBN 97885873942363			
MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e revolução . Florianópolis: Insular, 2012. ISBN 9788574745985.			
RODRÍGUEZ, Octavio. O Estruturalismo Latinoamericano . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 700 p. ISBN 9788520008317.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS420	TEORIAS DO ESTADO CAPITALISTA	2	30
EMENTA			
Primeiras perspectivas marxistas sobre o Estado Capitalista (Marx, Engels, Lenin, Gramsci). O debate no marxismo ocidental: Nicos Poulantzas-Ralph Miliband. Poulantzas: do estruturalismo <i>althusseriano</i> a uma visão relacional do Estado Capitalista. A escola derivacionista. Concepção estratégica do Estado Capitalista.			
OBJETIVOS			
Possibilitar aos acadêmicos o conhecimento do pensamento teórico acerca do Estado Capitalista, seu papel econômico e político e suas formas e funções, segundo a perspectiva marxista, revisitando seus principais pensadores desde os clássicos até as reflexões contemporâneas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.			
GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.3 ISBN 9788520005866.			
LÊNIN, V. O estado e a revolução : o que ensina o marxismo sobre o estado e o papel. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 144 p. ISBN 9788587394996.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto comunista . São Paulo: Boitempo, 1998. 256 p. ISBN 9788585934231.			
MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte . São Paulo: Boitempo, 2011. 176 p. ISBN 9788575591710.			
MARX, Karl. A guerra civil na França . São Paulo: Boitempo, 2011. 272 p. ISBN 9788575591734.			
OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.			
POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo . Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000. ISBN 8570380178.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS421	ENGENHARIA ECONÔMICA	4	60
EMENTA			
Princípios básicos de Engenharia Econômica. Métodos para comparação de alternativas de investimento e financiamento. Depreciação e o efeito do Imposto de Renda. Engenharia econômica e inflação. Substituição de equipamentos.			
OBJETIVOS			
Capacitar os acadêmicos na aplicação dos conceitos inerentes à Engenharia Econômica e técnicas quantitativas em avaliações econômicas possibilitando às organizações maior eficiência na utilização de recursos de investimentos e de seus resultados.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BLANK, Leland T. e TARQUIN, Anthony J. Engenharia econômica . 6. ed. São Paulo: Mcgraw-hill, 2008.			
NASCIMENTO, Sebastião Vieira do. Engenharia econômica – técnica de avaliação e seleção de projetos de investimentos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.			
SAMANEZ, Carlos Patrício. Engenharia econômica . São Paulo: Pearson, 2014.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
EHRlich, Pierre Jacques. Engenharia econômica . 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.			
HUMMEL, Paulo R. Vampre; PILÃO, Nivaldo E. Matemática financeira e engenharia econômica . São Paulo: Thomson, 2003.			
CASAROTTO FILHO, Néelson; KOPITTKKE, Bruno H. Análise de investimento . São Paulo: Atlas, 1994. 472 p. ISBN 9788522457892			
LAVELLE, Jerome P. e NEWNAN, Donald. Fundamentos de engenharia econômica . 5.ed. São Paulo: LTC, 2008.			
PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira Objetiva e Aplicada . 9. ed. São Paulo: Elsevier/Campus, 2011			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS422	ECONOMIA REGIONAL E ECONOMETRIA ESPACIAL	4	60
EMENTA			
O estudo do funcionamento e da dinâmica das aglomerações. Decisões de localização da atividade, polos, clusters, desigualdades regionais, urbanização, centralidades, hierarquias de lugares e vulnerabilidades.			
OBJETIVOS			
Este componente tem como principal objetivo apresentar as principais teorias a respeito da economia regional e sua evolução, tendo como suporte prático a metodologia de econometria espacial, procurando evidenciar as diferenças regionais de desenvolvimento			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALMEIDA, E. S. de. Econometria espacial aplicada . Campinas: Alinea, 2012.			
COSTA, J. S. Compendio da Economia Regional Vol. 1 . Parede – Portugal: Principia, 2010.			
CRUZ, B. O. et al. Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil . Brasília: IPEA, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DALLA COSTA, A. J.; GRAF, M. E. de C.. Estratégias de desenvolvimento urbano e regional . Curitiba: Juruá, 2004.			
DINIZ, C. C., CROCCO, M. Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes . Belo Horizonte: UFMG, 2006. 302 p. ISBN 9788570415172.			
IGLIORI, DANILO CAMARGO. Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento . São Paulo: Iglu, 2001.			
LEFEBVRE, H. A revolução urbana . Belo Horizonte: UFMG, 2002.			
SANTOS, M. Economia Espacial - críticas e alternativas . São Paulo: Edusp, 2003.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS423	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMETRIA	4	60
EMENTA			
Modelos de regressão não linear. Modelos de regressão de resposta qualitativa. Modelos de regressão com dados em painel. Modelos Econométricos dinâmicos. Modelos de Equação Simultânea. Econometria de Séries Temporais.			
OBJETIVOS			
Este componente tem como principal objetivo aprofundar o conhecimento dos discentes a respeito de uma das principais ferramentas práticas do Economista, a Econometria, apresentando diferentes modelos econométricos de grande importância para sua formação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GUJARATI, D. Econometria Básica . 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. STOCK, J.; WATSON, M. Econometria . São Paulo: Pearson, 2004. WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna . São Paulo: Thomson-Pioneira, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HILL, R. Carter, GRIFFITHS, William E, JUDGE, George G. Econometria . São Paulo: Saraiva, 2003. 2.ed. MATOS, O.C. de. Econometria Básica: teoria e aplicações . São Paulo: Atlas, 2000. PINDYCK, ROBERT S, RUBINFELD, DANIEL L. ECONOMETRIA: MODELOS E PREVISÕES . RIO DE JANEIRO: CAMPUS, 2004. MYNBAEV, K.; LEMOS, A. Manual de econometria . Rio de Janeiro: FGV, 2004. VASCONCELOS, M. A. S.; ALVES, D. Manual de econometria: nível intermediário . São Paulo: Atlas, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCA441	TECNOLOGIAS DE PROCESSAMENTO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	2	30
EMENTA			
Aspectos históricos e importância da tecnologia de alimentos. Matérias-primas nas indústrias de alimentos. Princípios e métodos de conservação de alimentos. Noções de boas práticas de fabricação e legislação. Tecnologia de produtos de origem vegetal e animal.			
OBJETIVOS			
Conhecer os princípios e métodos de conservação dos alimentos e as boas práticas de fabricação aplicadas em agroindústrias.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2000. GAVA, Altanir Jaime; SILVA, Carlos Alberto Bento da; FRIAS, Jenifer Ribeiro Gava. Tecnologia de alimentos: princípios e aplicações . São Paulo: Nobel, 2008. GERMANO, P.M.L.; GERMANO, M.I.S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos . São Paulo: Manole, 2008. ORDOÑEZ, J. A. et al. Tecnologia dos alimentos: componentes dos alimentos e processos . Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 1. ORDOÑEZ, J. A. et al. Tecnologia dos alimentos: alimentos de origem animal . Porto Alegre: Artmed, 2005. v. 2.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
ANDRADE, N. Higienização na indústria de alimentos . São Paulo: Varela, 2008. 411 p. ISBN 9788577590049 FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. FRANCO, Bernadette Dora Gombossy de Melo; LANDGRAF, Mariza; DESTRO, Maria Teresa. Microbiologia de alimentos . São Paulo: Atheneu, 1996. JAY, J. M. Microbiologia de alimentos . Porto Alegre: Artmed, 2005. SILVA Jr., E. A. Manual de controle higiênico-sanitário em serviços de alimentação . Paulo: Livraria Varela, 2013. 626 p. ISBN 9788585519537			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS424	TÓPICOS ESPECIAIS I	2	30
EMENTA			
Aberta para proposta a ser apresentada e aprovada no Colegiado do Curso.			
OBJETIVOS			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS425	TÓPICOS ESPECIAIS II	2	30
EMENTA			
Aberta para proposta a ser apresentada e aprovada no Colegiado do Curso.			
OBJETIVOS			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS426	TÓPICOS ESPECIAIS III	4	60
EMENTA			
Aberta para proposta a ser apresentada e aprovada no Colegiado do Curso.			
OBJETIVOS			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS575	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO RURAL	45
EMENTA		
Princípios da administração. Teorias administrativas. Modelos de organização. Planejamento estratégico. Gestão da produção, financeira, marketing, gestão de pessoas. Empreendedorismo. Liderança.		
OBJETIVO		
Capacitar o engenheiro a compreender a administração de organizações e o gerenciamento da produção e circulação de bens e serviços, a partir dos conceitos de produtividade, eficiência e eficácia do trabalho humano, enfatizando as funções da administração e o ciclo administrativo nas unidades de produção agrícola.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CASTRO, A. J. C. de (Elab. tec.). Administração e planejamento da empresa rural. Curitiba: EMATER-PR, 2000. 60p. (Produtor; 59) MAXIMIANO, A. C. A. Introdução a administração. São Paulo: Atlas, 2010. SCHERMERHORN JR, J. Administração. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BERNARDES, C.; MARCONDES, R. C. Teoria Geral da administração: gerenciando organizações. São Paulo: Saraiva, 2003. DAFT, I. R. Administração. Rio de Janeiro: LTC, 1999. MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2002. RIBEIRO, A. de L. Teorias da Administração. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. ROBBINS, S. P. Administração: Mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2000. SILVA, R. O. Teorias da administração. São Paulo: Pioneira, 2001.		

* Inserido conforme RESOLUÇÃO Nº 02/CCCE-LS/UFFS/2023



9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

Neste item estão descritos os processos pedagógicos e de gestão do curso e o processo de avaliação do método de ensino e aprendizagem dos componentes curriculares do Curso de Ciências Econômicas.

9.1 Do Colegiado do Curso

9.1.1 Da coordenação do Colegiado do Curso

O curso de Graduação em Ciências Econômicas tem uma Coordenação de Curso, constituída por um Coordenador de Curso e de seu Coordenador Adjunto e pelo Colegiado de Curso, os quais são responsáveis por: a) promover a coordenação didático-pedagógica e organizacional do curso, exercendo as atribuições daí decorrentes; b) exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Conselho Universitário. Compete ao Coordenador Adjunto auxiliar o Coordenador de Curso em suas atribuições e substituí-lo em suas ausências

Em relação à Coordenação de Curso, conforme a Resolução 004/CGRAD/2014 em seu Título III, Capítulo I, art. 9º, competem à função as seguintes atribuições: a) convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso, com direito ao voto de qualidade; b) representar o curso junto aos órgãos da Universidade e na relação com outras instituições educacionais e sociais; c) executar as deliberações do Colegiado de Curso; d) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado de Curso; e) decidir, *ad referendum*, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado de Curso; f) elaborar, em conjunto com o Colegiado de Curso, cronograma semestral de reuniões ordinárias; g) convocar, sempre que necessário, docentes que atuam no curso para reuniões individuais ou coletivas; h) elaborar e submeter anualmente à aprovação do Colegiado de Curso o Plano Geral do Curso, em afinidade com as políticas institucionais, respeitando o Calendário Acadêmico; i) zelar pela execução das atividades previstas no calendário aprovado pelo Colegiado de Curso; j) articular a construção dos planos de ensino dos componentes curriculares do curso pelos docentes e promover sua discussão e socialização entre eles para permitir a integração dos componentes curriculares; l) apresentar à PROGRAD, via



Coordenação Acadêmica, relatório semestral dos resultados gerais das atividades desenvolvidas pelo curso; m) coordenar a elaboração do plano de avaliação interna do curso, em consonância com a Comissão Própria da Avaliação (CPA); n) acompanhar os resultados da avaliação do desempenho didático-pedagógico dos docentes que atuam no curso; o) promover debates e estudos pedagógicos para identificar as dificuldades de ensino e aprendizagem evidenciadas no desenvolvimento das atividades do curso; p) recepcionar os novos servidores e discentes e orientá-los sobre o projeto pedagógico do curso; q) orientar, quando solicitado, os acadêmicos do curso na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares, em consonância com o Calendário Acadêmico; r) zelar pelo cumprimento do projeto pedagógico do curso; s) acompanhar a organização e distribuição dos recursos materiais, espaço físico e instalações destinados ao curso, a aplicação de atividades para estudantes em regime domiciliar e o registro regular das notas e da frequência, bem como o encerramento dos diários de classe, observando as orientações da PROGRAD e as datas limites previstas no Calendário Acadêmico; t) estimular ações pedagógicas interdisciplinares entre os domínios curriculares e/ou entre as diferentes áreas de conhecimento; u) propor à Diretoria de Registro Acadêmico (DRA), a partir de deliberação do Colegiado de Curso:

- i. a distribuição das vagas oferecidas no curso para ingresso por meio de transferência interna, transferência externa, retorno de graduado e retorno de aluno-abandono, observado o número de vagas remanescentes;
- ii. o número de vagas nos componentes curriculares por turma;
- iii. oferecimento de componentes curriculares não previstos no período letivo regular ou turno de oferta do curso;
- iv. o oferecimento de turmas suplementares, quando houver demanda, respeitando as orientações da PROGRAD;
- v. prorrogações ou antecipações do horário de componentes curriculares, desde que com anuência dos estudantes envolvidos;

v) providenciar:

- i. o julgamento dos pedidos de revisão da avaliação do desempenho do estudante nos componentes curriculares;
- ii. o exame dos pedidos de inscrição, o processamento da avaliação e a classificação final dos candidatos para o preenchimento das vagas remanescentes do curso;
- iii. banca examinadora para exame de suficiência e de verificação de extraordinário aproveitamento nos estudos, junto à Coordenação Acadêmica;
- iv. a confecção do horário dos componentes curriculares junto ao Colegiado de Curso e à Coordenação Acadêmica;
- v. a fixação dos critérios complementares para avaliação dos candidatos ao



preenchimento das vagas remanescentes, pautados no disposto neste regulamento; x) emitir parecer sobre pedidos de validação de componentes curriculares; y) participar das reuniões convocadas pela PROGRAD; w) integrar o Conselho de *Campus*; z) convocar comissões indicadas pelo Colegiado para realizar processos seletivos de monitoria acadêmica, entre outros; aa) zelar pelo cumprimento do horário de funcionamento do curso e da carga horária dos componentes curriculares; ab) colaborar com a Coordenação Acadêmica acerca da distribuição dos componentes curriculares, ouvidos os professores e os coordenadores dos fóruns do domínio comum e conexo; ac) equacionar as demandas dos acadêmicos e dos docentes junto aos órgãos institucionais competentes; ad) fomentar, junto ao Colegiado de Curso, atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e pós-graduação que potencializem a formação dos acadêmicos, em sintonia com as políticas institucionais; ae) assegurar a organização, a funcionalidade e o registro das atividades do curso, com a colaboração da Secretaria Geral de Cursos, incluindo a definição de horários da coordenação para atendimento dos acadêmicos.

Conforme a Resolução 004/CGRAD/2014 em seu Título III, Capítulo I, art. 5º, são atribuições do Colegiado do Curso: a) propor o projeto pedagógico do curso e o perfil profissional do egresso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as normativas internas da UFFS; b) implantar o projeto pedagógico do curso (PPC), acompanhar e avaliar o seu desenvolvimento e propor alterações; c) estabelecer procedimentos para promover a integração e a interdisciplinaridade entre os Componentes Curriculares (CCR) dos diferentes domínios curriculares que integram o projeto do curso, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica e formativa; d) analisar, avaliar e aprovar os planos de ensino do curso, propondo alterações, quando necessárias; e) promover a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão; f) definir perfis profissionais para a contratação docente, em consonância com a estrutura curricular da Instituição e do Projeto Pedagógico de Curso; g) refletir sobre os problemas didático-pedagógicos vinculados ao exercício da docência e propor atividades de formação continuada, em articulação com o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP); h) observar as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais e das normas institucionais, no que diz respeito à integralização do curso; i) emitir parecer sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso; j) emitir parecer sobre



processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior; l) elaborar e aprovar o regimento interno do Colegiado, observadas as normas institucionais; m) definir a composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), em conformidade com a legislação e com as normativas internas da UFFS; n) estabelecer as regras para a eleição do Coordenador e do Coordenador Adjunto do Curso; o) indicar os docentes que respondem pelas coordenações de Estágio, de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e de Atividades Curriculares Complementares (ACC), em conformidade com as normativas internas e com o estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso; p) deliberar sobre a oferta de vagas para transferência interna, externa, retorno de graduado e de aluno-abandono, bem como sobre vagas ofertadas por turma, em cada componente curricular; q) apreciar em caráter recursal pedidos de revisão da avaliação de desempenho acadêmico; r) indicar docentes da UFFS e de outras IES para compor as bancas dos concursos docentes, observando o perfil profissional desejado; s) exercer as demais atribuições conferidas neste Regulamento, no Regimento Geral da UFFS e demais normativas institucionais pertinentes à graduação.

9.1.2 Da composição do Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso de Graduação em Ciências Econômicas inclui: a) o Coordenador de Curso, que exerce a presidência do Colegiado; b) o Coordenador Adjunto do curso, que substitui o Coordenador de Curso, em suas ausências, na presidência do Colegiado; c) o professor responsável pelas monografias; d) no mínimo 3 (três) docentes eleitos por seus pares e seus respectivos suplentes, entre aqueles que ministram aulas ou desenvolvam atividades de ensino, pesquisa e extensão com os discentes do curso; e) um representante docente e respectivo suplente, indicados pelo Fórum do Domínio Comum do *Campus*; f) um representante docente e respectivo suplente, indicados pelo Fórum do Domínio Conexo do *Campus*; g) no mínimo 1 (um) representante discente regularmente matriculado no curso, com seu respectivo suplente, indicados pelo órgão representativo dos acadêmicos do curso; h) um representante dos servidores técnico-administrativos em educação (STAE) e respectivo suplente, eleitos por seus pares, entre aqueles que atuam no desenvolvimento de atividades relacionadas



à gestão, ao ensino, à pesquisa ou à extensão afins ao curso; um representante da Comunidade Externa que pertença às áreas correlatas ao curso.

O Coordenador e o Coordenador Adjunto são eleitos pela comunidade acadêmica do Curso, de acordo com regras aprovadas pelo Colegiado de Curso. O mandato do Coordenador e do Coordenador Adjunto é de dois anos, permitida uma recondução consecutiva. O mandato dos representantes docentes eleitos e dos STAE será de 2 (dois) anos e o dos representantes discentes de 1 (um) ano. As normativas que regulam o Colegiado do Curso estão definidas no regimento do Colegiado do Curso.

9.1.3 Das reuniões do Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas reunir-se-á de forma ordinária ou extraordinária. As reuniões ordinárias deverão acontecer no mínimo 4 (quatro) vezes por semestre, de acordo com calendário de atividades do curso. E deverão ser convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, mencionando-se a pauta.

O Colegiado de Curso reúne-se extraordinariamente por iniciativa de seu Presidente ou atendendo pedido de 1/3 (um terço) dos seus membros. Estas reuniões são convocadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, mencionando-se a pauta. Em caso de urgência, o prazo de convocação previsto no parágrafo anterior pode ser reduzido, justificando-se a medida no início da reunião.

O quórum mínimo das reuniões do Colegiado de Curso, para instalação e deliberação, é de 50% mais um de seus integrantes. A participação nas reuniões do Colegiado de Curso tem precedência sobre as demais atividades do curso. As ausências nas reuniões do Colegiado de Curso devem ser justificadas, por escrito, ao seu Presidente e registradas na respectiva ata. As reuniões obedecem ao que prescreve o Regimento Geral da Universidade, o presente Regulamento e ao Regimento Interno do Colegiado.

9.1.3 Reunião de planejamento

A reunião de planejamento ocorre antes do início do período letivo, onde o coordenador de curso apresentará aos docentes os componentes curriculares que deverão ministrar. A partir daí, os docentes deverão elaborar os planos de ensino e planejar cada um dos componentes curriculares, considerando as particularidades do calendário do período letivo e a programação de trabalhos ou projetos e de realização de avaliações pontuais. Haverá prioridade para que este planejamento seja realizado por fases, de maneira que os docentes possam planejar as atividades a serem realizadas com as turmas. Esta é uma oportunidade dos docentes terem uma visão geral de como os outros



componentes curriculares deverão transcorrer, evitando-se a sobreposição de conteúdos e possibilitando o inter-relacionamento entre eles, bem como a interdisciplinaridade.

No primeiro dia de aula de cada semestre caberá aos docentes discutir com os alunos de seus componentes curriculares o plano de ensino, que deve ser disponibilizado aos acadêmicos. O referido documento deverá também ser apresentado e aprovado em reunião do Colegiado do Curso no início do semestre letivo para posterior encaminhamento à assessoria e secretaria acadêmica.

9.1.4 Reunião de acompanhamento

Esta reunião poderá ocorrer a qualquer momento, sendo apropriado que, no planejamento da coordenação do curso, seja definida uma reunião ordinária próximo à metade do período letivo, com o objetivo de verificar o desempenho parcial dos estudantes após as primeiras avaliações. É uma segunda oportunidade de os docentes analisarem eventuais problemas associados aos seus componentes curriculares, bem como de melhor orientar os alunos de como proceder para tirar o melhor proveito possível do curso. Nesta ocasião pode-se ter uma ideia de que alguns acadêmicos não estão tendo um aproveitamento satisfatório, os quais poderão ser chamados para apresentarem os problemas que estão causando seus baixos rendimentos acadêmicos e receberem orientações adicionais para poderem se recuperar. Todo este processo possibilita a tomada de medidas pró-ativas tanto por parte dos docentes como por parte dos estudantes, devendo ser gerenciado pelo coordenador de curso.

9.1.5 Reunião de avaliação final

Esta reunião tem o objetivo de fornecer uma posição global de como o curso transcorreu no período letivo. É uma oportunidade de trocas de experiências entre os professores e representantes dos acadêmicos a respeito de fatos tanto positivos quanto negativos, permitindo a correção de problemas para os próximos períodos (correção dos aspectos negativos) e o aperfeiçoamento da forma de se ministrar os componentes curriculares (incorporação de aspectos positivos relatados em outros componentes curriculares). Deve-se destacar que os aspectos positivos e negativos são determinados a partir dos relatos efetuados pelos docentes e representantes discentes, sendo que os acadêmicos devem expressar a opinião da classe. Outra meta desta reunião é a



verificação do desempenho global da turma, quais são os estudantes sujeitos a reprovação em um ou mais componentes curriculares, a existência de alunos com bom desempenho global e baixo desempenho em uma disciplina isolada, etc.

9.1.6 Reuniões extraordinárias

Eventuais reuniões extraordinárias podem ser agendadas, quando algum fato significativo surgir e cuja urgência justifique uma reunião não programada. O coordenador do curso deverá convocar a reunião com, no mínimo, 48 horas de antecedência, informando a pauta com a justificativa da convocação extraordinária.

9.2 Do Núcleo Docente Estruturante do Curso

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no seu âmbito, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: a) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; b) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; c) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; d) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais de Ciências Econômicas.

9.3 Formas de participação discente

Nos órgãos deliberativos, a representação discente também possui seu espaço. Esses espaços são preenchidos por acadêmicos que buscam participar das decisões que afetam a vida político-acadêmica da universidade. São esses acadêmicos que defendem e fazem valer os interesses de todos os estudantes, cuja representatividade lhes foi confiada.



A representação discente no Colegiado do Curso de Ciências Econômicas será de no mínimo um representante discente, regularmente matriculado no curso, com seu respectivo suplente. Esses representantes deverão ser indicados pelo órgão representativo dos alunos do curso (no caso do curso de Ciências Econômicas, o Centro Acadêmico).

A cada período letivo, os estudantes deverão formalizar junto ao Coordenador de curso os nomes dos representantes no Colegiado (titulares e suplentes). Somente poderão ser representantes acadêmicos regularmente matriculados no curso e que estejam matriculados no número mínimo de créditos determinado neste projeto, ou seja, 12 (doze) créditos.

9.4 Instâncias recursais

As instâncias recursais estão no âmbito da disciplina, do curso, do campus e da UFFS, devendo ser utilizadas nesta hierarquia e conforme detalhamento individual a seguir apresentado.

9.4.1 No âmbito do componente curricular

Para dirimir suas dúvidas, sejam elas de conteúdo, avaliação e trabalhos, o estudante deverá recorrer, inicialmente, ao professor componente curricular.

É facultado ao estudante requerer à Coordenação do Curso, a revisão das notas das avaliações, mediante justificativa circunstanciada, protocolada junto à Secretaria Acadêmica, no prazo de, no máximo 3(três) dias úteis, após a divulgação do resultado.

Cabe à Coordenação de curso encaminhar o pedido de revisão de nota ao professor do componente curricular, para proceder a análise e parecer, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis. Após a emissão do parecer, o professor faz as alterações nos registros, quando for o caso, e devolve o processo à Coordenação de Curso, para arquivamento junto à Secretaria Acadêmica.

O estudante pode recorrer da decisão do professor, no prazo de 3 (três) dias após a publicação do parecer, devendo o Colegiado nomear comissão com 3 (três) integrantes, que deve proceder à análise do recurso e produzir novo parecer, em 5 (cinco) dias, a contar da constituição da comissão, a ser encaminhado para a Coordenação do Curso para as providências cabíveis.



O estudante, para fundamentar o seu pedido de revisão, tem direito de acesso à avaliação corrigida e aos critérios de avaliação utilizados pelo docente.

9.4.2 No âmbito do curso

O órgão deliberativo e a instância recursal do curso é o Colegiado de Curso. Em casos em que discente e docente permaneçam em desacordo – após interpelação na instância, o acadêmico poderá solicitar ao representante discente no colegiado para, junto ao coordenador de curso, solicitar que o assunto seja incluído em pauta do colegiado para apreciação e discussão. A inclusão ou não do ponto de pauta ficará a critério do coordenador, que deverá se inteirar com o discente e o docente envolvidos das divergências. Lembrando que, em caso de divergências referentes as avaliações, valem os prazos determinados nas normativas de graduação da UFFS. Em casos que o colegiado julgar necessário, o discente envolvido poderá ser chamado para estar presente.

9.4.3 No âmbito do campus

A instância recursal no âmbito do *campus* é o Conselho de *Campus*, presidido pelo diretor, com representantes de todas as categorias da comunidade acadêmica do *campus*. A este Conselho poderão ser levados processos para apreciação e deliberação, caso as instâncias anteriores não tenham sido suficientes.

9.4.4 No âmbito da UFFS

As últimas instâncias recursais existentes são as Câmaras do Conselho Universitário – CONSUNI, presididas pelos respectivos Pró-Reitores (de ensino, de pesquisa e pós-graduação, de extensão e cultura, e de administração/planejamento). Quando estas não forem suficientes, a instância final para recursos é o CONSUNI.

9.5 Planejamento docente

O ensino superior tem características muito próprias porque objetiva a formação do cidadão e do profissional enquanto pessoa de uma formação que o habilite ao trabalho e à vida.



O planejamento é essencial para que não apenas os objetivos da prática docente propostos em um componente curricular sejam atingidos, mas também para garantir a organização e o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas. Assegurando, assim, as condições necessárias para que tanto o docente quanto o discente tenham atuação eficiente e eficaz quanto ao processo de ensino-aprendizagem.

Os planos devem ser desenvolvidos de maneira que sejam definidas as competências e habilidades que o discente deverá apresentar ao final do componente curricular. Estes planos deverão conter, ao menos:

9.5.1 Identificação do componente curricular

O docente deverá iniciar o planejamento com a identificação do componente curricular, onde constará o nome e código do componente curricular, a carga horária e os créditos, o período e os horários semanais em que ocorrerá, bem como o nome do docente responsável e outras informações que julgar necessárias.

9.5.2 Ementa do componente curricular

A ementa é um resumo dos conteúdos que irão ser trabalhados na disciplina. A ementa de cada disciplina do curso de graduação está determinada neste PPC, devendo os planos de ensino seguir rigorosamente o que foi previsto neste PPC. As mudanças nas ementas somente são possíveis quando houver mudança no PPC.

9.5.3 Justificativa

Todo o componente de uma matriz curricular representa, em última análise, um instrumento importante para a formação profissional de uma dada área, definida a partir do PPC, ou seja, há uma razão de ser do componente curricular para o processo formativo. Por essa razão, cabe ao docente indagar-se acerca do papel de seu componente curricular no curso em que irá lecionar, no processo de formação do profissional em diálogo com o ementário, com o perfil profissional desejado pelo curso e com o contexto social de atuação profissional.

9.5.4 Objetivos de ensino



A prática educativa é uma prática intencional. Desse modo, os objetivos expressam os *propósitos que orientam a formação* e o desenvolvimento de qualidades humanas para atuação na sociedade. Sob esse prisma, os objetivos *antecipam os resultados desejados* expressos na relação professor – acadêmico – conhecimento, expressando os conteúdos e os conceitos a serem construídos, as habilidades e os hábitos, as competências a serem alcançadas pelo processo pedagógico de um componente curricular ou área de conhecimento. Devem ser elaborados na perspectiva da formação de habilidades a serem desenvolvidas pelos acadêmicos: habilidades cognitivas, sociais, atitudinais, entre outras. Há níveis diferenciados de objetivos: geral e específicos. O *objetivo geral* expressa o papel mais amplo do componente curricular no curso e no projeto institucional. É o que define a contribuição do conteúdo do componente curricular para a formação profissional tanto em termos cognitivos e técnicos como em termos do perfil sociocultural. E os *objetivos específicos* determinam os resultados esperados da atividade dos acadêmicos e devem ser expressos, principalmente, na forma do comportamento cognitivo e socio-cultural (valores, hábitos, habilidades e competências) almejado para cada unidade de ensino ou tema de estudo. Este deve explicitar de forma clara a intenção proposta.

9.5.5 Conteúdo programático

Quais são os conteúdos de ensino? Quais os saberes fundamentais? O professor deverá, na seleção dos conteúdos, considerar critérios como: validade, relevância, gradualidade, acessibilidade, interdisciplinaridade, articulação com outras áreas, cientificidade, adequação.

No plano da disciplina trata-se do *detalhamento do conteúdo a ser trabalhado* ao longo do semestre e deve expressar coerência com a ementa da disciplina, com os objetivos específicos, previstos para cada unidade ou tema, conforme se definir sua organização.

Este poderá ser apresentado como um “cronograma” (Quadro 01), onde serão detalhados os conteúdos específicos trabalhados em cada encontro (aula), o método de ensino e os recursos didáticos que serão utilizados para a prática docente. Aqui, trata-se de explicitar o caminho mediador entre o conteúdo (conceitos, habilidades, competências, valores, hábitos) e os objetivos (resultados esperados); e do modo como



se concebe o processo de construção do conhecimento ou o caminho através do qual o acadêmico mobiliza suas habilidades intelectuais para conhecer.

Quadro 1: Exemplo de apresentação do conteúdo programático do tipo “cronograma”.

Encontro (data)	Conteúdo	Método/Recursos didáticos
Aula 01 (30/Julho)	Introdução à educação	Aula expositiva/Debate de texto – Uso de Projetor multimídia.

Poderá ainda, de maneira mais geral, apresentar os conteúdos que serão trabalhados em um esquema de sumário ou tópicos de aprendizagem, após os quais deverão vir o método de ensino e os recursos didáticos que serão utilizados durante todo o período componente curricular.

9.5.6 Método de ensino

Método de ensino é o *caminho escolhido* pelo professor para organizar as situações de ensino e aprendizagem. A técnica é a operacionalização do método. No planejamento, ao elaborar o plano do componente curricular, o docente antevê quais os métodos e as técnicas que poderá desenvolver com os discentes em sala de aula na perspectiva de promover a aprendizagem. E, juntamente com eles, ir avaliando quais são os mais adequados aos diferentes saberes, ao perfil do grupo, aos objetivos e aos discentes como sujeitos individuais. Nesse processo participativo o professor deixa claro suas possibilidades didáticas e o que ele pensa e o que espera do acadêmico como sujeito do processo de aprendizagem, suas possibilidades, sua capacidade para aprender, sua individualidade.

9.5.7 Recursos didáticos

Recursos didáticos são todos os recursos disponíveis utilizados pelo docente para mediar o processo de ensino e aprendizagem. Ao planejar, o professor deverá levar em conta as reais condições dos acadêmicos, os recursos disponíveis pelo acadêmico e na instituição de ensino, a fim de organizar situações didáticas em que possam utilizar as novas tecnologias.

9.5.8 Avaliação



A avaliação tem por objetivo assegurar a qualidade da aprendizagem do estudante e fundamenta-se nos princípios da avaliação diagnóstica, processual, contínua, cumulativa e formativa.

A avaliação diagnóstica tem como princípio o processo dialético e dialógico de investigação e construção da aprendizagem. Por meio deste processo avaliativo, o docente busca saber como o estudante está se desenvolvendo, faz diagnóstico para tomada de decisões e redimensiona a prática pedagógica.

A avaliação processual considera a verificação do andamento do processo de ensino e aprendizagem, frente aos objetivos aos quais se destina o componente curricular, para compreender como o discente aprende e como o docente está ensinando. Assim na definição pedagógica de diferentes instrumentos avaliativos o docente busca acompanhar a construção do conhecimento na perspectiva quantitativa e qualitativa.

A avaliação contínua e cumulativa é o processo sistemático de avaliação em dimensões qualitativas e quantitativas com resultados pontuais que possibilitam a reflexão crítica na busca de alternativas para a garantia e qualidade da aprendizagem.

A avaliação formativa requer o ato reflexivo frente aos saberes necessários ao perfil discente, conforme objetivos do Projeto Pedagógico do Curso. É a autoavaliação do processo de ensino e aprendizagem para tomada de decisões à efetiva construção do conhecimento.

A avaliação dos resultados do ensino e aprendizagem é feita por componente curricular e incide sobre a frequência e sobre o aproveitamento acadêmico do estudante.

No plano de ensino, o docente deverá discriminar que avaliações serão realizadas durante o período do componente curricular, como será atribuída, ou não, a pontuação às diversas avaliações e como será calculada a média final do desempenho do estudante na disciplina (para a aprovação ou reprovação).

Além dos critérios fundamentais para sua aprovação, o estudante deverá cumprir obrigatoriamente 75% de frequência dos componentes curriculares presenciais e o cumprimento de atividades não presenciais, em regime especial de trabalho ou a distância. Entenda-se, aqui, regime especial de trabalho aqueles casos em que o estudante realiza trabalhos domiciliares previamente indicados por seus professores ora para avaliação de aprendizagem ora para compensação de frequência, nos casos



previstos em lei conforme regulamentação institucional, enquanto estiver impedido de comparecer às atividades acadêmicas presenciais.

Os procedimentos para a avaliação de desempenho discente nos componentes curriculares deverá seguir o determinado no Regimento de Graduação da Universidade.

9.6 Planejamento do Curso

O Curso de Ciências Econômicas deverá estabelecer um planejamento detalhado em vista do alcance das metas e dos objetivos político-pedagógicos estabelecidos, bem como em relação ao seu compromisso em contribuir com a transformação da realidade.

Esse planejamento deve contemplar metas e ações anuais e plurianuais, em vista de detalhar a forma como serão consolidados e alcançados tais objetivos. O plano anual deverá ser discutido e aprovado pelo Colegiado de Curso, preferencialmente até o mês de março de cada ano, assegurado um processo consultivo e participativo com a comunidade acadêmica, as instituições e movimentos sociais e cooperativos da região da Cantuquiriguaçu.

O plano deverá ser acompanhado em sua execução de forma a assegurar que de fato seja utilizado como referência para as ações do curso, sendo que o Colegiado do curso de Ciências Econômicas tem autonomia para elaborar seu planejamento.



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação da qualidade do curso de bacharelado em Ciências Econômicas dar-se-á, prioritariamente, por intermédio da Avaliação Institucional da UFFS. Essa avaliação na Universidade Federal da Fronteira Sul será realizada em dois momentos. A autoavaliação do curso de Ciências Econômicas utilizar-se-á de processos avaliativos internos e externos, conforme segue.

10.1 Avaliação interna

Também denominada de autoavaliação será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional, propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso e o desempenho dos estudantes.

Como o Colegiado do Curso representa o setor institucional mais próximo ao desenvolvimento do curso, este é o órgão privilegiado para a utilização de outros instrumentos de avaliação além dos determinados pela CPA da Universidade.

A autoavaliação do curso deverá incluir a análise referente às condições necessárias ao pleno desenvolvimento do currículo (características do corpo docente, a adequação de conteúdos à proposta curricular, a infraestrutura física, técnica e administrativa, entre outros), a análise dos processos (desempenho dos alunos, o fluxo dos componentes curriculares oferecidos) e as percepções do corpo docente e discente sobre as condições globais do curso.

Assim, a avaliação interna consiste num processo contínuo através do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados de suas atividades para melhorar a qualidade do ensino. Para tanto, busca sistematizar informações, analisando coletivamente os resultados de suas atividades, procurando novas formas de organização administrativa e pedagógicas, identificando pontos fracos, pontos fortes e potencialidades, estabelecendo estratégias para solução de problemas. Através da avaliação interna, é possível medir o nível de consecução das



metas e objetivos traçados anteriormente. Sendo assim, a avaliação interna será resultado das discussões entre corpo docente, docente e discente e Colegiado de Curso, tendo como foco as políticas de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao curso, bem como outras ações necessárias para a construção de um curso cada vez melhor e mais completo. Essa autoavaliação será realizada através de:

- I. Questionário aplicado aos docentes: buscará identificar a visão que o corpo docente possui dos conteúdos, da grade curricular, do contexto de sua disciplina quanto ao curso, da estrutura disponibilizada, das turmas, entre outros.
- II. Questionário aplicado aos acadêmicos: com questões específicas ao curso de economia, visa obter um diagnóstico a respeito das questões pedagógicas e administrativas do curso, com ênfase na avaliação dos componentes curriculares e dos docentes.
- III. Fórum dos acadêmicos: ação que visa contextualizar o curso com todos os acadêmicos (de todas as fases), para avaliar aspectos positivos e ajustar questões negativas relacionadas ao curso.
- IV. Reuniões ao final de cada semestre: pretende identificar possíveis necessidades e demandas que o Colegiado possui, além de avaliar o desempenho do curso ao longo do semestre.
- V. Reunião com o Conselho Comunitário e comunidade externa: objetiva ouvir as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais para verificar se a formação acadêmica atende aos anseios e às necessidades da comunidade e da região.
- VI. Relatório anual: este instrumento, baseado em indicadores quantitativos e qualitativos, será constituído considerando os seguintes aspectos, entre outros:
 1. número de projetos de extensão;
 2. número de projetos de pesquisa;
 3. média acadêmica;
 4. índices de aprovação/reprovação por componente curricular e do curso;
 5. projetos de iniciação acadêmica;
 6. atividades (seminários, debates, outros eventos) realizadas pelo curso;
 7. frequência acadêmica;
 8. número de acadêmicos que continuam no curso (índice de desistência).



Além disso, na primeira reunião do Colegiado do curso em cada ano, será definido o cronograma das atividades relacionadas, através de um planejamento de curto e médio prazo, o qual contemplará: plano de formação docente, eventos a serem organizados pelo Colegiado, adequação dos componentes curriculares e objetivos dessas atividades, entre outros.

A comunidade externa terá representação nas reuniões do Colegiado de Ciências Econômicas, com a participação de um representante e seu respectivo suplente. As regulamentações quanto à seleção e participação da comunidade externa estão indicadas no regimento do Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

10.2 Avaliação externa

Realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficial do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

O Sinaes estabelece três instrumentos de avaliação para as IES: a avaliação institucional, a avaliação de cursos e o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade). Esses mecanismos devem ser trabalhados como processos participativos, formativos e formadores, os quais verificarão as dificuldades da IES, visando elaborar e implantar ações corretivas, além de aperfeiçoar a qualidade do curso e da instituição.

A avaliação externa busca verificar como o curso é visto pela comunidade externa, buscando avaliar se o curso atende as expectativas da sociedade e das instituições que medem o nível do ensino superior. Desta forma, a avaliação externa poderá ser obtida através do Inep e do Enade. Assim, será possível uma análise global dos indicadores de desempenho comparativa a outros cursos/instituições. Além disso, o curso de Ciências Econômicas manterá um diálogo permanente com o Conselho Comunitário, como forma de avaliação externa (além de outras atividades necessárias).

De qualquer forma a análise de adequação curricular, os processos de ensino aprendizagem, o conteúdo programático, entre outros, só será bem realizada com um



processo contínuo e que deverá ter a participação ativa do corpo docente, discente e externo (instituições/órgãos competentes). Assim sendo, a avaliação interna e externa é fundamental para identificar as modificações que forem necessárias para o aprimoramento continuado do curso de Ciências Econômicas.



11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O processo de articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão é vital para o cumprimento do mandato institucional e político que resultou na criação da UFFS. Para formulação de nossa concepção para embasar tal articulação nos apropriamos das discussões já acumuladas pela comunidade universitária, através do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades brasileiras. Segundo esse Fórum, a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

A Universidade Federal da Fronteira Sul e seu curso de Ciências Econômicas, com a linha de formação Desenvolvimento e Cooperativismo, têm na prática planejada da extensão um elemento central em seu processo de inserção e relacionamento com a comunidade regional e com a produção de conhecimentos voltados à superação dos problemas e desafios da mesma.

A sociedade brasileira já compreendeu, depois de décadas de planos e pacotes econômicos, que apenas o crescimento do Produto Interno Bruto não é uma medida suficiente para superar as desigualdades sociais do país. A sociedade clama por justiça social, por redução das desigualdades, pela erradicação das doenças sociais causadas pela pobreza e miséria, pelo fim da fome nos campos e nas cidades. Somente assim ter-se-á condições como país, de enfrentar e vencer as epidemias de violência e criminalidade, das drogas, e da prostituição que grassam pelos campos e cidades. Somente assim nos será assegurado um futuro com vida digna para todos os brasileiros.



O papel da UFFS diante disso tem de ser ainda mais compromissado, com a transformação social, com a sustentabilidade ambiental e com o desenvolvimento equitativo, visto ter sido criada sob demanda direta dos movimentos sociais que compõem essa grande região fronteira com os países do Mercosul. E esses movimentos deixaram claro que a vocação dessa Universidade não seria se converter numa torre de marfim, mas sim num grande movimento onde o saber científico fosse permanentemente beber da realidade, molhar-se nela e fundamentalmente, transformá-la.

Para que a transformação social e a produção do conhecimento possam ser processos sociais integrados à prática cotidiana da UFFS e do Curso de Ciências Econômicas, é fundamental que se criem mecanismos e políticas que integrem de fato as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, um compromisso onde a Universidade e o curso não se restrinjam nem se organizem apenas em torno de ministrar aulas. Mas sim, que o corpo funcional e acadêmico esteja inserido em atividades junto à comunidade regional, aprendendo a lidar com suas características e contradições.

Para garantir isso, a UFFS *campus* Laranjeiras do Sul tem assento no principal Conselho focado em reunir ações que fomentem o desenvolvimento regional: o Conselho de Desenvolvimento do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Neste espaço, o corpo docente da UFFS, em especial do curso de Ciências Econômicas, vem continuamente dialogando e construindo junto ao Conselho suas propostas de pesquisa, ensino e extensão com foco nas demandas para o desenvolvimento regional.

Outra ação promovida dentro do curso de Ciências Econômicas é a articulação de atividades de ensino com os projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos no *campus* Laranjeiras do Sul. Os temas-chave identificados como metas de trabalho dos projetos são estudados e aprofundados em sala de aula; os problemas de pesquisa identificados tornam-se objeto de estudo nos componentes curriculares (em especial, na elaboração da monografia).

Ao reafirmar o compromisso social da Universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva



interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade (FÓRUM, 2001 p. 5).

Nesse sentido apontamos aqui alguns elementos norteadores da ação do curso de Ciências Econômicas em vista de cumprir com sua função precípua de contribuir para o desenvolvimento regional.

11.1 Ensino

Romper com a ideia convencional de que o ensino ocorre somente no espaço da sala de aula. Não se limitar ao espaço físico na dimensão tradicional, mas buscar compreender que todos os espaços, dentro e fora da sala e da universidade podem ser espaços de ensino e aprendizagem. Para isso a UFFS tem de desenvolver uma intencionalidade pedagógica dos vários momentos e espaços;

Propor um ensino inserido nos processos histórico-sociais brasileiro e regional, com suas múltiplas determinações, interagindo com os atores sociais, aprofundando-se na realidade que se quer transformar;

Buscar aplicar a interdisciplinaridade nos processos formativos (ensino, pesquisa e extensão).

11.2 Pesquisa

Para vencer os desafios colocados à formação do egresso, ao desenvolvimento do conhecimento e à criação de uma cultura de pesquisa, o Curso de Ciências Econômicas estrutura-se em torno de sua linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo a qual também deve orientar a pesquisa.

A implementação da pesquisa no curso requer a constituição de estruturas que possibilitem aos docentes se organizarem por áreas afins do conhecimento ou do objeto de pesquisa. Desse modo, o curso prevê a criação de Grupos de Pesquisa certificados pelo CNPq, de Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa (com viés extensionista) e articulados nacional e internacionalmente com outras instituições públicas e privadas. Nesse sentido, a parceria já firmada entre a UFFS e a Universidade de Mondragón (MU) do País Basco (Espanha), em vista de apoiar a constituição do Núcleo de Pesquisa em Cooperativismo Popular, constitui-se numa referência de ação para a pesquisa.



Definida em eixos temáticos centrais, em grupos e núcleos, em parcerias com setores públicos e privados, a pesquisa possibilitará: o acesso dos discentes ao desenvolvimento de projetos de iniciação científica; a aplicação de seus estudos na comunidade; o intercâmbio acadêmico internacional; e a continuidade para uma formação acadêmica ampliada (cursos de pós-graduação).

Outros aspectos relacionados à pesquisa:

Buscar construir um leque diversificado de articulações entre pesquisa e sociedade;

Considerar sempre a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade-comunidade; que os projetos de extensão imbriquem em questões de pesquisa e vice-versa;

Priorizar as metodologias participativas, sempre que possível e de acordo com os objetivos e métodos da pesquisa;

Visar à recriação de conhecimentos possibilitadores de transformação social;

Ter sempre presente uma questão central – o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

11.3 Extensão

- Buscar a formação do indivíduo enquanto ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional cidadão;
- Priorizar ações junto às comunidades de baixo poder aquisitivo e que requerem, portanto, potencializar sua organização política e fortalecer sua organização associativa de caráter cultural, econômico e social;
- Propor ações em parceria com lideranças e instituições das comunidades e dos movimentos sociais;
- Articular ações que promovam a consolidação da organização das comunidades;
- Promover a identificação de oportunidades, demandas, necessidades e problemas comuns, visando ao processo de integração e de autonomia das comunidades, não se caracterizando como uma ação assistencialista;
- Estimular a construção, com todos os seus parceiros, de projetos e atividades que permitam a imediata legitimidade das prioridades demandadas, absorvendo valores culturais próprios das comunidades;



- Dialogar abertamente com a comunidade ao articular o saber popular e as práticas sociais com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária;
- Viabilizar parcerias no âmbito do poder público e da sociedade civil.

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas deve buscar assegurar a cada período, em seu plano de gestão anual, o estabelecimento de metas e objetivos a serem alcançados em vista da consecução desses objetivos.



12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O Colegiado do Curso de Ciências Econômicas é composto por professores altamente qualificados, com titulação de mestrado e doutorado, conforme quadro 13.1. O aprimoramento e aperfeiçoamento do quadro de docentes é compromisso do Colegiado do Curso, trabalhando no sentido de planejar a saída de professores para doutoramento e pós-doutoramento, respeitando as diretrizes estabelecidas pela UFFS para a capacitação docente.

Em relação ao perfil dos docentes do curso, estes devem estar comprometidos com os objetivos do curso, elencados neste PPC, atuando em atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de serem corresponsáveis para que se consiga formar os egressos com o perfil previsto e mencionado neste PPC. O papel dos docentes é um dos mais importantes dentro do curso para que os objetivos sejam alcançados e desta forma o comprometimento de cada um desses profissionais é fundamental para a qualidade do curso. Nesse sentido, visando à formação continuada, devem ser oferecidas oportunidades de atualização pedagógica, seja na área específica ou áreas afins.

Os programas de formação docentes, oferecidos com atividades conjuntas entre o Colegiado do Curso e o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), devem conter ações que visem:

- I. Proporcionar qualidade e proposta acadêmica flexível e atualizada, com métodos pedagógicos modernizados;
- II. Buscar novas metodologias de ensino;
- III. Adaptar e implementar novas tecnologias;
- IV. Participar de eventos que favoreçam a formação continuada;
- V. Definir métodos de avaliação de desempenho;
- VI. Melhorar a formação pedagógica do corpo docente;
- VII. Aumentar a titulação do corpo docente;
- VIII. Incentivar a formação de grupos de estudo;
- IX. Contribuir com a sociedade para o desenvolvimento econômico e social da região;
- X. Participar e divulgar trabalhos e estudos sobre a realidade regional.



Com os referenciais descritos acima, o curso de Ciências Econômicas define como principais objetivos em relação aos seus docentes, técnicos-administrativos e monitores:

- I. Aperfeiçoar as didáticas e metodologias adotadas pelo corpo docente;
- II. Incentivar a atualização do corpo docente;
- III. Apoiar, em conformidade com a política do *Campus* e da UFFS como um todo, participação de seu corpo docente e técnico-administrativo em eventos que possibilitem maior divulgação dos trabalhos realizados na Universidade, bem como ampliar seus conhecimentos;
- IV. Participar de Conselhos e espaços institucionais, objetivando o desenvolvimento econômico e social da região.



13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

13.1 Docentes do *Campus* Laranjeiras do Sul que atuam no curso de Ciências Econômicas

Domínio/ CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
<i>Comum</i> / História da Fronteira Sul	Gracialino da Silva Dias	Dr.	40 DE	Graduação: História – UFPR – 1993 Mestrado: Educação – UFPR – 1998 Doutorado: Educação: História, Política, Sociedade – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 2003
<i>Específico</i> / Introdução à Ciência Política	Mariano à Luiz Sanchez	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Política – UNR – 1989 Mestrado: Ciência Política – Unicamp – 1995
<i>Específico</i> / Fundamentos da Teoria Econômica	Luis Claudio Krajevski	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR – 1999 Mestrado: Economia: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2003
	Janete Stoffel	Dra	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Regional do Noroeste/RG – 1998 Mestrado: Políticas e Projetos de Desenvolvimento – Universidade Regional do Noroeste/RG – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul – 2013
<i>Comum</i> / Produção Textual Acadêmica	Paola Beatriz Sanches	Ma.	40 DE	Graduação: Letras/UEM de 2008 a 2012 Mestrado: Educação, área de concentração: Ensino Aprendizagem, pelo Programa de Pós-graduação em Educação/UEM. Habilitação em PRÓLIBRAS/MEC (2006)
<i>Comum</i> / Matemática B	Martinho Machado Junior	Me.	40 DE	Graduação: Física – UFSC 1998 Mestrado: Engenharia Química – UFSC – 2009



2ª FASE				
<i>Específico</i> / Cálculo e Economia Quantitativa	Paulo Alexandre Nunes	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas UEL – 2003 Mestrado: Teoria Econômica – UEM - 2010
<i>Específico</i> / Microeconomia I	Anderson Luiz de Oliveira	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Econômicas – UFPR – 2005 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2009
<i>Comum</i> / Iniciação à Prática Científica	Antônio Maria da Silva Carpes	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003
<i>Específico</i> / História Econômica Geral	Márcio Moraes Rutkoski	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Econômicas – UFSC – 2000 Mestrado: Economia – UFSC – 2004
<i>Comum</i> / Direitos e Cidadania	Nádia Teresinha da Mota Franco	Ma.	40 DE	Graduação: Ciências Jurídicas e Sociais – Unisinos – 1994 Mestrado: Integração Latino Americana – UFSM – 2003
3ª FASE				
<i>Comum</i> / Estatística Básica	Alexandre Manoel dos Santos	Me.	40 DE	Graduação: Engenharia Civil UFSC – 1985 Mestrado: Métodos Numéricos em Engenharia – UFPR – 2003
<i>Específico</i> / Microeconomia II	Rafael Stefenon	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Econômicas – Unicentro – 2007 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2011
<i>Específico</i> / Gestão Estratégica	Tiago da Costa	Me.	40 DE	Graduação: Administração – FAP/IAP – 2005 Mestrado: Administração – UDESC – 2009
<i>Específico</i> / História do Pensamento Econômico	Márcio Moraes Rutkoski	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Econômicas – UFSC – 2000 Mestrado: Economia – UFSC – 2004
<i>Específico</i> / Contabilidade Social	Deise Maria Bourscheidt	Ma.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Maria – 2008 Mestrado: Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo – 2011



4ª FASE				
<i>Específico</i> / Estatística Econômica e Introdução à Econometria	Paulo Alexandre Nunes	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UEL – 2003 Mestrado: Administração – UEM – 2010
<i>Específico</i> / Funções Administrativas	Tiago da Costa	Me.	40 DE	Graduação: Administração – FAP/IAP - 2005 Mestrado: Administração – UDESC – 2009
<i>Específico</i> / Contabilidade Introdutória	Antônio Maria da Silva Carpes	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI - 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003
<i>Comum</i> / Introdução ao Pensamento Social	Mariano Luiz Sanchez	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Política – UNR – 1989 Mestrado: Ciência Política – Unicamp – 1995
<i>Específico</i> / Economia Política	Anderson Luiz de Oliveira	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Econômicas – UFPR - 2005 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2009
<i>Específico</i> / Macroeconomia I	Anderson Luiz de Oliveira	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Econômicas – UFPR - 2005 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2009
5ª FASE				
<i>Específico</i> / Evolução do Pensamento Marxista	Márcio Moraes Rutkoski	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Econômicas – UFSC – 2000 Mestrado: Economia – UFSC – 2004
<i>Específico</i> / Contabilidade Cooperativa	Antônio Maria da Silva Carpes	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003
<i>Específico</i> / Econometria	Paulo Alexandre Nunes	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UEL – 2003 Mestrado: Administração – UEM – 2010
<i>Específico</i> / Macroeconomia II	Deise Maria Bourscheidt	Ma.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Maria – 2008 Mestrado: Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo – 2011
<i>Específico</i> / Matemática Financeira	João Arami Martins Pereira	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UNIPLAC – 1982 Mestrado: Administração Pública e Governo – EAESP – 1994



<i>Específico</i> / Formação Econômica do Brasil	Luis Claudio Krajevski	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR – 1999 Mestrado: Economia: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2003
6ª FASE				
<i>Específico</i> / Economia e Meio Ambiente	Deise Maria Bourscheidt	Ma.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Maria – 2008 Mestrado: Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo – 2011
<i>Específico</i> / Economia e Política Monetária	João Arami Martins Pereira	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UNIPLAC – 1982 Mestrado: Administração Pública e Governo – EAESP – 1994
<i>Específico</i> / Finanças Empresariais	João Arami Martins Pereira	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UNIPLAC – 1982 Mestrado: Administração Pública e Governo
<i>Específico</i> / Economia Brasileira Contemporânea	Luis Claudio Krajevski	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR – 1999 Mestrado: Economia: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2003
<i>Conexo</i> / Teoria Cooperativista I	Pedro Ivan Christoffoli	Dr.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 1986 Mestrado: Administração – UFPR – 2000 Doutorado: Desenvolvimento Sustentável – UnB – 2009
	Marisela Garcia Hernandez	Ma.	40 DE	Graduação: Economia – “Universidad Nacional Autonoma de México” – 1996 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2004
Agroecologia	Henrique Von Hertwig Bittencourt	Me.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 2006 Mestrado: Agroecossistemas – UFSC – 2008
7ª FASE				
<i>Específico</i> / Economia Internacional	Márcio Moraes Rutkoski	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Econômica – UFSC – 2000 Mestrado: Economia – UFSC – 2004



<i>Específico</i> / _Planejamento Econômico e Políticas Públicas	Luis Claudio Krajevski	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UFPR – 1999 Mestrado: Economia: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2003
<i>Específico</i> / Gestão Mercadológica	Tiago da Costa	Me.	40 DE	Graduação: Administração – FAP/IAP – 2005 Mestrado: Administração – UDESC – 2009
<i>Específico</i> / Economia da Cooperação	Pedro Ivan Christoffoli	Dr.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 1986 Mestrado: Administração – UFPR – 2000 Doutorado: Desenvolvimento Sustentável – UnB – 2009
	Marisela Garcia Hernandez	Ma.	40 DE	Graduação: Economia – " Universidad Nacional Autonoma de México – 1996 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2004
<i>Conexo</i> / Administração e Análise de Projetos	João Arami Martins Pereira	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UNIPLAC – 1982 Mestrado: Administração Pública e Governo – EAESP – 1994
8ª FASE				
<i>Específico</i> / Finanças Públicas e Orçamentos Públicos	João Arami Martins Pereira	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – UNIPLAC – 1982 Mestrado: Administração Pública e Governo – EAESP – 1994
<i>Específico</i> / Autogestão e Processos Participativos	Pedro Ivan Christoffoli	Dr.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 1986 Mestrado: Administração – UFPR – 2000 Doutorado: Desenvolvimento Sustentável – UnB – 2009
<i>Específico</i> / Desenvolvimento Socioeconômico	Deise Maria Bourscheidt	Ma.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Maria – 2008 Mestrado: Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo – 2011
<i>Específico</i> / Empreendedorismo e Inovação	Tiago da Costa	Me.	40 DE	Graduação: Administração – FAP/IAP - 2005 Mestrado: Administração – UDESC – 2009



<i>Específico</i> / Técnicas de Pesquisa em Economia	Antônio Maria da Silva Carpes	Me.	40 DE	Graduação: Ciências Contábeis – URI – 1999 Mestrado: Contabilidade – Unisinos – 2003
<i>Conexo</i> / Responsabilidade Socioambiental	Álvaro de Oliveira Borges Filho	Dr.	20	Graduação: Administração em Empresas – FURG – 1993 Mestrado: Administração: Política e Estratégica Empresarial – UnB – 1997 Doutorado: Engenharia de Produção – UFSC – 2005
9ª FASE				
<i>Específico</i> / Economia e Política Agrícola	Janete Stoffel	Dra.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Regional do Noroeste/RG – 1998 Mestrado: Políticas e Projetos de Desenvolvimento – Universidade Regional do Noroeste/RG – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul – 2013
<i>Específico</i> / Optativa I				
<i>Específico</i> / Planejamento do Desenvolvimento Regional	Janete Stoffel	Dra.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Regional do Noroeste/RG – 1998 Mestrado: Políticas e Projetos de Desenvolvimento – Universidade Regional do Noroeste/RG – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul – 2013
<i>Específico</i> / Organização de Cadeias Agroindustriais	Pedro Ivan Christoffoli	Dr.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 1986 Mestrado: Administração – UFPR – 2000 Doutorado: Desenvolvimento Sustentável – UnB – 2009
<i>Específico</i> / Optativas II				
<i>Específico</i> / Microeconomia III	Rafael Stefenon	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Econômicas – Unicentro – 2007 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2011
<i>Específico</i> / Monografia I	Anderson Luiz de Oliveira	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Econômicas – UFPR – 2005 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2009
10ª FASE				



<u>Específico</u> Macroeconomia III	/Deise Maria Bourscheidt	Ma.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Federal de Santa Maria – 2008 Mestrado: Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo – 2011
<u>Específico</u> / Gestão de Unidades de Produção Agrícola	Pedro Ivan Christoffoli	Dr.	40 DE	Graduação: Agronomia – UFSC – 1986 Mestrado: Administração – UFPR – 2000 Doutorado: Desenvolvimento Sustentável – UnB – 2009
<u>Específico</u> Desenvolvimento Rural	/Janete Stoffel	Dra.	40 DE	Graduação: Ciências Econômicas – Universidade Regional do Noroeste/RG – 1998 Mestrado: Políticas e Projetos de Desenvolvimento – Universidade Regional do Noroeste/RG – 2004 Doutorado: Desenvolvimento Regional – Universidade de Santa Cruz do Sul – 2013
<u>Específico</u> / Optativa III				
<u>Específico</u> / Monografia II	Anderson Luiz de Oliveira	Me.	40 DE	Graduação: Ciência Econômica – UFPR – 2005 Mestrado: Desenvolvimento Econômico – UFPR – 2009



14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

14.1 Biblioteca: Organização e Serviços

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Integradas, atuam de forma sistêmica sob coordenação técnica da Diretoria de Gestão da Informação, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, mediante seu Departamento de Gestão de Bibliotecas. Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade em cada um dos *campi* sejam oferecidos de forma consonante com a “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços. O Departamento de Bibliotecas tem por objetivo coordenar, orientar e padronizar os serviços das bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, além de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão. Atualmente a UFFS dispõe de 1.222,69m² de espaço destinado às bibliotecas nos seis *campi* existentes, com horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 22h30min, e, excepcionalmente, aos sábados, em algumas bibliotecas. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; teleatendimento; acesso internet wireless; acesso internet laboratório; serviço de referência online; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial. As bibliotecas da UFFS têm também papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DGI no uso das plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional da UFFS, plataformas que reunirão os



anais de eventos, os periódicos eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos, monografias, dissertações e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas semestralmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES, que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento.



14.2 Laboratórios

LABORATÓRIO CIÊNCIAS HUMANAS I	
Professor Responsável: Felipe Mattos Monteiro	
Acadêmicos por turma: 25	
Área: 58,07m ²	Localização: Bloco III
Quantidade	Descrição
Mobiliário	
Ciências Humanas I: 01	Arquivo de aço com quatro gavetas Arquivo de aço co, quatro gavetas com sistema deslizamento das gavetas com carrinho telescópico, com puxador formato alça, chapa em aço 26, espessura variável de 0,40 a 0,46mm, indicado para materiais leves. Capacidade por gaveta: 40Kg, Altura: 1335mm, Largura: 470mm, Profundidade: 705mm.
Ciências Humanas I: 01	Cadeira escritório giratória Cadeira escritório giratória, tipo digitador, com apoia braços em formato T, espaldar baixo, com regulagem de altura em no mínimo 6 (seis) posições com corpo injetado em polipropileno de alta resistência a impactos e a abrasão e apoia-braço injetado em poliuretano com alma de aço. Acionamento da regulagem de altura através de botão de apertar, estofamento do assento e encosto sem costura e espuma anatômica em poliuretano injetado, de 60mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga, com concha interna de borda frontal ligeiramente curvada no assento, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente a manchas na cor a combinar, conchas para assento em madeira multilaminada com espessura de 12mm, de alta resistência e encosto injetada em polipropileno reciclável de alta resistência a impactos. Assento de espaldar baixo e encosto interligados por meio de mecanismo sincronizado, com regulagem vertical e angular do encosto com variação de 15° e angular do assento com variação de 10°, ajustagem e travamento por alavancas de embreagens, carenagens de acabamento injetadas em polipropileno resistente a impactos. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Base giratória, com 5 hastes equidistantes, fabricadas em tubo de aço SAE 1020 25x25x1,50mm conformadas por dobras e reforçadas com soldas para aumentar a resistência a cargas estáticas sobre o assento. Hastes revestidas por inteiro com capas injetadas em polipropileno de alta resistência a abrasão, fixação dos rodízios por meio de estampa na parte final das hastes (sistema euro). Rodízios de duplo giro de poliamida 6.0 e com carga de polipropileno com eixo central apoiado em esfera de rolamento de aço com banda de rodagem em PU. Tubo central com mecanismo de regulagem de altura a gás e bucha telescópica de acabamento em polietileno. Placa superior da base em chapa de aço para fixação do assento, com pintura epóxi na cor preta, e alavanca de acionamento do mecanismo deslizante de regulagem da base, com manípulo injetado em polietileno. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 39cm e assento 45cm; profundidade 47cm; Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.
Ciências Humanas I: 20	Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim, sem apoia-braços, com encosto de espaldar médio e assento unidos por meio de estrutura em aço SAE 1020 de 5/16x 63,5mm com carenagem modelada por sopro feita em PEAD, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente à manchas; espuma anatômica fabricada em poliuretano injetado, de 70mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga com conchas injetadas em polipropileno com alma interna de aço SAE 1010/20 1/2x1/8 de alta resistência e borda frontal ligeiramente curvada no assento. Carenagem para assento e



	<p>encosto injetada em polipropileno de alta resistência a impactos e material reciclável. Estrutura metálica trapezoidal tipo balancim, em tubo de aço SAE 1020 de \varnothing 1x2,25mm, com tratamento anticorrosivo e anti-ferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, e sapatas deslizantes injetadas em polietileno. Fixação do estofado à estrutura através de chapa de aço SAE 1020 estampada com 3mm de espessura soldada na estrutura com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 40cm e assento 48cm; Profundidade: 60cm. Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas I: 02	<p>Cesto para lixo Cesto para lixo, telado, material plástico, capacidade 15 litros.</p>
Ciências Humanas I: 06	<p>Estante face dupla Estante face dupla na cor verde e cinza, com base inferior fechada, totalmente confeccionada em aço SAE 008/1020, contendo: 02 (duas) laterais de sustentação confeccionadas em chapa de espessura 1,20mm, altura de 2000mm e largura de 580mm, cada lateral com 36 (trinta e seis) rasgos de 28mm de altura por 105mm de largura, permitindo encaixe das bandejas em passos de 175mm. 01 (uma) base retangular fechada confeccionada em chapa com espessura 0,90mm, com altura de 175mm; 01 (um) reforço interno em Omega soldado em toda a extensão da base, confeccionado em chapa 0,90mm; 02 (dois) anteparos laterais soldados a base e fixado nas laterais da estante através de 06 (seis) parafusos 3/8 de cada lado. 01 (uma) travessa superior horizontal (chapéu), confeccionado em chapa 0,90mm e dobrado em “U” com altura de 70mm; 02 (dois) anteparos laterais em chapa 1,50mm soldados a travessa e fixado nas laterais da estante através de 06 (seis) parafusos 3/8 de cada lado. 08 (oito) prateleiras com dimensões de 930mm de comprimento e 235mm de profundidade, confeccionadas em chapa com espessura de 0,90mm, com dobras nas laterais que permitem as mesmas a união as laterais pelo sistema de encaixe (sem parafusos). Acabamento com sistema de tratamento químico da chapa (antiferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Sem arestas cortantes e rebarbas. Dimensões: Altura: 200cm x Largura: 100cm x Profundidade: 58cm.</p>
Ciências Humanas I: 01	<p>Gaveteiro Fixo 02 gavetas Gaveteiro fixo, com 02 gavetas, medindo 400x440x257mm.</p>
Ciências Humanas I: 01	<p>Mesa oval para reunião Mesa oval para reunião, com 25mm de espessura, dimensões: (L) 2400 X (P) 1100 X (H) 740mm, na cor avelã. Tampo: confeccionado em MDP com 25mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP). Todos os bordos são encabeçados com fita de poliestireno 2,5 mm, coladas com adesivo Hot Melt. A fixação tampo/estrutura deverá ser feita através de parafusos máquina M6, fixados ao tampo por meio de buchas metálicas confeccionadas em zamak. Painéis frontais: estrutural e de privacidade confeccionado em MDP com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP), sendo todos os bordos com encabeçamento em fita tipo papel de espessura 0,3 mm, coladas com adesivo Hot Melt, fixado na base através pinos e bucha de pressão minifix. Estrutura formada por tubos, com a base superior em tubos de aço 30 x 20 mm, a base inferior em chapa de aço repuxada curva dispensando desta forma o uso de ponteiros de PVC, com espessura mínima de 1,2mm, e a coluna de sustentação central composta por um conjunto de chapas com 0,90 mm de espessura opcional, sendo as duas de saque frontal perfurada, e 2 tubos redondos</p>



	paralelos, na medida de 30 x 1,2mm, resultando em uma largura final de 150mm com dutos para passagem de fiação, sendo todo o conjunto submetido a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem – decapagem – fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200° c. e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir; Devidamente montado; Garantia mínima de 3 (três) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.
Ciências Humanas I: 01	Mesa Tampo Reto 1,20 X 0,60 X 0,73m Mesa Tampo Reto, medindo 1,20 X 0,60 X 0,73m, na cor argila e estrutura preta. Tampo: em MDP, com espessura de 25mm, densidade média de 600 kg/m ³ e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas com fita de borda em PVC com espessura de 2,5mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966. Fixação à estrutura através de parafusos rosca autocortante tipo chipboard com ø5mm. Painel frontal: em MDP, com espessura de 18mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, encabeçada na parte inferior com fita de borda 0,45mm da cor do melamínico, fixado à estrutura através de parafuso aço conformado para minifix com rosca M6, e tambor minifix de zamac altamente resistente ao torque. Calha para passagem de cabos em chapa de aço SAE 1010/20 com 0,9mm de espessura dobrada em formato U e sistema de divisão de cabos através de 3 canaletas internas em chapa de aço. Acabamento em pintura epóxi e tratamento superficial anticorrosivo com secagem em estufa, podendo ser fixado nos tampos por meio de parafusos rosca autocortante tipo chipboard. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, com coluna central em chapa de aço SAE 1020 30x200x1,2mm estampado com design diferenciado, tampa para passagem de fiação injetada em polipropileno, travessa superior em tubo de aço SAE 1020 20x30x1,2mm, travessa inferior de tubo de aço elíptico SAE 1020 20x45x1,9mm conformado com raio médio de 1100mm e profundidade de 640mm, com ponteiros de acabamento injetadas em polipropileno e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir; Devidamente montado; Garantia mínima de 3 (três) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.
Ciências Humanas I: 01	Quadro de Aviso com Feltro - 1,20 x 1,50 Quadro aviso, espessura total de 17mm, revestido de feltro acrílico na cor verde, com molduras arredondadas em alumínio anodizado fosco, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado tanto na vertical como horizontal. Devem acompanhar acessórios para instalação. Medidas: (altura x largura): 120 x 150cm.
Ciências Humanas I: 01	Quadro Branco 3,00x1,20m Quadro Branco medindo 3,00x1,20m, confeccionado em compensado multilaminado de 15 mm., revestido em fórmica branca com fundo antiumidade, moldura em alumínio e porta pincel em toda extensão. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.
Ciências Humanas I:01	Tela de projeção manual Tela de projeção 2,00X2,00m com Tecido Vinil de bordas pretas, estrutura de metal e tripe.
LABORATÓRIO CIÊNCIAS HUMANAS II	
Professor Responsável: Felipe Mattos Monteiro	



Acadêmicos por turma: 20	
Área: 38,56m ²	Localização: Bloco III
Quantidade	Descrição
Mobiliário	
Ciências Humanas II: 01	<p>Armário 2 portas alto 0,80X0,50X1,60m Armário 2 portas alto 0,80X0,50X1,60m, na cor argila, com tampo superior e fundo inteiriço, sem divisão central, com prateleiras em MDP e rodapé metálico. Tampo do armário: em MDP, com espessura de 25mm, densidade média de 600 kg/m³, e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente à abrasão, bordas retas encabeçadas com fita de borda em PVC com espessura de 2,5mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966, fixação ao corpo do armário através de sistema minifix injetado em Zamac. Corpo do armário: em MDP com 18mm de espessura, densidade média de 600 kg/m³, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente à abrasão, encabeçado com fita de borda PVC 0,45mm de espessura com alta resistência a impactos. Portas: em MDP com 18mm de espessura, densidade média de 600 kg/m³, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente à abrasão, encabeçado com fita de borda PVC 0,45mm de espessura com alta resistência a impactos, e dobradiça em aço de alta resistência, automática com tecnologia Snap-on, regulagem horizontal livre e ajuste lateral integrado, com ângulo de abertura de 110° com sistema de alojamento interno na madeira para um melhor acabamento ao móvel e para gerar maior espaço interno do mesmo, com acabamento niquelado. Sistema de travamento das portas com trinco metálico na porta esquerda, fixado através de parafusos rosca autocortante tipo chipboard para madeira, e chave para fechadura frontal com alma interna em aço de alta resistência ao toque, com capa plástica externa de proteção em polietileno injetado com sistema escamoteável para adaptar-se ao móvel caso não seja retirada, e minimizar choques acidentais ao usuário. Puxadores injetado em Zamac de formato retangular com pintura metálica na cor prata. Prateleira: em MDP com 18mm de espessura, densidade média de 600 kg/m³, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente à abrasão, encabeçado com fita de borda PVC 0,45mm de espessura com alta resistência a impactos. Rodapé: confeccionado em chapa metálica SAE 1010/20 perfilada tipo U 20x50mm com 1,5mm de espessura, com tratamento anticorrosivo, pintura epóxi e secagem em estufa e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir; Devidamente montado; Garantia mínima de 3 (três) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas II: 01	<p>Cadeira escritório giratória Cadeira escritório giratória, tipo digitador, com apoia braços em formato T, espaldar baixo, com regulagem de altura em no mínimo 6 (seis) posições com corpo injetado em polipropileno de alta resistência a impactos e a abrasão e apoia braço injetado em poliuretano com alma de aço. Acionamento da regulagem de altura através de botão de apertar, estofamento do assento e encosto sem costura e espuma anatômica em poliuretano injetado, de 60mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga, com concha interna de borda frontal ligeiramente curvada no assento, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente a manchas na cor a combinar, conchas para assento em madeira multilaminada com espessura de 12mm, de alta resistência e encosto injetada em polipropileno reciclável de alta resistência a impactos. Assento de espaldar baixo e encosto interligados por meio de mecanismo sincronizado, com regulagem vertical e angular do encosto com variação de 15° e angular do</p>



	<p>assento com variação de 10°, ajustagem e travamento por alavancas de embreagens, carenagens de acabamento injetadas em polipropileno resistente a impactos. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Base giratória, com 5 hastes equidistantes, fabricadas em tubo de aço SAE 1020 25x25x1,50mm conformadas por dobras e reforçadas com soldas para aumentar a resistência a cargas estáticas sobre o assento. Hastes revestidas por inteiro com capas injetadas em polipropileno de alta resistência a abrasão, fixação dos rodízios por meio de estampa na parte final das hastes (sistema euro). Rodízios de duplo giro de poliamida 6.0 e com carga de polipropileno com eixo central apoiado em esfera de rolamento de aço com banda de rodagem em PU. Tubo central com mecanismo de regulagem de altura a gás e bucha telescópica de acabamento em polietileno. Placa superior da base em chapa de aço para fixação do assento, com pintura epóxi na cor preta, e alavanca de acionamento do mecanismo deslizante de regulagem da base, com manípulo injetado em polietileno. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 39cm e assento 45cm; profundidade 47cm; Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas II: 16	<p>Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim, sem apoia braços, com encosto de espaldar médio e assento unidos por meio de estrutura em aço SAE 1020 de 5/16x 63,5mm com carenagem modelada por sopro feita em PEAD, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente à manchas; espuma anatômica fabricada em poliuretano injetado, de 70mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga com conchas injetadas em polipropileno com alma interna de aço SAE 1010/20 1/2x1/8 de alta resistência e borda frontal ligeiramente curvada no assento. Carenagem para assento e encosto injetada em polipropileno de alta resistência a impactos e material reciclável. Estrutura metálica trapezoidal tipo balancim, em tubo de aço SAE 1020 de \varnothing 1x2,25mm, com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta de alta resistência à abrasão e impactos, com secagem em estufa, e sapatas deslizantes injetadas em polietileno. Fixação do estofado à estrutura através de chapa de aço SAE 1020 estampada com 3mm de espessura soldada na estrutura com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 40cm e assento 48cm; Profundidade: 60cm. Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas II: 02	<p>Cesto para lixo Cesto para lixo, telado, material plástico, capacidade 15 litros.</p>
Ciências Humanas II: 04	<p>Estante face dupla Estante face dupla na cor verde e cinza, com base inferior fechada, totalmente confeccionada em aço SAE 008/1020, contendo: 02 (duas) laterais de sustentação confeccionadas em chapa de espessura 1,20mm, altura de 2000mm e largura de 580mm, cada lateral com 36 (trinta e seis) rasgos de 28mm de altura por 105mm de largura, permitindo encaixe das bandejas em passos de 175mm. 01 (uma) base retangular fechada confeccionada em chapa com espessura 0,90mm, com altura de 175mm; 01 (um) reforço interno em Omega soldado em toda a extensão da base, confeccionado em chapa 0,90mm; 02 (dois) anteparos laterais soldados a base e fixado nas laterais da estante através de 06 (seis) parafusos 3/8 de cada lado. 01 (uma) travessa superior horizontal (chapéu), confeccionado em chapa 0,90mm e dobrado em “U” com altura de</p>



	<p>70mm; 02 (dois) anteparos laterais em chapa 1,50mm soldados a travessa e fixado nas laterais da estante através de 06 (seis) parafusos 3/8 de cada lado. 08 (oito) prateleiras com dimensões de 930mm de comprimento e 235mm de profundidade, confeccionadas em chapa com espessura de 0,90mm, com dobras nas laterais que permitem as mesmas a união as laterais pelo sistema de encaixe (sem parafusos). Acabamento com sistema de tratamento químico da chapa (antiferruginoso e fosfatizante) e pintura através de sistema eletrostático a pó, com camada mínima de tinta de 70 micras. Sem arestas cortantes e rebarbas. Dimensões: Altura: 200cm x Largura: 100cm x Profundidade: 58cm.</p>
Ciências Humanas II: 01	<p>Gaveteiro Fixo 02 gavetas Gaveteiro fixo, com 02 gavetas, medindo 400x440x257mm.</p>
Ciências Humanas II: 02	<p>Mesa em L, 1,40x1,40x0,73m Mesa em L, 1,40x1,40x0,73m, na cor argila e acabamentos preto. Tampo: em L, em MDP, com espessura de 25mm, densidade média de 600 kg/m³ e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente à abrasão, bordas retas encabeçadas com fita de borda em PVC com espessura de 2,5mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966. Fixação à estrutura através de parafusos rosca autocortante tipo chipboard com ø5mm, guia passa cabos para tampo injetado em termoplástico de alta resistência a abrasão e impacto, composto por duas partes. A parte superior texturizada em formato triangular, com opção de três passagens de cabos destacáveis equidistantes 120 graus. Parte inferior em anel de encaixe com ø76 mm e três organizadores de cabos equidistantes 120 graus, cada um deles subdivididos em duas passagens de cabos. Painel frontal: em MDP, com espessura de 18mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, encabeçada na parte inferior com fita de borda 0,45mm da cor do melamínico, fixado à estrutura através de parafuso aço conformado para minifix com rosca M6, e tambor minifix de zamac altamente resistente ao torque. Calha para passagem de cabos em chapa de aço SAE 1010/20 com 0,9mm de espessura dobrada em formato U e sistema de divisão de cabos através de 3 canaletas internas em chapa de aço. Acabamento em pintura epóxi e tratamento superficial anticorrosivo com secagem em estufa, podendo ser fixado nos tampos por meio de parafusos rosca autocortante tipo chipboard. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, com coluna central em chapa de aço SAE 1020 30x200x1,2mm estampado com design diferenciado, tampa para passagem de fiação injetada em polipropileno, travessa superior em tubo de aço SAE 1020 20x30x1,2mm, travessa inferior de tubo de aço elíptico SAE 1020 20x45x1,9mm conformado com raio médio de 1100mm e profundidade de 640mm, com ponteiras de acabamento injetadas em polipropileno e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir; Devidamente montado; Garantia mínima de 3 (três) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas II: 01	<p>Mesa Tampo Reto 1,20 X 0,60 X 0,73m Mesa Tampo Reto, medindo 1,20 X 0,60 X 0,73m, na cor argila e estrutura preta. Tampo: em MDP, com espessura de 25mm, densidade média de 600 kg/m³ e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente à abrasão, bordas retas encabeçadas com fita de borda em PVC com espessura de 2,5mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966. Fixação à estrutura através de parafusos rosca autocortante tipo chipboard com ø5mm. Painel frontal: em MDP, com espessura de 18mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, encabeçada na parte inferior com fita de borda 0,45mm da cor do melamínico, fixado à estrutura através de parafuso aço conformado para minifix com rosca M6, e tambor minifix de zamac altamente</p>



	<p>resistente ao torque. Calha para passagem de cabos em chapa de aço SAE 1010/20 com 0,9mm de espessura dobrada em formato U e sistema de divisão de cabos através de 3 canaletas internas em chapa de aço. Acabamento em pintura epóxi e tratamento superficial anticorrosivo com secagem em estufa, podendo ser fixado nos tampos por meio de parafusos rosca autocortante tipo chipboard. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, com coluna central em chapa de aço SAE 1020 30x200x1,2mm estampado com design diferenciado, tampa para passagem de fiação injetada em polipropileno, travessa superior em tubo de aço SAE 1020 20x30x1,2mm, travessa inferior de tubo de aço elíptico SAE 1020 20x45x1,9mm conformado com raio médio de 1100mm e profundidade de 640mm, com ponteiros de acabamento injetadas em polipropileno e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir; Devidamente montado; Garantia mínima de 3 (três) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas II: 04	<p>Mesa Tampo Reto, medindo 1,40 X 0,60 X 0,73m Mesa Tampo Reto, medindo 1,40 X 0,60 X 0,73m. Tampo: em MDP, com espessura de 25mm, densidade média de 600 kg/m³ e revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, resistente a abrasão, bordas retas encabeçadas com fita de borda em PVC com espessura de 2,5mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário de acordo com NBR 13966. Fixação à estrutura através de parafusos rosca autocortante tipo chipboard com ø5mm. Painel frontal: em MDP, com espessura de 18mm, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces, encabeçada na parte inferior com fita de borda 0,45mm da cor do melamínico, fixado à estrutura através de parafuso aço conformado para minifix com rosca M6, e tambor minifix de zamac altamente resistente ao torque. Calha para passagem de cabos em chapa de aço SAE 1010/20 com 0,9mm de espessura dobrada em formato U e sistema de divisão de cabos através de 3 canaletas internas em chapa de aço. Acabamento em pintura epóxi e tratamento superficial anticorrosivo com secagem em estufa, podendo ser fixado nos tampos por meio de parafusos rosca autocortante tipo chipboard. Estrutura metálica com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, com coluna central em chapa de aço SAE 1020 30x200x1,2mm estampado com design diferenciado, tampa para passagem de fiação injetada em polipropileno, travessa superior em tubo de aço SAE 1020 20x30x1,2mm, travessa inferior de tubo de aço elíptico SAE 1020 20x45x1,9mm conformado com raio médio de 1100mm e profundidade de 640mm, com ponteiros de acabamento injetadas em polipropileno e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir; Devidamente montado; Garantia mínima de 3 (três) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.</p>
Ciências Humanas II: 01	<p>Quadro de Aviso com Feltro - 1,20 x 1,50 Quadro aviso, espessura total de 17mm, revestido de feltro acrílico na cor verde, com molduras arredondadas em alumínio anodizado fosco, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado tanto na vertical como horizontal. Devem acompanhar acessórios para instalação. Medidas: (altura x largura): 120 x 150cm.</p>

Laboratório de Cooperativismo

Professor Responsável: Pedro Ivan Cristoffoli



Acadêmicos por turma: 25	
Área: 62m ²	Localização: Bloco III
Quantidade	Descrição
Mobiliário	
1	Quadro de Aviso com Feltro - 1,20 x 1,50 Quadro de aviso, espessura total de 17mm, revestido de feltro acrílico na cor verde, com molduras arredondadas em alumínio anodizado fosco, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado tanto na vertical como horizontal. Devem acompanhar acessórios para instalação. Medidas: (altura x largura): 120 x 150cm.
1	Quadro Branco 3,00x1,20m Quadro Branco medindo 3,00x1,20m, confeccionado em compensado multilaminado de 15 mm., revestido em fórmica branca com fundo antiumidade, moldura em alumínio e porta pincel em toda extensão. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.
5	Armário em madeira: 2 portas de abrir. 5 prateleiras internas. Dimensões (LxPxA): 1000x500x2000 mm. Com fechadura com chave e puxador.
2	Mesa oval para reunião Mesa oval para reunião, com 25mm de espessura, dimensões: (L) 2400 X (P) 1100 X (H) 740mm, na cor avelã. Tampo: confeccionado em MDP com 25mm, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP). Todos os bordos são encabeçados com fita de poliestireno 2,5 mm, coladas com adesivo Hot Melt. A fixação tampo/estrutura deverá ser feita através de parafusos máquina M6, fixados ao tampo por meio de buchas metálicas confeccionadas em zamak. Painéis frontais: estrutural e de privacidade confeccionado em MDP com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão (BP), sendo todos os bordos com encabeçamento em fita tipo papel de espessura 0,3 mm, coladas com adesivo Hot Melt, fixado na base através pinos e bucha de pressão minifix. Estrutura formada por tubos, com a base superior em tubos de aço 30 x 20 mm, a base inferior em chapa de aço repuxada curva dispensando desta forma o uso de ponteiros de PVC, com espessura mínima de 1,2mm, e a coluna de sustentação central composta por um conjunto de chapas com 0,90 mm de espessura opcional, sendo as duas de saque frontal perfurada, e 2 tubos redondos paralelos, na medida de 30 x 1,2mm, resultando em uma largura final de 150mm com dutos para passagem de fiação, sendo todo o conjunto submetido a um pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem – decapagem – fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200° c. e sapatas reguláveis em forma octogonal com rosca M6 e injetadas em polietileno copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. Cor a definir; Devidamente montado; Garantia mínima de 3 (três) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.
10	Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim Cadeira fixa, tipo interlocutor balancim, sem apoia braços, com encosto de espaldar médio e assento unidos por meio de estrutura em aço SAE 1020 de 5/16x 63,5mm com carenagem modelada por sopro feita em PEAD, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente a manchas; espuma anatômica fabricada em poliuretano injetado, de 70mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga com conchas injetadas em polipropileno com alma interna de aço SAE 1010/20 1/2x1/8 de alta resistência e borda frontal ligeiramente curvada no assento. Carenagem para assento e encosto injetada em polipropileno de alta resistência a impactos e material reciclável. Estrutura metálica trapezoidal tipo balancim, em tubo de aço SAE 1020 de \varnothing 1x2,25mm, com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso por



	fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa, e sapatas deslizantes injetadas em polietileno. Fixação do estofado à estrutura através de chapa de aço SAE 1020 estampada com 3mm de espessura soldada na estrutura com tratamento anticorrosivo e antiferruginoso por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 40cm e assento 48cm; Profundidade: 60cm. Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.
5	Computador
1	Impressora multifuncional
1	Tela de projeção manual Tela de projeção 2,00X2,00m com Tecido Vinil de bordas pretas, estrutura de metal e tripe.
3	Cesto para lixo Cesto para lixo, telado, material plástico, capacidade 15 litros.
5	Mesa para computador (1,20 x 0,60 x 0,75 m (LxPxA) com 2 gavetas com chave), com bordas em PVC em todo o contorno, com pintura epóxi texturizada, cor cinza.
2	Arquivo de aço com quatro gavetas Arquivo de aço co, quatro gavetas com sistema deslizamento das gavetas com carrinho telescópico, com puxador formato alça, chapa em aço 26, espessura variável de 0,40 a 0,46mm, indicado para materiais leves. Capacidade por gaveta: 40Kg, Altura: 1335mm, Largura: 470mm, Profundidade: 705mm.
2	Arquivo de aço com quatro gavetas Arquivo de aço co, quatro gavetas com sistema deslizamento das gavetas com carrinho telescópico, com puxador formato alça, chapa em aço 26, espessura variável de 0,40 a 0,46mm, indicado para materiais leves. Capacidade por gaveta: 40Kg, Altura: 1335mm, Largura: 470mm, Profundidade: 705mm.
8	Cadeira escritório giratória Cadeira escritório giratória, tipo digitador, com apoia braços em formato T, espaldar baixo, com regulagem de altura em no mínimo 6 (seis) posições com corpo injetado em polipropileno de alta resistência a impactos e a abrasão e apoia braço injetado em poliuretano com alma de aço. Acionamento da regulagem de altura através de botão de apertar, estofamento do assento e encosto sem costura e espuma anatômica em poliuretano injetado, de 60mm de espessura, densidade D55, indeformável, ignífuga, com concha interna de borda frontal ligeiramente curvada no assento, estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência à tração, rasgamento, esgarçamento, solidez à luz e não reagente à manchas na cor a combinar, conchas para assento em madeira multilaminada com espessura de 12mm, de alta resistência e encosto injetada em polipropileno reciclável de alta resistência a impactos. Assento de espaldar baixo e encosto interligados por meio de mecanismo sincronizado, com regulagem vertical e angular do encosto com variação de 15° e angular do assento com variação de 10°, ajustagem e travamento por alavancas de embreagens, carenagens de acabamento injetadas em polipropileno resistente a impactos. Acabamento por trás dos encostos em polipropileno, sem qualquer aparência de parafusos ou engates. Base giratória, com 5 hastes equidistantes, fabricadas em tubo de aço SAE 1020 25x25x1,50mm conformadas por dobras e reforçadas com soldas para aumentar a resistência a cargas estáticas sobre o assento. Hastes revestidas por inteiro com capas injetadas em polipropileno de alta resistência a abrasão, fixação dos rodízios por meio de estampa na parte final das hastes (sistema euro). Rodízios de duplo giro de poliamida 6.0 e com carga de polipropileno com eixo central apoiado em esfera de rolamento de aço com banda de rodagem em PU. Tubo central com mecanismo de regulagem de



	altura a gás e bucha telescópica de acabamento em polietileno. Placa superior da base em chapa de aço para fixação do assento, com pintura epóxi na cor preta, e alavanca de acionamento do mecanismo deslizante de regulagem da base, com manípulo injetado em polietileno. Medidas mínimas: Altura do encosto: 35cm; Largura: encosto 39cm e assento 45cm; profundidade 47cm; Cor a definir; Devidamente montada; Garantia mínima de 05 (cinco) anos; Certificado emitido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) atestando conformidade com as NBR e NR 17 do Ministério do Trabalho.
1	Quadro branco Confeccionado em Laminado Melamínico – Branco Brilhante – molduras arredondadas em alumínio anodizado fosco; suporte para apagador removível, arredondado e deslizante com 40 cm, sistema de fixação invisível. Dimensões: 1,80 x 1,00 m (LxA).



Descrição de materiais do “Laboratório de Ciências Econômicas” do curso de graduação em Ciências Econômicas

LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	
Professor Responsável: Paulo Alexandre Nunes	
Acadêmicos por turma: 20	
Área: Economia – Ciências Sociais Aplicadas	Localização: <i>Campus</i> Laranjeiras do Sul
Quantidade	Descrição
01	Sala de aula
01	Quadro Branco
01	Quadro de avisos
20	Escrivaninhas
20	Cadeiras de escritório
20	Computadores Desktop
01	Notebook
01	Impressora a laser colorida
01	Impressora a laser preto e branco
01	Impressora multifuncional com scanner, copiadora e fax
02	Data Show
01	Ar condicionado
01	Software STATA (disciplina de Econometria)
01	Software STATISTICA (disciplina de Estatística econômica e introdução à econometria)
01	Software MATLAB (disciplina Matemática instrumental e Métodos Quantitativos em Economia)
43	Cadeiras
08	Mesas/estações de trabalho, com capacidade para 04 pessoas cada
01	Mesa de reunião para 10 pessoas
01	Mesa em ‘L’
08	Microcomputadores ou notebooks para cada estação de trabalho
02	Softwares
01	Software Sphinx

14.3 Demais itens

O Curso de Ciências Econômicas, linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo, prevê a criação de uma infraestrutura que atenda perfeitamente as necessidades do seu corpo docente e discente. A previsão de infraestrutura para o funcionamento do Curso nos próximos anos é a seguinte:



- I. Salas de aula: o Curso prevê a necessidade de nove salas de aula. As salas devem possuir um número de sessenta lugares para acomodar os discentes. As salas devem conter os materiais necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Dentre elas destaca-se: quadro branco e pincel, data show, entre outros.
- I. Laboratórios: trata-se de espaços destinados ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas no Curso. Os laboratórios deverão contar com uma infraestrutura que atenda às necessidades dos professores e acadêmicos que, constantemente, irão reunir-se no local para desenvolver as mais diversas atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e a extensão.
- II. Sala da Coordenação: A sala da Coordenação deve contar com espaço físico adequado ao atendimento dos acadêmicos e professores da instituição. Deve possuir computador, impressora, mesa de atendimento, três cadeiras, armário, ar-condicionado, telefone e materiais de consumo diário (caneta, lápis, folhas de ofício, etc). Além disso, a sala deve ter espaço suficiente para realização de reuniões com os professores, com uma mesa de reuniões e cadeiras.
- III. Laboratório de Informática: O laboratório de informática utilizado pelo Curso deve possuir espaço físico e recursos materiais suficientes ao atendimento dos acadêmicos, sendo de livre acesso aos docentes e discentes, desde que respeitados os dias em que são agendadas aulas no local. Prevê-se a disponibilidade de cinquenta lugares com equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.



15 ANEXOS

ANEXO I – EQUIVALÊNCIAS ENTRE COMPONENTES CURRICULARES DO PPC PROPOSTO E DO ANTERIOR

ANEXO II – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES – ACC DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANEXO III – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DOS COMPONENTES CURRICULARES DE MONOGRAFIA I E II

ANEXO IV – PERIÓDICOS



ANEXO I – EQUIVALÊNCIAS ENTRE COMPONENTES CURRICULARES DO PPC PROPOSTO E DO ANTERIOR

Fase	CCRS DO PPC A PARTIR DE 2015						CCR DO PPC ATÉ 2014			
	Nº Ordem	Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas	Requisitos Pré-	Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
1ª	01	GCH29 2	História da fronteira Sul	04	60		GCH029	História da Fronteira Sul	4	60
	02	GCS372	Introdução à ciência política	04	60		GCH012	Fundamentos da Crítica Social	4	60
	03	GCS373	Fundamentos da teoria econômica	04	60					
	04	GLA10 4	Produção textual acadêmica	04	60		GLA004	Leitura e Produção Textual II	4	60
	05	GEX21 2	Matemática B	04	60		GEX001	Matemática Instrumental	4	60
2ª	06	GCS376	Cálculo e economia quantitativa	04	60	05				
	07	GCS377	Microeconomia I	04	60		GCS125	Microeconomia I	4	60
	08	GCH29 0	Iniciação à prática científica	04	60		GCH008	Iniciação à Prática Científica	4	60
	09	GCS378	História econômica geral	04	60		GCS135	História Econômica Geral	4	60
	10	GCS239	Direitos e cidadania	04	60		GCS010	Direitos e Cidadania	4	60
3ª	11	GEX21 0	Estatística básica	04	60		GEX006	Estatística Básica	4	60
	12	GCS379	Microeconomia II	04	60	07	GCS134	Microeconomia II	4	60
	13	GCS380	Gestão estratégica	04	60		GCS105	Gestão Estratégica	4	60
	14	GCS381	História do pensamento econômico	04	60					
	15	GCS382	Contabilidade social	04	60					
4ª	16	GEX13 6	Estatística econômica e introdução à econometria	04	60	11	GEX136	Estatística Econômica e Introdução à Econometria	4	60
	17	GCS383	Funções administrativas	02	30		GCS227	Introdução à Administração	4	60
	18	GCS384	Contabilidade introdutória	04	60		GCS222	Contabilidade Introdutória	4	60
	19	GCH29 1	Introdução ao pensamento social	04	60		GCH011	Introdução ao Pensamento Social	4	60
	20	GCS385	Economia política	02	30		GCS131	Economia Política	4	60
5ª	21	GCS386	Macroeconomia I	04	60	15	GEX126	Macroeconomia I	4	60
	22	GCS387	Evolução do pensamento marxista	02	30					
	23	GCS388	Contabilidade cooperativa	02	30		GCS223	Contabilidade Rural e Cooperativa	4	60
	24	GCS389	Econometria	04	60	16	GEX137	Econometria	4	60
	25	GCS390	Macroeconomia II	04	60	21	GCS136	Macroeconomia II	4	60
	26	GCS391	Matemática financeira	04	60		GEX199	Matemática financeira	4	60
	27	GCS392	Formação econômica do Brasil	04	60		GCS133 GCH285	Formação Econômica do Brasil + História da Agricultura	2+2	30+30
6ª	28		Optativa I	02	30			Optativa I		
	29	GCS394	Economia e política monetária	04	60		GCS137	Economia e Política Monetária	4	60
	30	GCS395	Finanças empresariais	04	60		GCS067	Administração Financeira	4	60



CCRS DO PPC A PARTIR DE 2015							CCR DO PPC ATÉ 2014			
	31	GCS396	Economia brasileira contemporânea	04	60	27	GCS127	Economia Brasileira Contemporânea	4	60
	32	GCS073	Teoria cooperativista	04	60		GCS073	Teoria cooperativista I	4	60
	33	GCA440	Agroecologia	02	30					
7ª	34	GCS397	Economia Internacional	04	60		GCS138	Economia Internacional	4	60
	35	GCS398	Planejamento econômico e políticas públicas	04	60					
	36	GCS399	Gestão mercadológica	04	60		GCS102	Pesquisa Mercadológica e Desenvolvimento de Produtos	4	60
	37	GCS130	Economia da cooperação	04	60		GCS130	Economia da cooperação	4	60
	38	GCS056	Administração e análise de projetos	04	60		GCS056	Administração e Análise de Projetos	4	60
8ª	39	GCS400	Finanças públicas e orçamento público	04	60					
	40	GCS393	Economia e meio ambiente	02	30		GCS011	Meio Ambiente Economia e Sociedade	4	60
	41	GCS402	Desenvolvimento socioeconômico	04	60		GCS132	Desenvolvimento Socioeconômico	4	60
	42	GCS403	Empreendedorismo e inovação	04	60					
	43	GCS158	Técnicas de pesquisa em economia	04	60		GCS158	Técnicas de Pesquisa em Economia	4	60
	44		Optativa II	02	30			Optativa II		30
9ª	45	GCS404	Economia e política agrícola	02	30		GCS160	Economia Agrícola	2	30
	46	GCS085	Responsabilidade socioambiental	02	30		GCS085	Responsabilidade Socioambiental	2	30
	47	GCS405	Planejamento do desenvolvimento regional	04	60					
	48		Optativa III	04	60			Optativa III	04	60
	49	GCS401	Autogestão e processos participativos	02	30					
	50	GCS406	Microeconomia III	04	60	12				
51	GCS407	Monografia I	08	120	12, 24, 25, 31, 43					
10ª	52	GCS408	Macroeconomia III	04	60	25				
	53	GCS409	Desenvolvimento rural	04	60					
	54	GCS429	Organização de cadeias agroindustriais	04	60		GCS250	Organização de cadeias agroindustriais	2	30
	55	GCS151	Monografia II	08	120	51				



ANEXO II
REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES
DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I

Art. 1º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do acadêmico, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, como a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Art. 2º As Atividades Curriculares Complementares (ACC) do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas são atividades acadêmicas obrigatórias e serão realizadas ao longo do curso, compreendendo o total de 10 créditos (150 horas), integralizados em atividades de ensino; pesquisa; extensão; eventos e outras.

Art. 3º As Atividades Complementares possibilitam o aproveitamento acadêmico de conhecimentos adquiridos pelo acadêmico em atividades de interesse para sua formação profissional e pessoal. Elas são um importante instrumento de enriquecimento do perfil do egresso.

§1º É obrigatório que o acadêmico realize suas ACCs distribuídas em, no mínimo, duas das seguintes modalidades: Ensino; Pesquisa; Extensão; ou Cultura.

§2º Uma única atividade não poderá ser utilizada para validação superior a 50% das horas totais de ACCs previstas no curso.

§3º Componentes curriculares e trabalhos de curso – enquanto elementos componentes da matriz curricular (grade) do curso, de cumprimento obrigatório para os alunos – não podem ser considerados como Atividades Complementares.

§4º As Atividades Complementares devem estar relacionadas a conteúdos que estejam de acordo com o projeto pedagógico do curso.

Art. 4º As atividades passíveis de serem validadas como Atividades Complementares estão agrupadas em seis categorias:

I – Ensino, com carga horária máxima de 100 horas;



- II – Pesquisa, com carga horária máxima de 100 horas;
- III – Extensão, com carga horária máxima de 100 horas;
- IV – Cultura, com carga horária máxima de 100 horas;
- V – Eventos, com carga horária máxima de 50 horas;
- VI – Outras, com carga horária máxima de 50 horas.

Art. 5º São consideradas modalidades de Atividades Curriculares Complementares de Ensino:

- I – Monitoria;
- II – Visita monitorada;
- III – Disciplina extracurricular cursada;
- IV – Participação, como ouvinte, em defesas de TCC, Monografias, Dissertações e Teses relacionadas ao curso ou área.

Art. 6º São consideradas atividades complementares de Pesquisa:

- I – Participação em projetos de pesquisa;
- II – Autoria ou coautoria de publicações científicas na área ou em áreas afins;
- III – Apresentação de trabalhos em eventos de pesquisa na área do curso ou de áreas afins;

Art. 7º São consideradas atividades complementares de Extensão:

- I – Participação em projetos e programas de extensão;
- II – Autoria ou coautoria de publicações na área ou em áreas afins;
- III – Apresentação de trabalhos em eventos diversos de extensão na área do curso ou de áreas afins;
- IV – Participação em cursos relacionados à área.

Art. 8º São consideradas atividades complementares culturais:

- I – Participação de forma voluntária ou na condição de bolsista em projetos culturais existentes na UFFS;
- II – Participação em grupos de organização de eventos da UFFS – *Campus Laranjeiras do Sul* – PR.

Art. 9º São consideradas atividades complementares em eventos:

- I – Participação em eventos internos;
- II – Organização de eventos internos;
- III – Participação em eventos externos;



IV – Organização de eventos externos.

Art. 10 São consideradas atividades complementares em outros:

I – Representação estudantil;

II – Estágios.

Parágrafo único: A distribuição da pontuação máxima por Categorias e Modalidades das Atividades Complementares estão disponíveis no Quadro I.

Quadro I – Categorias e Modalidades de Atividades Complementares, pontuação máxima por modalidade e formas de comprovação.

Categoria	Modalidade	Descrição	Pontuação limite	Comprovação
Ensino	Monitoria	Participação como monitor em projeto de monitoria junto à disciplina do curso	50 pontos por monitoria, com limite de 100 pontos na modalidade.	Certificado ou declaração emitidos pela Universidade
Ensino	Visita Monitorada	Participação em visita técnica monitorada por docente ou técnico da Universidade	Até 5 pontos por visita, com limite de 30 pontos na modalidade.	Declaração do docente ou técnico responsável pela visita técnica e/ou da organização visitada.
Ensino	Disciplina Cursada	Aprovação em disciplina oferecida pela Universidade como enriquecimento curricular ou outra Instituição de Ensino Superior, desde que o conteúdo esteja relacionado com o Projeto Pedagógico do Curso e que não faça parte do currículo obrigatório do Curso.	1 (um) ponto para cada hora de duração da disciplina cursada, com limite de 30 pontos por disciplina, com limite de 60 pontos na modalidade.	Histórico Escolar com aprovação na disciplina.
Ensino	Participação em cursos, oficinas, workshops e palestras	Realização de cursos de idioma, ferramentas de informática, cursos presenciais ou a distância, participação em oficinas, workshops e palestras.	1 ponto para cada hora de duração da atividade, com limite de 15 pontos por atividade, e limite de 45 pontos na modalidade.	Certificação de conclusão ou declaração da atividade emitida pela instituição promotora.
Ensino	Participação, como ouvinte, em bancas de trabalhos de conclusão de	Participação, como ouvinte, em defesas de TCC, monografias, dissertações e teses relacionadas ao curso ou área.	1 ponto por defesa.	Certificado emitido pela Universidade ou lista de presença assinada pelo presidente da banca



	curso.			
Pesquisa	Participação em projetos de pesquisa	Participação como bolsista ou voluntário em projetos de pesquisa	Até 50 pontos por projeto.	Certificado emitido pela Universidade ou declaração do coordenador do projeto
Pesquisa	Autoria e coautoria de publicações na área ou em áreas afins	Publicação em periódico de pesquisa com classificação Qualis	50 pontos por trabalho	Cópia impressa e digital da publicação ou a cópia do aceite do periódico.
Pesquisa	Autoria e coautoria de publicações na área ou em áreas afins	Publicação em periódico sem pontuação Qualis, com ISSN/ISBN	20 pontos por trabalho	Cópia impressa e digital da publicação ou a cópia do aceite do periódico.
Pesquisa	Autoria e coautoria de publicações na área ou em áreas afins	Publicação de Resumos Expandidos	10 pontos por trabalho, com limite de 50 pontos.	Cópia impressa e digital da publicação, ou a cópia do aceite do periódico/evento.
Pesquisa	Autoria e coautoria de publicações na área ou em áreas afins	Publicação de resumos	5 pontos por trabalho, com limite de 30 pontos.	Cópia impressa e digital da publicação ou a cópia do aceite do periódico/evento.
Extensão	Participação em projetos e programas de Extensão	Participação como bolsista ou voluntário em projetos e programas de extensão.	Até 50 pontos por projeto/programa.	Certificado emitido pela instituição ou declaração do coordenador do projeto
Extensão	Autoria e coautoria de publicações na área ou em áreas afins	Publicação em periódico com classificação Qualis	50 pontos por trabalho.	Cópia impressa e digital da publicação e/ou do aceite do periódico.



Extensão	Autoria e coautoria de publicações na área ou em áreas afins	Publicação em periódico sem pontuação Qualis, com ISSN/ISBN	20 pontos por trabalho, com limite de 60 pontos na modalidade.	Cópia impressa e digital da publicação e/ou do aceite do periódico
Extensão	Autoria e coautoria de publicações na área ou em áreas afins	Publicação de Resumos Expandidos	10 pontos por trabalho, com limite de 50 pontos na modalidade.	Cópia impressa e digital da publicação e/ou do aceite da organização.
Extensão	Autoria e coautoria de publicações na área ou em áreas afins	Publicação de resumos	5 pontos por trabalho, com limite de 30 pontos na modalidade.	Cópia impressa e digital da publicação e/ou do aceite da organização
Extensão	Apresentação de trabalhos em eventos	Trabalho apresentado em eventos de caráter extensionista	Até 20 pontos por trabalho, com limite de 60 pontos na modalidade.	Comprovante de apresentação emitido pela organização do evento.
Extensão	Realização de palestra, oficina ou curso	Ministração de palestra, oficina ou curso em projetos/ações de extensão.	Até 10 pontos por evento, com limite de 40 pontos na modalidade.	Certificado ou declaração de coordenador do projeto
Cultura	Participação de forma voluntária ou na condição de bolsista em projetos culturais existentes na UFFS.	* Participação em projetos aprovados em editais internos, externos e de demanda espontânea na área de cultura da UFFS; * Ministração de cursos e/ou oficinas vinculados à Cultura na UFFS	2 pontos para cada hora dedicada a um projeto cultural ou no oferecimento de oficinas e/ou cursos vinculados à Cultura na UFFS, com limite de 50 pontos.	Certificado emitido pela Universidade
Cultura	Participação em grupos de organização de eventos da UFFS – <i>campus</i> Laranjeiras do Sul – PR.	*Participação em grupos de organização de eventos da UFFS – <i>campus</i> Laranjeiras do Sul-PR; *Apoio na elaboração de materiais de divulgação de eventos e/ou projetos da UFFS na área de Cultura.	2 pontos para cada hora dedicada à participação em grupos de organização de eventos ou no apoio na elaboração de materiais de divulgação de eventos e/ou projetos da UFFS na área de Cultura, com limite de 50 pontos.	Certificado ou declaração emitido pela Universidade
Eventos	Participação em eventos	Participação como ouvinte em eventos internos.	Até 10 pontos por evento, com limite de 30 pontos na modalidade.	Comprovante de participação emitido pela organização do evento
Eventos	Participação em eventos	Participação como ouvinte em eventos externos.	Até 20 pontos por evento, com limite de 40 pontos na modalidade.	Comprovante de participação emitido pela organização do evento



Eventos	Organização de eventos	Participação em equipe organizadora de eventos internos.	Até 10 pontos por evento, com limite de 30 pontos na modalidade.	Declaração de coordenador do evento
Eventos	Organização de eventos	Participação em equipe organizadora de eventos externos.	Até 20 pontos por evento, com limite de 40 pontos na modalidade.	Declaração de coordenador do evento
Outros	Representação Estudantil	Participação em comissões de representação discente, tais como: D.C.E., C.A., representante de turma, CONSUNI, Conselho de <i>Campus</i> , entre outros	Até 30 pontos por mandato, com limite de 50 pontos na modalidade.	Portaria, declaração, ata de constituição.
Outros	Realização de estágios	Realização de estágios não obrigatórios na área do curso	Até 30 pontos por semestre de estágio, com limite de 50 pontos na modalidade.	Contrato de estágio e relatório de avaliação.



SEÇÃO II

DOS PROCEDIMENTOS PARA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 11 Todas as Atividades Complementares desenvolvidas pelos discentes necessitam ser validadas por uma comissão constituída por 3 professores designada pelo Coordenador (a) do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Laranjeiras do Sul.

Art. 12 Para validar as Atividades Curriculares Complementares o estudante deverá apresentar pedido acompanhado dos respectivos comprovantes das atividades desenvolvidas de acordo com o prazo definido em Calendário Acadêmico, junto à Secretaria Acadêmica do *Campus*.

§1º Os comprovantes a que se refere o artigo dizem respeito a certificados ou declarações e, no caso de publicações científicas, a cópia das mesmas.

§2º Uma vez validada a atividade, será atribuída uma pontuação correspondente. Essa pontuação será convertida em horas, na proporção de 1 (um) ponto para cada 1 (uma) hora, para efeito de integralização com componente curricular denominado Atividades Curriculares Complementares.

SEÇÃO III

DOS OBJETIVOS DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art. 13 As Atividades Complementares do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas tem por objetivos: flexibilizar a matriz curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas; enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional; propiciar ao discente reais possibilidades de aprofundamento temático e interdisciplinar durante sua formação acadêmica; fomentar a iniciação à pesquisa e a inserção na extensão; desenvolver no discente o senso de autonomia na busca do saber.



- I. Aproveitar os conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos
- II. Valorizar a experiência extraclasse, visando o aprofundamento temático e interdisciplinar durante a formação acadêmica.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pelo Colegiado de Curso.

Art. 15 Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Chapecó (SC), abril de 2014.



ANEXO III
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS DOS COMPONENTES
CURRICULARES DE MONOGRAFIA I E II

CAPÍTULO I
DA MONOGRAFIA I

Art. 1º O Componente Curricular de Monografia I tem como objetivo orientar o acadêmico para a elaboração do projeto de pesquisa, o qual orientará seu trabalho de conclusão, a saber, a monografia, incluindo o capítulo referente ao referencial teórico.

Art. 2º São pré-requisitos para cursar o Componente Curricular de Monografia I:

- I. Aprovação nos componentes curriculares: Microeconomia II (12); Econometria (24); Macroeconomia II (25); Economia Brasileira Contemporânea (31); Técnicas de Pesquisa em Economia (43).

Parágrafo único: O Colegiado de Curso pode autorizar a quebra de pré-requisitos em caso excepcional, conforme critérios e prazos estabelecidos em regulamentação específica. Os pedidos sobre liberação de pré-requisitos analisados e as decisões favoráveis ou contrárias à liberação de pré-requisitos serão lavradas em ata durante as reuniões de Colegiado, não cabendo recurso.

Art. 3º Serão destinadas cento e vinte horas (8 créditos) à preparação metodológica, fundamentação teórica, estudos preliminares, elaboração e apresentação do projeto de Monografia I.

Art. 4º A orientação do projeto de monografia I será realizada, preferencialmente, por professor que ministre componentes curriculares no Curso de Ciências Econômicas. Caberá ao professor indicado aceitar ou não a realização da orientação de Monografia I.

Art. 5º A orientação das monografias I e II estará a cargo do mesmo professor. **Parágrafo único:** a substituição de orientadores no decorrer dos componentes curriculares de Monografia I e II poderá ocorrer quando se fizer necessário.

Art. 6º A avaliação da Monografia I será assim composta:

- I. Através do acompanhamento do professor orientador em relação ao desempenho do acadêmico ao longo do semestre, em que o acadêmico está regularmente matriculado no Componente Curricular de Monografia I.



§ 1º Na ficha de acompanhamento constará a presença nos encontros destinados à Orientação. O orientador avaliará a originalidade diante da proposta de estudo, forma escrita e cumprimento das normas técnicas para trabalhos acadêmicos, cumprimento dos objetivos propostos e composição metodológica e respeito aos prazos estabelecidos pela Coordenação de Monografia.

§ 2º As datas e os horários das orientações serão estabelecidos pelo acadêmico e seu orientador, respeitando o calendário acadêmico no semestre letivo em que o Componente Curricular estiver sendo ofertado. São consideradas orientações contatos presenciais ou via eletrônica, desde que constantes na ficha de acompanhamentos.

§ 3º Com base nos instrumentos e critérios acima será atribuída, pelo orientador, uma nota avaliativa.

II – Após cumprir a primeira etapa do processo avaliativo (descrita no inciso I), estará o acadêmico habilitado a participar da segunda etapa do processo de avaliação, denominada como qualificação.

§ 1º A qualificação tem por objetivo retratar o desempenho do acadêmico no Componente Curricular de Monografia I perante uma banca de avaliação composta por professores do Curso de Ciências Econômicas ou de outros cursos da Universidade.

§ 2º O objetivo da qualificação é discutir a respeito da continuidade ou não do projeto de pesquisa, propor aconselhamentos quanto ao andamento e conclusão do projeto, que terá sua continuidade no Componente Curricular de Monografia II.

§ 3º A banca atribuirá uma nota avaliativa referente ao conteúdo e apresentação na qualificação.

III – O resultado final será a média das notas atribuídas pelo orientador e pela banca de qualificação, devendo ser lançado no diário de classe.

IV – A estrutura do trabalho produzido no Componente Curricular de Monografia I deverá conter as seguintes informações:

- a) Título da Monografia;
- b) Introdução (contextualização);
- c) Tema, problema e hipótese(s);
- d) Objetivos;
- e) Justificativa;
- f) Metodologia (tipo de pesquisa, universo, amostra, unidade de estudo,



coleta/instrumentos de pesquisa e tratamento de dados);

- g) Fundamentação teórica;
- h) Referências bibliográficas;
- i) Cronograma de execução.

§ 1º Em relação às normas da Monografia I deverão ser atendidas as diretrizes da Universidade Federal da Fronteira Sul.

§ 2º Aos instrumentos de avaliação são atribuídas notas, expressas em grau numérico de zero (0,0) até dez (10,0), com uma casa decimal e consistirão da média aritmética simples das notas arbitradas pelos membros da Banca Examinadora (conforme instrumento anexo a este regulamento). Será considerado aprovado o acadêmico que obtiver média superior ou igual a 6,00 (seis), com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

§ 3º A avaliação da banca será composta dos seguintes instrumentos e pesos: Introdução/contextualização: (1 ponto); Tema, problema e Objetivos: (2,00 pontos); Fundamentação Teórica (3,00 pontos); Metodologia (3,00 pontos) e Referências (1,0 ponto).

CAPÍTULO II DA MONOGRAFIA II

Art. 7º O Componente Curricular de Monografia II tem como objetivo orientar o acadêmico para a elaboração de sua monografia.

Art. 8º São pré-requisitos para cursar o Componente Curricular de monografia II: I – Aprovação no Componente Curricular de Monografia I (CCR 53).

Art. 9º Serão destinadas 120 horas (8 créditos) para conclusão e apresentação da Monografia em versão escrita e definitiva.

Art. 10 O acompanhamento, tanto do desempenho acadêmico quanto do cumprimento dos créditos de monografia II, estará a cargo do professor orientador.

Art. 11 A avaliação do componente curricular Monografia II será feita com base nos seguintes instrumentos e pesos:

I - Apresentação

- Exposição do conteúdo (domínio, articulação, comunicação) = 2,0 (pontos).

II - Trabalho Escrito



- Relevância da temática quanto à proposta do PPC do curso 0 a 0,5 ponto;
- Introdução 0 a 1,0 ponto;
- Metodologia de 0 a 1,5 pontos;
- Fundamentação Teórica (articulação do conteúdo dos capítulos) 0 a 2,0 ponto;
- Resultados da pesquisa 0 a 2,0 pontos;
- Conclusão 0 a 0,5 ponto;
- Citações bibliográficas contida na monografia devidamente articulada com a bibliografia geral 0 a 0,5 ponto;

III – A nota final do Componente Curricular Monografia II será obtida através da soma dos resultados da apresentação e do trabalho escrito (conforme instrumento anexo).

Parágrafo único: A nota de Monografia II, à exceção dos outros componentes curriculares da grade curricular de Ciências Econômicas, será determinada no final do semestre, com a defesa do trabalho de final de curso.

IV – Ainda em relação ao processo de avaliação, será considerado "REPROVADO", por FREQUÊNCIA, o acadêmico que estiver regularmente matriculado em Monografia II e não comprovar presença em 75% dos encontros destinados ao cumprimento dos créditos nesse Componente Curricular.

V – O acadêmico que não entregar as versões escritas definitivas da Monografia II no prazo definido pela Coordenação de Monografia estará reprovado. Também estará reprovado o acadêmico que não se apresentar na data e no local definidos para apresentação oral da Monografia II, salvo justificativa legal

Art. 12 A apresentação oral da Monografia II será realizada em sessão pública, em data e local determinados pela coordenação de Monografia.

§ 1º A banca poderá ser constituída pelos mesmos integrantes da banca de qualificação (Monografia I), havendo ainda a possibilidade de substituições, mediante determinação da Coordenação de Monografias.

CAPÍTULO III DO ACADÊMICO

Art. 13 Compete ao acadêmico matricular-se nos Componentes Curriculares de Monografia I e II.

Art. 14 São direitos e deveres do acadêmico:



Assistir às aulas, participar dos estudos dirigidos e seminários e receber orientação semanal para a realização dos trabalhos intermediários, sujeito às normas de frequência obrigatórias.

Indicar o professor para orientação da elaboração da monografia.

Elaborar seu Projeto de Monografia com devida orientação de professor que, preferencialmente, ministre aulas no Curso de Ciências Econômicas.

Elaborar e entregar os trabalhos intermediários nos prazos determinados pelo professor orientador.

Elaborar as monografias I e II e encaminhá-las à Coordenação de Monografia, observando prazos e normas de apresentação formal, estabelecidos anteriormente.

Representar formalmente junto à Coordenação de Monografia contra negligência ou imprudência do professor orientador podendo, inclusive, requerer sua substituição, desde que justificada.

Representar junto ao Colegiado de Curso contra negligência ou imprudência da Coordenação de Monografia.

Apresentar as monografias I e II na data e local estabelecidos pela Coordenação de Monografia.

Após aprovada a Monografia II a mesma deverá ser entregue em versão definitiva, conforme as exigências de alterações da Banca Examinadora.

Após aprovada a Monografia II e atendidas as recomendações sugeridas pela banca examinadora, o acadêmico deverá entregar, até o último dia do componente curricular uma versão digital, salva em PDF, em CD-ROM à Coordenação de Monografias. A estrutura desta versão deverá atender ao manual de trabalhos acadêmicos⁶ da Universidade Federal da Fronteira Sul, acompanhado do Termo de Cessão de Direitos Autorais, em conformidade com as normativas da Biblioteca.

Caso não seja entregue no prazo estabelecido a nota não será lançada no sistema o que acarretará na reprovação do acadêmico.

CAPÍTULO IV

DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 15 A orientação de Monografia será, preferencialmente, de competência dos professores que ministram CCRs no curso de Ciências Econômicas.

⁶ Disponível em: <<http://eventos.uffs.edu.br/public/site/manual2.pdf>>.



Art. 16 A carga horária semanal destinada à orientação direta em Monografia I e em Monografia II será de 1 (uma) hora-aula, de orientação, para cada acadêmico orientado.

Art. 17 O professor poderá orientar no máximo quatro acadêmicos em Monografia I e quatro acadêmicos em Monografia II.

Parágrafo único: excepcionalmente o professor, desde que seja de seu interesse, poderá orientar mais que quatro acadêmicos, desde que autorizado pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

Art. 18 São atribuições do professor orientador:

- I. Orientar o acadêmico na elaboração do Projeto de Monografia.
- II. Avaliar o Projeto de Monografia I de seus orientandos e atribuir uma nota.
- III. Dedicar, a cada acadêmico, 1 (uma) hora de orientação por semana.
- IV. Definir, receber e avaliar as atividades desenvolvidas pelos acadêmicos ao longo do Componente Curricular de Monografia II.
- V. Compor e presidir a Banca Examinadora na avaliação final de Monografia I e II.
- VI. Colaborar com a Coordenação de Monografia nas tarefas de análise, avaliação e planejamento das atividades didático-pedagógicas.
- VII. Registrar, nas fichas de acompanhamento, fornecidas pela Coordenação de Monografia, o desempenho de cada acadêmico, para fins de frequência e avaliação em Monografia I e II

Parágrafo Único: A ficha de acompanhamento compreende datas, objetivos do encontro, avaliação do trabalho até o presente momento, entre outros, além de registrar a ciência do acadêmico quanto às atividades desempenhadas ao longo do semestre. Em anexo segue modelo das fichas de acompanhamento das Monografias I e II

VIII. É dever do orientador verificar o cumprimento das alterações sugeridas pela banca, obedecendo o prazo de encerramento do componente curricular.

CAPÍTULO V DA BANCA EXAMINADORA

Art.19 A Banca Examinadora será formalizada pela Coordenação de Monografia, sendo constituída por 3 (três) membros, nesta forma:



DCCCXLIII. Professor orientador, que será seu presidente.

DCCCXLIV. Dois outros membros, professores universitários, um dos quais professor do Curso de Ciências Econômicas da UFFS, podendo, inclusive, ter feito parte da avaliação da qualificação em Monografia I, com titulação mínima de Mestre.

Art. 20 Compete à Banca Examinadora:

Avaliar a versão definitiva escrita das Monografias I e II e sua apresentação oral, em sessão pública, lavrando o laudo de julgamento em ata.

A nota do trabalho escrito deverá estar avaliada antes da apresentação escrita do acadêmico, restando apenas para o momento da banca a nota da apresentação oral.

Enviar, através de seu presidente, a ata à Coordenação de Monografia.

A nota da avaliação não deverá ser divulgada ao acadêmico ao final da banca. O acadêmico somente terá acesso à nota após o lançamento.

CAPÍTULO VI

DA COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA

Art. 21 A Coordenação de Monografia será realizada por docente indicado pelo Colegiado de Ciências Econômicas.

Art. 22 Às atividades realizadas pela Coordenação de Monografia I serão atribuídos 8 créditos. E à Monografia II serão atribuídos 8 créditos.

Art. 23 Compete à Coordenação de Monografia

- I. Programar e coordenar as atividades monográficas buscando otimizar a relação dos acadêmicos com seus orientadores.
- II. Elaborar e submeter à aprovação do Colegiado de Ciências Econômicas as diretrizes estabelecidas para o trabalho de monografia.
- III. Definir e fazer cumprir os prazos para entrega do projeto de monografia, das versões definitivas em CD-ROM, atendendo ao que prevê o Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul, acompanhado do Termo de Cessão de Direitos Autorais, em conformidade com as normativas da Biblioteca.
- IV. Estabelecer as normas de apresentação formal da Monografia em versão escrita definitiva.
- V. Administrar a indicação dos professores orientadores, levando em conta a



- preferência dos acadêmicos e a disponibilidade de docentes.
- VI. Editar a composição das Bancas Examinadoras e marcar datas e locais de apresentação e defesa oral.
- VII. Receber as atas das monografias e encaminhá-las à instância competente para registro acadêmico.
- VIII. Receber e julgar representação dos acadêmicos contra professores orientadores.
- IX. Ministras aulas, conduzir estudos dirigidos e seminários de preparação metodológica.
- X. Organizar arquivo com as monografias aprovadas e encaminhar cópia à Biblioteca Central, obedecendo os critérios de avaliação anteriormente citados.
- XI. Resolver, em conjunto com o Colegiado de Ciências Econômicas, os casos omissos deste Regimento.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24 Os casos omissos neste Regulamento de Monografia serão discutidos e deliberados pelo Colegiado de Ciências Econômicas.

Art. 25 O presente regulamento passa a vigorar após sua aprovação pelo Conselho Universitário da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Laranjeiras do Sul, abril de 2014.

ANEXO IV

PERIÓDICOS (ASSINATURA)

- Revista Paranaense de Desenvolvimento (impressa) – IPARDES - revista@ipardes.pr.gov.br
- Revista de Desenvolvimento Econômico (impressa) – UNIFACS – Contato: dantasle@uol.com.br
- Perspectiva Econômica (impressa) – UNISINOS – Contato: altatsch@unisinovs.br
- Economia Aplicada (impressa) – FEA – RP/USP – Contato: revecap@usp.br
- Informe GEPEC (impressa) – UNIOESTE – Contato: revista.gepec@unioeste.br
- Revista Conjuntura Econômica (impressa) – FGV – Assinatura: http://www.fgv.br/conjuntura_economica/cecon/assinatura/wel426.asp?rev=ce
- Economia (impressa) – ANPEC Contato: <http://www.anpec.org.br/revista/index.htm>
- Economia e sociedade (impressa) – UNICAMP – Contato: public@eco.unicamp.br



- Estudos Econômicos (impressa) – USP - FIPE - Departamento de Publicações Av. Prof. Luciano Gualberto 908 - FEA II Cidade Universitária - São Paulo - SP - Brasil CEP 05508-010 Fone: (11) 3091-6073.
- Pesquisa e Planejamento Econômico (impressa) – IPEA Contato: PPE@IPEA.GOV.BR
- Revista Brasileira de Economia (impressa) – FGV Assinatura: <http://www.editora.fgv.br/?sub=conteudo&grupo=revistas>
- Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (impressa) – ABER Contato: magalhs@gmail.com
- <http://www.revistaaber.com.br/index.php/aber/about/contact>
- Revista Brasileira de Econometria (impressa) – SBE Contato: sbe@fgv.br
- <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/about/contact>
- Revista de Economia e Sociologia Rural (impressa) – SOBER Contato: <http://www.revistasober.org/pt/assinatura.php>
- Análise Econômica (impressa) – UFRGS Contato: rea@ufrgs.br
- Revista de Economia Contemporânea Contato: rec@ie.ufrj.br
- http://www.ie.ufrj.br/revista/lng/pt/como_adquirir.php
- Ensaios FEE – Contato: revistas@fee.tcche.br